


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

TALIC JABER SLEMAN

A Nova Esquerda identitária e seus impactos na política brasileira contemporânea: Uma análise hermenêutica



ARARAQUARA – S.P.
2023

TALIC JABER SLEMAN

A Nova Esquerda identitária e seus impactos na política brasileira contemporânea: Uma análise hermenêutica

Dissertação de Mestrado apresentada ao Conselho do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Exemplar apresentado para obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: Democracia, Cultura e Pensamento Social

Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Bolsa: CNPq

ARARAQUARA – S.P.
2023

S632n

Sleman, Talic Jaber

A Nova Esquerda identitária e seus impactos na política brasileira contemporânea: Uma análise hermenêutica / Talic Jaber Sleman. -- Araraquara, 2023

114 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

1. Democracia. 2. Política Brasileira 3. Identitarismo. 4. Nova Esquerda.
I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A presente dissertação tenta compreender nos novos movimentos sociais potenciais discursos que prejudicam as pautas defendidas pelos mesmos. Os impactos gerados na democracia, nas relações políticas entre grupos e partidos, bem como a ascensão de discursos autoritários em diversos países, corroboram para a tese defendida de declínio das forças progressistas devido a fragmentações de ideias e identidades que atrapalham o desenvolvimento de forças políticas capazes de reforçar o senso de coletividade e comunidade, em seus mais diversos aspectos.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This dissertation seeks to analyze the potential discourses within new social movements that may inadvertently undermine the very agendas they aim to promote. The impacts of these discourses on democracy, intergroup and interparty political relations, and the rise of authoritarian rhetoric in various countries support the central thesis: the decline of progressive forces stems from the fragmentation of ideas and identities, which ultimately hampers the development of political coalitions capable of strengthening a collective and communal ethos in its most diverse forms.

TALIC JABER SLEMAN

A Nova Esquerda identitária e seus impactos na política brasileira contemporânea: Uma análise hermenêutica

Dissertação de Mestrado apresentada ao Conselho do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Exemplar apresentado para obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: Democracia, Cultura e Pensamento Social

Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Bolsa: CNPq

Data da defesa: 15/09/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara.

Membro Titular: Prof. Dr. Arthur Oliveira Bueno

Universidade de Frankfurt – Alemanha.

Membro Titular: Prof. Dr. Marcelo Santos

Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara..

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

À jovem democracia brasileira

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, Maria Teresa Costa que com seu esforço pode me proporcionar educação de qualidade e permitir que eu desenvolvesse esse trabalho. Agradeço à minha tia, Deolinda Costa, que foi como uma segunda mãe para mim e à minha companheira de vida, Ana Laura Correa Porto que sempre me incentivou e me deu apoio em toda a minha trajetória acadêmica. Ao meu orientador, Milton Lahuerta, por me inspirar e me alertar sobre os problemas da sociedade contemporânea. Meus agradecimentos aos amigos João Mauro de Carvalho, João Túbero Gomes da Silva e Pedro Luís Panigassi que analisaram os materiais aqui estudados e contribuíram para as ideias desenvolvidas. Meus agradecimentos à banca composta pelo Professor Dr. Marcelo Santos e pelo Professor Dr. Arthur Oliveira Bueno que com suas observações e avaliações me ajudaram a refletir sobre os desdobramentos do tema estudado. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo investimento através da bolsa de estudos.

“A menor minoria é composta por aqueles que pensam.”

Autor desconhecido

RESUMO

As mudanças sociais, políticas e econômicas afetaram todo o mundo e influenciam também os novos movimentos sociais. Este trabalho propõe uma crítica democrática ao que se considera como “Nova Esquerda”, a entendendo como um movimento político que se adaptou às condições impostas pela nova racionalidade. O método adotado foi a hermenêutica objetiva, usado para a análise de duas entrevistas de Ciro Gomes, uma de Jean Wyllys e uma de Derson Maia, para assim inserir o cenário político brasileiro e demonstrar a presença de tais discursos e posturas em território nacional, bem como comprovar que não é algo passageiro. As posições políticas contemporâneas da esquerda podem se voltar contra ela mesma e isso se deve compreendido para evitar retrocessos sociais e, sobretudo, democráticos. No primeiro capítulo, foi realizada uma discussão acerca da construção da modernidade, da universalidade e as mudanças na contemporaneidade por intermédio do decurso histórico da humanidade. No segundo capítulo as análises foram realizadas em um grupo de pesquisa filiado ao Laboratório de Política e Governo da Unesp (LabPol) e, no último capítulo, tentou-se fazer uma aproximação e compreender o discurso identitário de esquerda e criticá-lo a partir de suas próprias concepções e refletir sobre os impactos na democracia.

Palavras-chave: Democracia; Política Brasileira; Identitarismo; Nova Esquerda.

ABSTRACT

Social, political and economic changes have affected the entire world and also influence new social movements. This work aims to develop a democratic critique of what is considered the “New Left”, understanding it as a political movement that has adapted to the conditions imposed by the new rationality. Objective Hermeneutics was used as a method for analyzing some recent interviews offered by Brazilian political figures, two by Ciro Gomes and one by Derson Maia. The object was chosen in order to insert the Brazilian political scene and demonstrate the presence of such discourses and postures in the national territory, as well as how to prove that it is not something temporary. The left's contemporary political positions can turn against itself and this must be understood to avoid social and, above all, democratic setbacks. In the first chapter, a discussion was held about the construction of modernity, universality, and changes in contemporaneity through the historical course of humanity. The second chapter presents the discursive analyses of the interviews content, carried out with the group affiliated to the Laboratory of Politics and Government of Unesp (LabPol). The last chapter is an attempt to approach and understand the left-wing identity discourse and criticize it from their own conceptions and reflect on the impacts on democracy.

Keywords: Democracy; Brazilian politics; Identitarianism; New left.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A MODERNIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS	15
2.1 Esquerda e Direita: igualdade e diferença	15
2.2 A mudança da esfera pública e a “nova” racionalidade do mundo	26
2.3 A nova esquerda como representação de um novo momento histórico	40
3. O IDENTITARISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO E A HERMENÉUTICA DOS DISCURSOS	54
3.1 Breve apresentação sobre o método	54
3.2 Ciro Gomes e a dimensão técnica e racional da política	55
3.3 Ciro Gomes e os interesses identitários	69
3.4 A crítica identitária e individualizada	72
3.5 A representação do interesse nacional pelos interesses identitários	76
4. A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE, O IDENTITARISMO NO BRASIL E A DIMENSÃO POLÍTICO-DEMOCRÁTICA.	82
4.1 Aproximações da identidade com o discurso da Nova Esquerda e suas justificações	82
4.2 A Identidade como armadilha para a Esquerda	87
4.3 A especificidade do discurso identitário no Brasil e o novo sentido da identidade	95
4.4 A Democracia em meio ao turbilhão econômico e ideais identitários	101
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	110

1. INTRODUÇÃO

No presente trabalho disserta-se sobre o argumento do deslocamento discursivo e de postura da nova esquerda composta pelos novos movimentos sociais que possuem a identidade como centro de suas questões e reivindicações. Além dessa mudança de bandeira política, há um processo de radicalização e fragmentação do discurso que agora qualifica o adversário político como potencial inimigo e da reprodução de novas ideologias e concepções de mundo focalizadas no indivíduo isolado.

A primeira subseção trata da contraposição entre esquerda e direita por meio do resgate feito por Norberto Bobbio (2011), questionando se ainda é válida essa diferenciação entre ambos os lados políticos e qual seria a melhor definição para ela atualmente. O resgate histórico realizado por Antônio Flávio Pierucci (1999) também colabora para melhor conceituação dessa diferenciação política e histórica. Nessa subseção, discute-se a importância da identidade a partir da formulação de Hannah Arendt (2012) e como essa é uma dimensão fundamental da sociedade e da política.

A relação entre o universalismo dos “direitos do homem” *versus* as concepções diferencialistas são parte estrutural desta seção onde os desdobramentos podem ser observados na sociedade contemporânea, reforçando assim a gênese da alteridade entre a direita e a esquerda no tocante às posições sobre o debate da igualdade entre os seres humanos. Na sociedade contemporânea, o debate retorna, mas não em lugar secundário, tendo agora importância central nas reivindicações por reconhecimento, no campo da esquerda e no fortalecimento dos discursos nacionalistas no campo da direita.

Na segunda subseção, procura-se resgatar o debate sobre a modernidade a esfera pública burguesa por meio da obra de Jürgen Habermas (2014), a fim de aprofundar a discussão a respeito da racionalização e de universalização da sociedade por meio da passagem do antigo regime para a vida moderna, mediada pelas leis do mercado capitalista, que começava a se desenvolver. Os novos valores estabelecidos pela modernidade transformaram o mundo sócio e economicamente, mas também geraram novas desigualdades estabelecidas nas relações entre as classes sociais sem extinguir as já existentes entre etnias e gêneros, o que corroborou para que o debate sobre as identidades e a diferença propagada entre elas nunca tenha desaparecido.

A mudança dos espaços sociais, tendo como caminho a privação em detrimento da coletivização das relações entre os indivíduos, contribui, desde a gênese da modernidade, para o isolamento e para a fragmentação social. Dessa forma, o indivíduo, seja no seu ambiente

doméstico ou na vida pública, é a representação da mudança observada na história e na construção da esfera pública, delimitando a “fronteira” entre as esferas pública e privada. Nesse sentido, a esfera pública se torna a mediação entre as reivindicações privadas, restritas aos interesses privados, e as reivindicações públicas, que dizem respeito às questões mais amplas que afetam todo o corpo social.

No decorrer da formação e consolidação da esfera pública burguesa, quando muitos de seus aspectos foram radicalizados, principalmente no final do século XX, onde os interesses privados, agora organizados sob uma lógica puramente mercadológica, ganharam espaço e se tornaram o *modus operandi* da sociedade contemporânea. Para melhor entendimento do debate sobre a vitória do capitalismo e a mudança da sociedade a partir da falência do Estado de bem-estar social, a obra de Pierre Dardot e Christian Laval (2016) discute o processo de racionalização e mercadorização da vida pública, bem como a mudança do indivíduo em relação aos valores modernos, sobretudo no campo da esquerda política.

O novo comportamento do indivíduo, frente às novas mudanças econômicas e sociais é parte central do argumento desenvolvido, visto que a “Nova Esquerda” não constitui um novo movimento político sem base histórica, mas é a reprodução, mesmo que contrária à sua posição, de valores próximos da direita que se estabeleceu a partir do final da década de 1970 sob os governos de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos. A competição em todos os níveis, inclusive na subjetividade dos indivíduos, tornou a sociedade contemporânea e, principalmente, os direitos bens consumíveis por todos, tendo o mercado a função de garantir o consumo e ser a diretriz do que se qualifica como sendo a nova racionalidade do mundo.

Como nova racionalidade do mundo pode-se entender o neoliberalismo, que diferentemente de concepções ligadas à redução do papel do Estado na economia e na vida política, possui uma lógica diferente, pois concebe o Estado como reproduzidor da lógica econômica, ao passo que os indivíduos também se orientam por esse pensamento, sendo a nova esquerda também afetada, comprovando assim que não se trata de uma simples ideologia ou posição política, mas de um novo momento histórico da humanidade. Portanto, a mudança da sociedade contemporânea engloba diversos aspectos que não podem ficar restritos a um debate conjuntural, seja econômico ou político, já que tem por fundamento grandes mudanças estruturais que as mais diversas esferas sociais (LAHUERTA, 2020).

Para melhor conceituar a mudança ocorrida na sociedade contemporânea e nos movimentos de esquerda, o trabalho de Anthony Giddens (1996) se mostrou essencial ao discutir questões e dilemas que os novos movimentos sociais terão que lidar neste momento de

transformação econômica, política e social. Também é importante ponderar que as diferentes dimensões da contemporaneidade são derivadas de um processo histórico que não se encerra, mas se radicaliza, a partir de concepções sobre a liberdade dos indivíduos e as identidades frente às novas formas de vida e organizações sociais.

A última parte do primeiro capítulo foi dedicada à discussão sobre os aspectos contraditórios da Nova Esquerda por meio dos livros de Mark Lilla (2018) e de Antônio Flávio Pierucci (1999), problema central que a pesquisa busca compreender através dos discursos da fragmentação, de viés neoliberal e da diferença, que embora também se configure pela fragmentação, se mostra como uma contradição quando inserido no campo da esquerda e do progressismo, visto que a diferença e o discurso contra a universalidade sempre foram valores da direita e, sobretudo, de movimentos reacionário e antimodernos.

A partir dessa contradição imanente, a pesquisa busca demonstrar que a Nova Esquerda identitária se aproxima da direita diferencialista, o que promove a exclusão dos grupos que julga defender e fortalece não somente posições reacionárias e preconceituosas, mas também discursos antidemocráticos e a ascensão de líderes autoritários, como Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Messias Bolsonaro no Brasil. No entanto, não se trata da desqualificação das posições adotadas pela Nova esquerda, mas da compreensão de que essas posições levam a caminhos que vão de encontro às demandas e reivindicações proclamadas, inclusive no que se refere à manutenção de direitos básicos que correspondem aos direitos universais e não restritos à um determinado grupo.

No segundo capítulo é apresentada a parte empírica da pesquisa por meio da análise realizada pela hermenêutica objetiva de quatro textos, sendo duas entrevistas e duas respostas a essas entrevistas, que abordam o tema da identidade no meio político brasileiro. As entrevistas de Ciro Gomes, então candidato à presidência do Brasil, foram escolhidas pela abordagem em relação aos discursos identitários e como esses se desenvolvem no país, também como critério de escolha foi a posição política do candidato, podendo ser visto como representante do que se entende por “velha esquerda”. As respostas foram selecionadas devido ao seu contraste, pela sua diferença discursiva em relação ao mesmo tema e pela identificação da presença do discurso identitário na sociedade brasileira, sendo uma forma de demonstrar que o discurso identitário não é uma questão restrita a uma localidade, país ou região.

Cabe ressaltar que a análise foi realizada de acordo com a metodologia que visa a análise do discurso por meio da literalidade, cabendo a realização da interpretação por meio de um grupo de trabalho que integra o Laboratório de Política e Governo da Unesp (LabPol) composto por quatro indivíduos que se reuniram semanalmente para as análises e discussões do material

apresentado. As análises devem ser realizadas a partir de grupos de pesquisa para que não haja influência da subjetividade ou tendência a interpretações parciais do objeto. A escolha das entrevistas também se deve ao fato da tentativa de identificação da Nova Esquerda no contexto brasileiro, considerando o discurso identitário como parte substancial para sua de sua estrutura discursiva.

Na parte do trabalho foi reservado espaço para a compreensão do objeto e sua justificação como forma de aproximação da questão identitária, visto que não se trata de um trabalho que ataca os movimentos, mas que visa a compreensão dos mesmos e alerta para as possíveis consequências para a vida social e democrática do país e do mundo. Para essa aproximação, foi utilizado o texto de Djamila Ribeiro (2017) e de Asad Haider (2019), ambos apontando o valor da identidade em diferentes contextos, sendo o segundo mais vigilante sobre as questões.

Para a conclusão do argumento, foram utilizados escritos sobre a democracia contemporânea, como obras de Steven Levitsky (2018), Daniel Ziblatt (2018) e Yasha Mounk (2019), entre outros, que se encontram dedicados a compreender os problemas contemporâneos e possíveis contextos para superá-los, tendo sempre como eixo o diálogo e a rejeição do autoritarismo. O resgate da vida política e da convivência democrática feito por Marco Aurélio Nogueira (2004) e questões sobre a falência dessas dimensões por Manuel Castells (2018) e de Zygmunt Bauman (2005), também foram utilizados para melhor compreensão do objeto e do problema da pesquisa.

2. A MODERNIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS

2.1 Esquerda e Direita: igualdade e diferença

A modernidade enquanto processo histórico movido pela racionalização do mundo propiciou a organização societária não mais calcada em bases ligadas à tradição e às hierarquias de nascimento. Esse período, que se inicia no século XVI, esteve envolto em discussões e movimentos que visavam estabelecer, entre muitas outras coisas, a universalidade do gênero humano. Apesar de controverso e ainda tema de discussão, havia a pretensão de acabar com as bases do antigo regime de hierarquização entre as pessoas e fundar uma nova categoria: o indivíduo universal.

Ainda que formulada de modo abstrato e criticada em função disso, essa nova categoria possibilitou que se organizassem outras questões para além de uma posição contrária à dominação dos reis e da igreja. Os ideais da revolução francesa, *Liberté, égalité e fraternité*, estabeleceram a possibilidade de uma organização política transversal e, de certo modo, que fizesse com que indivíduos se identificassem como semelhantes. Dentre os ideais franceses, *liberdade e igualdade* sempre se destacaram e se mantiveram presentes no debate público de diferentes sociedades durante os séculos seguintes, enquanto o que restou, a *fraternidade*, nunca foi mais que um apontamento crítico em determinadas ocasiões¹.

A *liberdade* e a *igualdade* entre os indivíduos estavam sendo conquistadas gradualmente em solo europeu, enquanto nos Estados Unidos, foram “levadas” por imigrantes europeus como bases para estabelecer uma nova sociedade que, ao contrário da europeia, não tinha um passado a ser superado. Essa sociedade que estava nascendo seria um marco para a modernidade e para a história humana. A possibilidade de liberdade religiosa e de associação entre os pares, para ficar restrito a duas esferas do ideal, eram inimagináveis no antigo continente e foram elementos centrais para o desenvolvimento das sociedades modernas. O próprio conceito de *tolerância*, apesar de filosoficamente problemático, pois a etimologia da palavra nos remete à uma margem que deve ser considerada sobre um comportamento ou norma, indicando que algo ou alguém é suportado quando, em contraposição, deveria ser aceito, pôde alvorecer e ser um importante elemento para a organização social de diversos grupos portadores de diferentes concepções de vida.

O duplo movimento que levou à emergência da modernidade, que visava estabelecer a universalidade entre os seres humanos e possibilitar que esses manifestassem suas identidades

¹ Para melhor compreensão do ideal moderno e sua importância histórica, a leitura do livro de Maria Rosaria Manieri (2017), intitulado “Fraternidade” se faz pertinente.

de diferentes formas, garantindo que elas fossem respeitadas precisamente pela liberdade e igualdade de todos é o que possibilita o tema de pesquisa. É elementar que as identidades são muito anteriores à modernidade, sendo anterior pelo se entende por sociedade, já que a união coletiva e política entre os seres humanos pressupõe uma identificação. As sociedades grega e romana são exemplos mais bem acabados do que se compreende por identidade anterior à civilização moderna, seja pela sua cultura comum ou pela denominação de outros grupos que habitavam regiões próximas, sendo esses os outros e diferentes. Com esse fato, se entende a identidade como pré-requisito para a formação societária, entretanto a organização, afirmação, reconhecimento e tolerância de diferentes grupos dentro de um Estado Nacional estão ligadas à modernidade e ao pensamento iluminista.

Os assim chamados “Direitos do homem”², que viabilizaram esse arranjo societário, eram criticados exatamente por sua universalidade. Como apontado por Pierucci (1999), as posições contrárias aos direitos universais e suas proposições não poderiam ser aplicadas em todas as sociedades por serem diferentes, seja em sua constituição, seja em sua cultura ou história. Esse princípio da diferença entre os homens e as nações era a base do pensamento que visava preservar a ordem feudal e aristocrática. Em certo sentido, a diferença era usada como fundamento contra a modernidade.

Desse modo, justifica a delegação do discurso da diferença para o movimento que visava a preservação da antiga ordem e não contribuía para as mudanças propiciadas pela modernidade. Ainda que caiba a utilização do termo “reacionário” para caracterizar esse movimento, Pierucci faz uma aproximação desse discurso com a ideologia conservadora e de direita:

Mesmo sabendo que a semelhança entre os achados empíricos de Eysenck e os meus levanta um problema interessantíssimo - a saber, se há uma universalidade ou transculturalidade das atitudes e opiniões, posições e disposições de direita, se há uma estrutura invariante, e tudo leva a crer que sim, não é aí por que vou conduzir este ensaio. Abri-lo deste modo, entretanto, fornece-me o atalho de que preciso para ir mais diretamente ao ponto que me interessa e que o título anuncia. A saber: a certeza de que os seres humanos não são iguais porque não nascem iguais e, portanto, não podem ser tratados como iguais, quem primeiro a professou e apregoou nos tempos modernos foi a direita. Para ser historiograficamente mais exato, foi a ultradireita do final do século XVIII e primeiras décadas do XIX, aliás a primeira direita a surgir na História, em reação à Revolução Francesa, ao ideal republicano de igualdade e

² Direitos do homem devem ser entendidos como direitos humanos e não direitos restritos a um grupo social. Ademais, “homem”, nesse contexto, deve ser entendido como homem universal e não como categoria de diferenciação.

fraternidade e a tudo quanto de universalismo e igualitarismo havia no movimento das idéias filosóficas do século XVIII (Rémond, 1982: 46-71). Dito de outro modo: o pavilhão da *defesa das diferenças*, hoje empunhado à esquerda com ares de recém-chegada inocência pelos "novos" movimentos sociais (o das mulheres, o dos negros, o dos índios, o dos homossexuais, os das minorias étnicas ou lingüísticas ou regionais etc.), foi na origem - e permanece fundamentalmente o grande signo/desígnio das direitas, velhas ou novas, extremas ou moderadas. Pois, funcionando no registro da evidência, as diferenças explicam as desigualdades de fato e reclamam a desigualdade (legítima) de direito. *Différence oblige, chacun à sa place.* (Pierucci, 1999, p.18-19)

Para caracterizar a posição histórica da direita, Bobbio (2011) aponta como base para a ideologia o anti-igualitarismo, mais precisamente a utilização da diferença e seu apontamento em relação ao imigrante como *diferente*. Por essa ótica, a xenofobia e o racismo estão mais interligados com a história da direita e, de acordo como autor, ainda são parte da estrutura e dos discursos de partidos abertamente de direita. Falas contra imigrantes, contra italianos do sul ou minorias étnicas são elementos que compõem o discurso político da direita italiana histórica e contemporânea. No entanto, igualdade enquanto critério para distinguir direita e esquerda é frágil, pois ambos os lados políticos propagam uma ideia de igualdade. A diferença é colocada ao passo que a esquerda considera mais aquilo que torna os homens iguais, isto é, a igualdade é tida como a “regra”, ao passo que a direita concebe a diferença entre homens como a “regra” e tem a igualdade como exceção que deve ser justificada. A diferença é mais aceita, historicamente, pela direita do que pela esquerda e isso é de suma importância para compreender a problemática da mudança discursiva e militante dos novos movimentos sociais de esquerda.

Igualmente importante para o problema trabalhado, também destacado por Bobbio (2011), é a questão relativa à inclusão e à exclusão para ambos os lados políticos. Enquanto a esquerda sempre teve como princípio a inclusão da diversidade para suas causas, a direita se orientava pela exclusão, até mesmo como modo de se organizar politicamente. Novamente é importante ressaltar que isso não implica afirmar que a esquerda inclui todos enquanto a direita os exclui, mas a orientação de “regra” e “exceção” ainda pondera a análise. Distinguir direita e esquerda deve ter como critério as formas distintas que concebem a igualdade e a inclusão.

Esses apontamentos trazem para o debate as mudanças ocorridas no discurso da esquerda contemporânea. Quais são as suas bandeiras, suas reivindicações e suas estratégias políticas. A reconstrução histórica de como se comportaram os polos políticos nos ajudou a definir melhor o sentido sociológico que hoje a esquerda simboliza socialmente. A mudança ocorrida representa, nos dias atuais, grande parte da discussão dos partidos mais próximos

ideologicamente das causas sociais e que mudaram suas abordagens para agregar todas essas novas questões, mas a forma como isso vem sendo articulado pode ser problematizada, visto que as promessas feitas por essa incorporação podem não surtir o efeito desejado.

A afirmação do discurso igualitário para a direita política não agrega juízo moral ou uma qualificação negativa da ideologia. Inclusive, a pesquisa não está voltada para a negação ou obstrução da ideologia de direita, apenas considera que as atuais condutas da esquerda estão em consonância com as tradicionais bandeiras de seu rival ideológico, no sentido de reforçar as distinções entre os indivíduos e indicar o que os separa, seja a classe, etnia ou posição política relativa à algum tema. Buscar por melhorias sociais não é exclusividade do campo progressista³. A direita coloca as desigualdades como condições para buscar o melhoramento da sociedade. Nesse sentido, as desigualdades entre os indivíduos são úteis e não poderiam ser eliminadas sem um alto custo social.

Embora esses argumentos usados pelo autor possam ajudar no debate, cabe trazer as críticas que foram feitas ao trabalho de Bobbio (2011) no que diz respeito sobre a atualidade da diferenciação entre esquerda e direita no campo político e ideológico. Alguns críticos evidenciam que não há mais espaço para essa diferenciação, em razão da vitória capitalista sob o bloco soviético que teria homogeneizado o campo político, fechando o espaço para a defesa do comunismo e do socialismo de Estado, como no caso chinês. Similarmente, são observadas posições semelhantes em relação a atuação dos políticos tidos como uma elite corrupta que representa interesses antipopulares e discursos contra as instituições políticas que beneficiam alguns grupos em detrimento de outros.

As mudanças que ocorreram no campo da economia, da política e nos meios tecnológicos, trouxeram novos contornos para esses dois grupos ideológicos, que agora se reestruturaram para dar respostas aos novos problemas. A defesa dos direitos que foram conquistados pela esquerda ainda é parte substancial para a discussão da diferenciação, pois a defesa do desmantelamento do Estado e a crítica feita à esfera pública como um todo, é realizada pela direita, principalmente aquela mais ligada ao liberalismo econômico.

Se observa que a diferença entre esquerda e direita, em resumo, pode ser colocada como se posicionam em relação às diferenças entre os indivíduos e aos direitos conquistados historicamente. De modo a aprofundar a argumentação, a defesa dos ideais iluministas é um elemento mais familiar para as causas e políticas da esquerda. Os princípios gerais do movimento iluminista envolvem a abstração do pensamento, da razão e da liberdade humana,

³ O campo progressista é muito mais amplo e não pode ficar restrito ao lado político da esquerda. Ainda que historicamente toda esquerda tenha sido progressista, nem todos os progressistas se consideravam de esquerda.

ao contrário do que os conservadores consideravam em termos de sociedade realmente existente. Contra as abstratas e metafísicas ideias do movimento iluminista que visavam mudar o tecido social e estabelecer a universalidade entre os indivíduos, os conservadores consideravam que os problemas poderiam ser corrigidos pela tradição e pela herança, algo mais concreto e empirista, além de reforçar a diferença e a desigualdade, que também eram constatadas ao caminhar pelas ruas da França ou Inglaterra.⁴

A universalidade que assentava a igualdade entre todos os seres humanos foi também criticada por Hannah Arendt (2012) no que tange aos perigos de ser “unicamente humano”. Para formular seu argumento, a autora retorna Aristóteles, para lembrar que a condição dos escravos, na Grécia antiga, era a do não pertencimento à humanidade por não terem direito à voz nem pertencerem à comunidade. A exclusão política e identitária, para Aristóteles, era prerrogativa para que os escravos não fossem considerados pertencentes ao gênero humano ou, em outras palavras, estivessem em uma sub categoria ou em paridade aos demais animais. Para Arendt (2012), os escravos eram pertencentes a uma comunidade, mas somente isso, o que os colocaria no que ela chamou de “abstrata nudez humana”:

Contudo, à luz de eventos recentes, é possível dizer que mesmo os escravos ainda pertenciam a algum tipo de comunidade humana; seu trabalho era necessário, usado e explorado, e isso os mantinha dentro do âmbito da humanidade. Ser um escravo significava, afinal, ter uma qualidade diferente, mas sempre com um lugar na sociedade; portanto, algo mais que a abstrata nudez de ser unicamente humano e nada mais. Assim, a calamidade que se vem abatendo sobre um número cada vez maior de pessoas não é a perda de direitos específicos, mas a perda de uma comunidade disposta e capaz de garantir quaisquer direitos. O homem pode perder todos os chamados Direitos do Homem sem perder a sua qualidade essencial de homem, sua dignidade humana. Só a perda da própria comunidade é que o expulsa da humanidade. (Arendt, 2012, p. 404-405)

Essa ressalva à universalidade argumentada pela autora é sumariamente importante para a fundamentação teórica da pesquisa, já que a diferença identitária não pode ser totalmente qualificada de forma negativa, pois sem a identidade, Estados Nacionais e, de modo mais geral, as culturas não poderiam ter emergido. É conservador o argumento e a autora a referência buscando em Edmund Burke, grande crítico dos ideais iluministas, para afirmar que a sociedade não viu nada de sagrado na ideia abstrata de humanidade. O desenvolvimento desse conceito diz respeito aos horrores cometidos pelos regimes totalitários do século vinte, onde os sobreviventes dos campos de extermínio puderam comprovar, de forma dramática, que o maior risco que corriam era serem considerados apenas humanos. Além disso, sua gênese estaria no jacobinismo racional que estimula a universalidade negando as diferenças culturais. Com a

⁴ De acordo com Edmund Burke, as diferenças entre os homens poderiam ser constatadas ao caminhar pelas ruas da França e da Inglaterra, não sendo plausível a universalidade frente à realidade concreta.

finalidade de dotar de sentido negativo o universalismo, a autora ainda afirma que esse é decorrente de um processo histórico que “desnuda” o homem e que o despoja do valor de suas diferenças culturais.

Entretanto, Pierucci (1999) aponta que a autora delega ao universalismo a emergência de regimes totalitários, pois não considerava que o ódio aos judeus, propagado pelo regime nazista, era baseado em alteridade. O ponto central e fundamento do regime de extermínio não era a afirmação de que os judeus eram humanos como os outros, pertencentes ao gênero humano como qualquer outro alemão, mas que eram diferentes. Sua especificidade de “judeu” significava o não pertencimento aquela cultura e região e também significava que não pertenciam ao mesmo “status” de humanidade que os demais. Nesse sentido, a diferença cultural era salientada e sendo reconhecida pode ser desvalorizada, negada e exterminada. O reconhecimento da diferença pode tornar possível e legitimar a perseguição ao outro, porque é justamente a afirmação da diferença que causa a fobia ao diverso devido à não aceitação de algo comum a todos.

A recusa em aceitar a universalidade dos Direitos do Homem, como citado anteriormente, é derivada de concepções contra revolucionárias influenciadas, sobretudo, por Edmund Burke que, na obra de Pierucci, é transcrito para justificar sua posição antagônica à ideia abstrata e universal dos direitos. Mais precisamente:

De 1789 é a Revolução Francesa e de 1789 é o livro de Edmund Burke, *Reflexões sobre a Revolução de França*, de longe a obra que maior atração e influência exerceu sobre as correntes contra-revolucionárias no mundo todo. Por contra-revolucionárias neste contexto entenda-se, obviamente: contrárias às demandas modernas de liberdade, igualdade e fraternidade; contra, portanto, as formulações políticas tributárias do *espírito de abstração*. [...]

Burke enxerga contradição na pretensão revolucionária de erigir os Direitos do Homem em princípios da constituição política de um povo que não é geral, é singular. (Pierucci, 1999, p.22)

Portanto, se entende que a ideologia contrária à modernidade está ligada ao conservadorismo e esse, por extensão, é parte da direita tradicional. Importante é também acentuar que naquele período histórico muitos autores foram favoráveis à revolução ao contrário de outros e isso não os qualifica como discordantes à ideia de democracia, haja visto as obras de Alexis de Tocqueville. Mas não há como negar suas concepções contrárias à universalidade e favoráveis às diferenças entre indivíduos e nações. Assim, fica constatada a proximidade do discurso da diferença para a estrutura política da direita, enquanto os ideais modernos tendem para o lado da esquerda. Não é somente uma constatação política, mas histórica, pertencente à gênese desses dois polos políticos.

Aquilo que poderia ser considerado de fato antidemocrático e, conseqüentemente, anti-iluminista, são posturas extremistas e pontuais tanto da direita quanto da esquerda, guardadas

resposta a uma anunciada revolução bolchevique, nasce como ideologia conservadora radical na França em fins do século XIX, em parte também como reação à revolução, não só anunciada, como também tentada, embora como prova geral de uma revolução que não se fará, dos *Communards* da Comuna de Paris. [...] o nascimento desta ideologia, chamada com razão de pré-fascista, é caracterizada principalmente por uma furibunda reação contra a democracia burguesa, igual e simétrica à do socialismo maximalista cujo bode expiatório foi a social-democracia, ou seja, a esquerda em sua versão moderada, que teria aceitado as regras do jogo da democracia burguesa sido por ela corrompida. [...]

Tanto isso é verdade que, na prática, fascismo e comunismo excluem-se não obstante o inimigo comum, que é a democracia formal, ou apenas formal, com suas regras que permitem a alternância entre direita e esquerda. E excluem-se exatamente porque reproduzem, em seus traços particulares, as características salientes (sobre as quais retornaremos) daquilo que até agora foi típico da direita e da esquerda. (Bobbio, 2011, p. 76-77)

Dessa forma, o que pode distinguir a díade esquerda x direita, isto é, a forma como concebem a diferença e se posicionam em relação aos valores da modernidade, é aplicável em sentido histórico e político, entretanto se essas posições se extremam, a distinção é quase imperceptível, se é que há, pois seus valores se tornam antidemocrático, antiliberais e anti-iluministas, da mesma maneira que projetam sentido negativo a posições mais próximas do centro ou que não se extremaram.

Enfatizar a distinção entre esquerda e direita para, após isso, qualificar que ambas possuem as mesmas características quando extremadas, auxilia a pesquisa para trabalhar melhor ambos os conceitos e lados políticos, dado que a crítica a posteriori não é dotar de sentido negativo a nova esquerda ou afirmar que há extremismo na posição, mas pontuar que sua busca pela igualdade por meio da diferença e pelo reforço de antigos valores são contrários à sua própria gênese. O que ocorre com os novos movimentos sociais de esquerda, e isso torna ainda mais difícil a distinção da díade, é seu apreço pela suposta revolução no discurso da diferença. Afirmar que as mulheres são diferentes dos homens e os negros diferentes dos brancos não choca nenhum cidadão comum ou de direita, ao contrário, reforça seu pensamento pela realidade concreta da afirmação. Antes de ser revolucionário e inovador, esse discurso é familiar à direita tradicional. Em um certo sentido, mais que demarcar as posições e afirmá-las, o que acontece é fortalecer o imaginário já consolidado socialmente.

A ruptura com esse imaginário popular, por assim dizer, é a afirmação do discurso relativo aos direitos universais ou direitos humanos. Nada contrapõe mais as posições direitistas que a bandeira da igualdade, seja ela diante da lei, de nascimento, econômica ou a igualdade de todos serem humanos, sem distinções. No Brasil, esse discurso encontra respaldo na abolição da escravatura, na asserção de que os negros não podem mais serem subjugados, humilhados e excluídos socialmente e que devem receber tratamento e oportunidades como qualquer outro cidadão brasileiro ou ser humano. Causa e consequência da necessidade de afirmação do

discurso pela igualdade de direitos é a diferença *a priori* entre negros e brancos desde a colonização do país, que foi possível não pelo processo de modernização que estava em curso, mas pela igreja que, presa às tradições e em uma estrutura social que chegava ao fim, legitimava, “divinamente”⁵ a diferença entre os homens.

Isso não significa que as tensões relativas à identidade não abalaram a sociedade moderna. Na realidade, os grandes conflitos bélicos, movimentos e regimes autoritários e totalitários colocaram a identidade como princípio e base ideológica. Ocorre que nesses movimentos havia a recusa da modernidade e da abstrata ideia da universalidade. Em suma, esses eventos eram reacionários em relação à própria modernidade. A construção da identidade sempre está relacionada a não identificação *a priori*, isso eleva o debate para bases filosóficas que não são o foco da pesquisa, mas que contribuem para a compreensão do fenômeno. Mesmo que se coloque a diferença como problemática quando incluída no discurso político da esquerda, ela é parte substancial da identidade e essa não pode ser integralmente excluída da sociedade. Desse modo, a caracterização da identidade não é negativa, mas é tida como problemática quando inserida em um discurso político e, principalmente, no discurso de um campo ideológico historicamente favorável ao universalismo.

Nesse sentido, há uma barreira a mais no discurso político da esquerda contemporânea. Os debates acerca das tensões multiculturais e identitárias ganharam contornos mais robustos a partir da década de 1960 na Europa e, principalmente, nos Estados Unidos, tornando-se centro das reivindicações de movimentos mais à esquerda do espectro político. A maior presença de movimentos feministas e étnico raciais no campo da esquerda levantou a questão sobre a estrutura de poder e opressão para além das classes sociais. Sem que esses movimentos recorressem a uma identidade particular para afirmar sua posição, fundamentavam suas reivindicações na universalidade dos direitos dos indivíduos.

Os novos movimentos sociais de esquerda, que também se baseiam na identidade, as utilizam como barreiras e delimitação de posições a respeito das diferenças. Como apontado por Pierucci (1999), a “nova esquerda” atribui valor positivo às diferenças, ao “respeito pelas diferenças”, o “convívio com as diferenças” e equivalentes se tornaram pauta central de seu discurso e isso se mostra mais uma divisa entre a esquerda. Apesar do diferencialismo ser uma questão da direita, o “direito à diferença” é exclusivo da nova esquerda, podendo ser considerado o “diferencialismo da esquerda” ou a nova esquerda pode ser também considerada a esquerda diferencialista. Independentemente do termo que se adote, o problema está colocado:

⁵ O quadro “A Redenção de Cam” exemplifica as teorias raciais do século XIX e o pensamento religioso sobre as mesmas.

a esquerda contemporânea incorporou o discurso da diferença e a atribuiu a ele positividade enquanto a direita o propaga há pelo menos duzentos anos, o reciclando e o atualizando de acordo com as molduras históricas que se impõem.

Sendo o discurso pela diferença herança da direita e parte de sua constituição política e histórica, mesmo quando incorporado pela esquerda no sentido de direito, ele é reforçado no senso comum e no pensamento conservador. Embora haja diferença na abordagem e no uso de ambos os discursos, a esquerda lida com o problema de ter levantado, historicamente, a bandeira pela igualdade. A incongruência do discurso pelo direito à diferença, enquanto ideia de igualdade entre todos pode ser explicada em termos sociológicos, antropológicos e políticos, mas enquanto ferramenta que busca apoio popular, principalmente em eleições, acaba por reforçar a ideologia da direita.

O maior cuidado e tentativa de explicar como há diferença entre os discursos pode acarretar em excesso de intelectualização e elitização por parte da esquerda, o que acaba a afastando ainda mais dos grupos populares. Ocorre o contrário com a direita que, por ter incorporado esse tema há séculos, possui coerência discursiva e maior poder de persuasão, sendo capaz de controlar melhor o debate e poder avançá-lo ou retrai-lo com maior facilidade. Tendo isso em conta, a pesquisa atribui não somente à falta de coerência histórica na nova esquerda, mas também como ela possui debilidades estruturais que fortalecem discursos preconceituosos de líderes autoritários sem comprometimento com as causas sociais e, principalmente, com a democracia.

Para além desses atributos negativos apontados por Pierucci (1999), há outra questão que, embora diga respeito aos problemas estruturais e fortalecimento do discurso da direita, implica naquilo que a esquerda repudia: a hierarquia entre grupos e pessoas. O discurso da diferença não pode ser desvinculado da diferença de valor. Independentemente da sociedade, de sua organização ou nível de desenvolvimento, pressupor a diferença implica na hierarquização. Essas duas esferas, diferença e hierarquia, estão interligadas de tal modo que afirmar uma é afirmar a outra, pois diferenciar é classificar e quando se classifica grupos e indivíduos, há hierarquização, seja explícita ou implícita e essa é incompatível com a busca pela igualdade.

Quando a nova esquerda defende a diferença, parte da opinião pública está de acordo com isso, a aceita, e podemos afirmar que isso ocorre porque já está enraizada em seu imaginário. Acontece que a transformação desse discurso em política pública será obra da nova direita, visto que os princípios discursivos se encontram em sua agenda política: ser contrária à escola única, contra o universalismo político e filosófico e contra qualquer ideia que implique

na igualdade, seja ela qual for, entre os indivíduos. Por essa razão, a defesa das diferenças pela nova esquerda é como propaganda para a nova direita:

Mas não é só o senso comum; também o pensamento de direita, especialmente da Nova Direita, não se convence da consistência lógica e prática desta recente adesão de algumas esquerdas ao valor da diferença. “*Différents, mais inégaux*” é o título bem sacado e provocador de um artigo de Alain de Benoist, um dos mais importantes e prolíficos pensadores da *Nouvelle Droite* na França atual. Não o convence a adesão das esquerdas ao “direito à diferença” porque, diz ele, não vai *até o fim*, não pode ir. “Fracções cada vez mais amplas da opinião pública se pronunciam hoje em favor de um ‘direito à diferença’. Nós só temos com o que nos congratular. Mas não basta exprimir uma opinião. É necessário ainda que a isto se siga uma *prática*. Defender o direito à diferença é, por exemplo, lutar contra o princípio da escola única, contra a robotização social, contra o universalismo político e filosófico, contra a perda das identidades coletivas e a mistura dos povos ou das culturas. Veremos, na hora do vamos ver, quem realizará este programa e quem o deixará ao abandono” (Benoist, 1979; 94) (Pierucci, 1999, p. 34)

Dito isso, persistir no discurso da diferença beneficia a direita e, para comprovar, Pierucci (1999) traz o Caso Sears⁶ como exemplo empírico dos perigos na insistência desse discurso pelo campo progressista. Na tentativa de escapar dessa díade igualdade-versus-diferença, Pierucci (1999) menciona o esforço nas formulações do campo intelectual que veriam como positiva não a diferença binária, mas a múltipla diferença, isto é, reconhecer diferenças entre as diferenças, quase como um processo sucessivo tendente ao infinito. Entretanto, se essa lógica se estabelece e atinge seu limite, a diferença não estará mais ligada ao grupo, ao coletivo definido por questões culturais ou costumes comuns, essa será individual, a diferença será individual, atomizada, em paralelo ao que a primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, afirmou quando disse que não havia sociedade e sim indivíduos⁷.

Evidentemente, a primeira-ministra não estava colocando a diferença entre os indivíduos no centro de seu discurso, mas essa lógica de pensar cada vez mais o individual está relacionada com as mudanças e desregulamentação da economia ocorridas na metade da década de 1970 que também estimularam o discurso contra as instituições públicas e contra a própria noção de coletividade entre os indivíduos. Impulsionados por essa lógica individualista, os cidadãos cada vez mais se afastaram da vida pública e focaram na sua realização pessoal. Esse movimento também atingiu os movimentos sociais de esquerda que antes atuavam como opositores da organização capitalista, mas que agora estavam reproduzindo-a.

⁶ O Caso Sears, discutido no livro de Pierucci (1999) traz a forma como a identidade pode ser utilizada para reafirmar posições diferencialista e hierarquizantes, mesmo quando sua utilização visa a reafirmação de direitos iguais.

⁷ Para ser exato, a frase dita pela ex-primeira-ministra britânica seria: "Não existe esse negócio de sociedade. Existem apenas homens e mulheres individuais, e há famílias."

2.2 A mudança da esfera pública e a “nova” racionalidade do mundo

Para melhor compreensão do objeto pesquisado, é necessário apresentar a mudança ocorrida em nível global que se iniciou na década de 1970 e que ainda se desenvolve e gera novas formas de organização política e societária. Ainda que se configure como recente e de certa forma “novo”, esse fenômeno que muitos autores qualificam a partir do conceito de “Neoliberalismo”, mesmo que se utilize de valores e categorias modernas, muitas vezes se radicaliza, como por exemplo na afirmação de uma noção de indivíduo. Embora não seja um atributo da modernidade, ao contrário, é muito anterior a ela, a esfera pública sofre mudanças quando se inicia o processo revolucionário que funda a modernidade, dando surgimento à nova categoria de esfera pública moderna, burguesa e liberal (LAHUERTA, 2020).

A mudança que ocorre na esfera pública, de certo modo, contribui, quando comparada à esfera pública grega ou do antigo regime, para que um número maior de indivíduos possa discutir assuntos tanto de âmbito privados, como aqueles que afetam a vida coletiva. Também operada na passagem da esfera pública ‘tradicional’ para a esfera pública burguesa é a incorporação do Estado e dos próprios meios de comunicação, que agora tornam públicos os assuntos privados a serem discutidos. Para Habermas, “são considerados “de esfera pública” os órgãos de Estado ou também os dos meios de comunicação de massa, que, como a imprensa, servem à comunicação no público” (HABERMAS, 2014, p. 95).

Fundamental para a ascensão da esfera pública burguesa foram os jornais e noticiários impressos que divulgavam notícias, contos e histórias. O trânsito de notícias e informações se assemelhava ao tráfego de mercadorias, que ganhava maior dinamismo e robustez e também contribuiu para esse processo no século XVI. Por uma necessidade cada vez maior de ter conhecimento sobre processos que ocorriam a grandes distâncias, o fluxo de notícias e informações teve que ser organizado de modo sistemático e profissional. Logo, os meios de comunicação foram parte substancial do processo que culminou na criação da esfera pública burguesa e na forma como as informações eram divulgadas.

Portanto, se mostra a influência do processo capitalista de produção, no sentido de passagem da economia doméstica para uma economia de comércio atrelada ao mercado, no fluxo de informações. De acordo com Habermas (2014), a atividade econômica privatizada, por ter que se orientar pela ampla circulação de mercadorias e submetida à fiscalização e ao incentivo público e fora dos limites domésticos, se tornou de interesse universal. Dessa forma, o processo que ocorria devido ao novo modo de produção e de racionalização moldou o espaço público e permitiu que houvesse a ascensão social, pois o antigo regime além de firmar os assuntos econômicos como estritamente privados e restritos a certos estamentos sociais, não os

tornavam público e de interesse social. A mediação do senhor feudal em relação ao poder público é transferida para o Estado que é regulado e administrado pela competência e não por nascimento.

Nesse sentido, os valores e ideais modernos de liberdade e igualdade entre os indivíduos possibilitaram a ampla participação na esfera semipública que anteriormente era restrita a membros da nobreza e da corte. A esfera pública burguesa poderia ser resumida “como a esfera de pessoas privadas que se reúnem em um público” (HABERMAS, 2014, p. 135). Mesmo que houvesse a ideia de vida privada e vida pública desde a Grécia antiga, os assuntos não eram universais, isto é, não eram de interesse coletivo, ficavam restritos a um ou mais grupos que deliberavam sobre determinado assunto. Com a modernidade e seus valores, em simultaneidade com o novo processo econômico e de produção, os indivíduos podiam participar e representar interesses individuais e coletivos em igualdade entre si, de modo a debater, com o próprio poder público. Portanto:

A paridade, que forma a única base sobre a qual a autoridade do argumento pode se afirmar e, por fim, se impor também sobre a hierarquia social, significa, na autocompreensão da época, a paridade dos “meros seres humanos”. *Les hommes, private gentlemen*, as pessoas privadas formam o público não apenas no sentido de que o poder e a reputação dos cargos públicos estão fora do jogo; em princípio, também as dependências econômicas não devem ter nenhum efeito. As leis do mercado estão suspensas tal como as do Estado. [...]

Em segundo lugar, a discussão nesse público pressupõe a problematização dos domínios que até então não eram considerados dignos de questionamento. “O universal”, com o qual o público se ocupa criticamente, permanecia reservado ao monopólio interpretativo das autoridades eclesiásticas e estatais, não só do púlpito para baixo, mas ainda mais na Filosofia, na Literatura e na Arte, mesmo quando o desenvolvimento do capitalismo já exigia, para determinadas categorias sociais, um comportamento orientado racionalmente pela informação e por cada vez mais informações. Contudo, na medida em que as obras filosóficas e literárias, as obras de arte em geral, começam a ser produzidas para o mercado e mediadas por ele, esses bens culturais passam a se assemelhar àquele tipo de informação: como mercadorias, tornam-se em princípio acessíveis universalmente. [...] Por mais exclusivo que seja, o público não poderia jamais se isolar completamente e se consolidar como um grupo, pois já se entende e já se encontra no público maior de todas as pessoas privadas, das quais se pressupõe que tenham, como leitores, ouvintes e espectadores, propriedade e formação para se apoderar dos objetos de discussão por meio do mercado. As questões discutíveis são “universais” não apenas no sentido de sua importância, mas também em sua acessibilidade: todos devem participar. (Habermas, 2014, p. 150-152)

Dessa maneira, a modernidade viabilizou a ampla participação dos membros da sociedade na esfera pública, ao passo que também o indivíduo privado se tornou cada vez mais comum. O duplo movimento da modernidade que possibilita a participação do indivíduo no público sem restrições ligadas à hierarquia com o seu afastamento, já que também possibilita a privatização da vida, intervém diretamente na construção da esfera pública burguesa. A maior privatização da vida, como apontado por Habermas (2014), é observada até mesmo na mudança da arquitetura das casas.

As residências que antes possuíam a “sala da família” lugar comum para pais, filhos e serviçais diminuem à medida que os quartos, cômodos que representam privacidade, aumentam em número e são decorados singularmente, propiciando o isolamento dos membros em ambiente doméstico. Essa mudança é benéfica para os indivíduos, torna suas vidas mais agradáveis, mas empobrece a vida da família. O salão principal que antes era espaço para a realização de eventos e também utilizado pelos membros domésticos é diminuído, quando não alterado de lugar para os fundos da residência, sendo estritamente empregado para o público “de fora”. Assim, se delimita a fronteira entre esfera privada e esfera pública também em ambiente doméstico.

A compreensão desse fenômeno da modernidade para a pesquisa desenvolvida, nos ajuda a interpretar elementos que, embora sejam radicalizados na contemporaneidade, são parte estrutural do desenvolvimento da sociedade e, assim, não podem ser eliminados ou ignorados. Em contrapartida, a organização racional da sociedade e a tendência à privatização da vida, no sentido desta ser orientada agora tal como as leis do mercado que não permitem “exceções em relação ao cidadão e ao homem privado; são objetivas, isto é, não são manipuladas pelos indivíduos (o preço escapa à influência de cada possuidor de mercadorias individual); não são direcionadas para determinados indivíduos (o mercado livre proíbe conluios particulares). (HABERMAS, 2014, p. 224).

Na organização racional do espaço e, sobretudo, da esfera pública e privada, as leis se configuram como sendo universais e racionais, na medida em que elas não representam, como outrora, a vontade de um ou muitos indivíduos. A universalidade, como apontada anteriormente, não permite a hierarquização dos homens por meio de suas diferenças e a dominação expressa por uma vontade que não seja aquela da opinião pública formada racionalmente no vínculo entre o Parlamento, isto é, a instituição estatal e o público. A dominação pela lei, nesse sentido, possui a intenção de dissolver a dominação geral e mediar as discussões feitas na esfera pública. Max Weber (2004) em seu importante livro “A ética protestante e o “espírito” do capitalismo” fundamentou a estreita ligação entre o processo de racionalização da sociedade ocidental e o desenvolvimento das bases produtivas capitalistas e como a nova ordem social se impunha sobre os indivíduos. Esse processo contínuo e totalizante orientou o arranjo institucional e estabeleceu legislações que estavam respondendo à realidade em transformação.

Desse modo, o ordenamento racional-legal permitiu a criação de um conjunto de direitos fundamentais referidos ao *status* de liberdade do indivíduo que foram baseados na mudança realizada pelo mercado e na esfera privada da família:

Um outro conjunto de direitos fundamentais refere-se ao *status* de liberdade do indivíduo, fundamentado na esfera íntima da família conjugal patriarcal (a liberdade pessoal, a inviolabilidade do lar, e assim por diante). O terceiro conjunto de direitos fundamentais refere-se às relações dos proprietários na esfera da sociedade civil (igualdade perante a lei, proteção da propriedade privada, e assim por diante). Os direitos fundamentais garantem: as *esferas* pública e privada (com a esfera íntima como núcleo); as *instituições* e os *instrumentos* do público, por um lado (imprensa, partidos) e a base da autonomia privada (família e propriedade), por outro; por fim, as *funções*, das pessoas privadas, suas funções políticas como cidadãos do Estado, bem como suas funções econômicas como proprietários de mercadorias (e, como “seres humanos”, a função da comunicação individual, por exemplo, por meio do sigilo de correspondência). (Habermas, 2014, p. 228).

Embora a mudança social propiciada pelo novo modo de produção capitalista tenha seus feitos positivos, quando comparada ao antigo regime, como a liberdade individual, de expressão, de associação, igualdade perante a lei e de direitos e a participação na tomada de decisões bem como a representação de interesses particulares e coletivos, há, para Habermas (2014), um elemento que confere sentido negativo. O autor busca em Hegel e em Marx esse elemento referente a universalização que permite, por um lado, o acúmulo de riquezas, pois ela coloca à disposição dos indivíduos meios para satisfazer seus desejos e, por outro, contribui para o isolamento e restrição do trabalho particular, favorecendo a dependência da classe que necessita desse trabalho.

Perante os novos valores que foram se firmando com a dinâmica instituída pela revolução burguesa, a opinião pública formada pelos sujeitos privados não passaria de uma “máscara de dos interesses de classe burgueses” (HABERMAS, 2014, p. 297). A ruptura com a antiga sociedade feudal assentada em estamentos cria uma sociedade de classes baseada na apropriação de mais-valia que, segundo Marx (2011), não poderia perdurar sem estar constantemente em crise e criando uma realidade em que a oportunidade de ascensão social de trabalhadores assalariados em proprietários seria cada vez menor. Consequentemente, a mudança social baseada na organização do mercado não conduz ao controle do poder pelos indivíduos livres, ao contrário, as novas formas de organização societária se constituem sob relações de poder e dominação entre proprietários e proletários.

O princípio de acessibilidade universal e equivalência entre os indivíduos estabelecidos na esfera pública moderna são valores que se contradizem, pois a diferenciação entre trabalhadores e proprietários é cada vez maior, devido à crescente acumulação de capital e a influência na esfera de circulação de mercadorias só pode ser realizada mediante o poder de uns sobre os outros. Portanto, a sociedade fundada nos valores do mercado e na propriedade privada não pode ser utilizada como base para a autonomia e liberdade do indivíduo, embora permita isso enquanto valor e quando comparada a antiga sociedade feudal. Habermas (2014), ainda utilizando Marx, argumenta que enquanto as relações de poder não forem neutralizadas, isto é,

a dominação de classes não for extinguida e a sociedade civil se apoiar no poder, não será possível identificar a opinião pública com a razão.

Os apontamentos críticos da esfera pública burguesa são relevantes para a pesquisa no sentido de que não há a idealização da modernidade e não há o entendimento de que essa possui princípios que não se contradizem. Conjuntamente, o argumento fundamentado em Hegel e Marx, coloca em evidência a tendência da sociedade moderna para a individualização e a busca de interesses privados sem compromisso com o coletivo, visto a acumulação de capital sob bases de exploração de outros. Evidentemente, não se trata de um valor moral, mas sim de uma predisposição social que possibilita, enquanto valor, a autonomia do indivíduo, ao mesmo tempo que favorece a exploração.

Essa dialética da esfera pública burguesa se radicaliza quando o público aumenta de modo informal, através da difusão da imprensa e da propaganda. A esfera pública burguesa era orientada, organizada e racionalizada de modo semelhante ao mercado. Com a emergência das massas, a esfera pública não pode mais regular as demandas desses grupos, pois o mercado, que se autorregula, não é capaz de supri-las. Consequentemente, essas demandas tendem a ser reguladas pelo Estado e a esfera pública se torna mediadora desses conflitos, das concorrências entre eles. Até mesmo as leis são formuladas com base no surgimento e ampliação da massa, sendo essas correspondências entre interesses privados concorrentes.

O universalismo permitiu que a emergência da massa fosse possível, em razão da igualdade de direitos e de manifestação de opinião serem valores fundamentais para a modernidade. A universalidade do voto também propicia que os interesses individuais e coletivos entrem em disputa na esfera pública e entre os representantes ou entre aqueles que almejam representar esses interesses. No entanto, a emergência das massas incultas representa um perigo para a esfera pública burguesa, uma vez que as decisões tomadas serão decididas pela maioria e, como resgatado Habermas (2014) nos escritos de Mill, a maioria é formada por pessoas que não tem instrução e nem formação para deliberar sobre os assuntos públicos e quando discutem sobre eles, é em vista de benefício próprio.

A esfera pública constituída por uma massa politicamente mal formada, pode vir a ser a expressão da limitação de poderes por uma maioria que possui interesses privados e, supostamente, iguais. Assim, a opinião pública é a expressão de um movimento político que visa a igualdade e liberdade, mas na mesma medida é um divisor dos poderes e um potencial agente com poder acumulado. A “Tirania da Maioria”, conceito de Stuart Mill, se encaixa perfeitamente nesse contexto, já que diz respeito à tomada e controle de poder por uma maioria uniforme em opiniões e demanda por direitos e interesses. A forma como o liberalismo vai

argumentar para a resolução desse problema é, de acordo com Habermas (2014), reacionária, no sentido de que para a formação da opinião pública seja racional, ela deve ser formada por uma minoria instruída exclusivamente para essa tarefa. Em outros termos, a esfera pública não cumpre mais a função ou ideia de dissolução do poder, mas se constrói como um poder que pode controlar os outros que são formados e orientados por ela:

A esfera pública politicamente ativa não se encontra mais sob a ideia de uma dissolução do poder; ela deve servir antes para dividi-lo. A opinião pública torna-se mera limitação de poderes. A origem dessa reinterpretação é revelada pela confissão de Mill: *daí em diante* seria preciso cuidar para que o poder da opinião pública não engula o poder em geral. A interpretação liberal do Estado de direito burguês é reacionária: reage à força que a ideia de autodeterminação de um público que discute mediante razões adquire nas instituições desse Estado, assim que é subvertido pela massa dos despossuídos e sem instrução. [...] Mill volta-se contra uma ideia de esfera pública segundo a qual seria desejável “que os muitos tragam todas as questões políticas diante de seu próprio tribunal e decidam segundo suas próprias medidas, pois, em tais circunstâncias, os filósofos seriam necessários para esclarecer a multidão e fazer que ela aprenda a estimar sua concepção mais profunda das coisas”. (Habermas, 2014, p. 316-317).

É notório como esse processo histórico e político possui características que, por um lado, favorecem a autonomia do indivíduo e possibilita a igualdade de direitos e participação entre todos e, por outro, contribui para novas formas de dominação e maior privatização da vida, bem como maior isolamento em relação à vida pública. No mesmo momento em que há possibilidade de discutir e debater temas de interesse universal, os debates se tornam cada vez mais restritos a desejos organizados e que competem entre si. A vida coletiva, que poderia se desenvolver com base na organização racional e na autonomia, cede espaço para a disputa de interesses privados.

A obra de Habermas (2014), de um modo geral, contribuiu para o entendimento do processo de construção da esfera pública moderna e de suas limitações, bem como da sua dialética que traz elementos que permitem maior compreensão do fenômeno contemporâneo referente à organização do Estado e da vida privada. Posto que a pesquisa trabalha com um fenômeno contemporâneo, esse não pode ser compreendido sem fundamento histórico e sem estar inserido em uma sociedade organizada racionalmente. Entretanto, há para Dardot e Laval (2016) uma nova racionalidade do mundo e essa deve ser entendida para interpretar melhor o objeto pesquisado.

O processo de racionalização da sociedade por meio das relações estabelecidas pelo desenvolvimento do sistema capitalista de produção e pelas leis do mercado criou a esfera pública moderna ou burguesa que permitiu maior autonomia e privacidade do indivíduo ao mesmo tempo que possibilitou seu isolamento. Há com esse processo a mudança das relações sociais mediante o sistema de mercado que visa a concorrência e disputa entre as demandas e

interesses dos diferentes grupos e classes. Para Dardot e Laval (2016) o que se entende, em resumo, por neoliberalismo, é a mercantilização generalizada das relações sociais, isto é, a esfera da mercantilização não mais influencia somente os debates na esfera pública, é algo que molda as mais diversas esferas da sociedade e da vida.

Por essa ótica, a sociedade neoliberal possui novas formas de comportamento que revelam seu caráter de competitividade entre os indivíduos em todos os setores da vida. Evidentemente que essas novas formas de comportamentos já estavam na gênese da sociedade moderna. A emergência da massa que possuía reivindicações semelhantes e a disputa de interesses privados mediados por razões eram a expressão da nova organização social, mas que ainda não estavam centralizadas, organizadas e coerentes de forma teórica e prática. A nova organização social baseada na mercantilização total das relações sociais não se refere a uma crise de acumulação, mas sim a uma crise de “governamentalidade”:

É, na verdade, nesse contexto muito específico de contestação generalizada que Foucault situa o advento de uma nova maneira de conduzir os indivíduos que pretende satisfazer a aspiração de liberdade em todos os domínios, tanto sexual e cultural como econômico. Para resumirmos, ele teve a intuição de que o que se decidia naqueles anos era uma crise aguda das formas até então dominantes de poder. Compreendeu, contra o economicismo, que não se podem isolar as lutas dos trabalhadores das lutas das mulheres, dos estudantes, dos artistas e dos doentes, e pressentiu que a reformulação dos modos de governo dos indivíduos nos diversos setores da sociedade e as respostas dadas às lutas sociais e culturais estavam encontrando, com o neoliberalismo, uma possível coerência teórica e prática. [...] A exigência de “competitividade” tornou-se um princípio político geral que comanda as reformas em todos os domínios, mesmo os mais distantes dos enfrentamentos comerciais no mercado mundial. Ela é a expressão mais clara de que estamos lidando não com uma “mercantilização sorrateira”, mas com uma expansão da racionalidade de mercado a toda a existência por meio da generalização da forma-empresa. (Dardot; Laval, 2016, p. 26-27).

Nesse sentido, o que se pode considerar como uma nova racionalidade do mundo, se expressa pelo modo de organização baseado quase inteiramente na lógica de mercado. Embora a racionalização da sociedade no século XVI já estivesse no processo de adequação à organização por meio do mercado, ela ainda era compreendida na divisão entre esfera pública e esfera privada e valorizava essa divisão através da exaltação do indivíduo autônomo que discutia por meio de razões. A organização racional estava estritamente relacionada com a racionalidade do mercado, assim como a impessoalidade das relações e a não distinção entre os indivíduos. Aquilo que fundou a sociedade moderna, para Dardot e Laval (2016), foi extremado de modo que o mercado não era mais visto como instituição de trocas de mercadorias, mas sim pela concorrência entre os indivíduos.

Essa mudança teórica terá efeitos duradouros que influenciarão a própria noção de progresso da sociedade por meio da concorrência generalizada entre os indivíduos. Mesmo que as bases teóricas tivessem sido inspiradas pela biologia, no que tange a adaptação do mais apto,

quando essas são abandonadas, ainda persiste a ideia de concorrência entre as nações, as empresas e entre os indivíduos, de natureza igual a luta pela sobrevivência em um ambiente hostil. A naturalização da competição em todas as esferas da vida arquitetou a conduta dos indivíduos e transformou as políticas econômicas dos países e das empresas. Segundo Dardot e Laval (2016), essa nova ideologia concorrencialista foi bem recebida nos Estados Unidos e na Europa, dando novo fôlego ao *laissez-faire* e colocou em questão algumas leis de proteção salarial dos trabalhadores nos Estados Unidos.

Obviamente, essa alteração teórica e prática do capitalismo não foi derivada de eventos e contextos simples. Os autores resgatam Karl Polanyi para argumentar sobre as fragilidades da democracia liberal do século XIX frente a sua organização econômica de livre troca. A Primeira Guerra catalisa esse processo que coloca os dogmas liberais de liberdade econômica e livre circulação em desconfiança frente a estabilidade social daquele período de múltiplas crises. Logo, a repulsa ao Estado como organizador da vida econômica começa a perder espaço, até mesmo entre os favoráveis ao *laissez-faire* que compreendiam a necessidade de reformar o capitalismo e lhe dar novo sentido e organização.

Da mesma forma, o Estado de Bem-estar social foi uma das respostas a essa necessidade de organizar o capitalismo sobre outras bases. O *New Deal*, que se organizava nos Estados Unidos, foi o programa que melhor se estruturou para reformar o capitalismo, tendo em vista as realidades sociais e econômicas, e que se utilizou de críticas ao socialismo para incorporá-las ao liberalismo. O modo como se organizava essas ideias e ações representa a preocupação de negar o *laissez-faire* ao mesmo tempo que visava reestruturar o capitalismo e, de certa forma, salvá-lo de si mesmo. Essa preocupação se mostrava anterior ao século XX, quando foi estudada e estruturada mais a fundo a nova organização do capitalismo: “Aliás, desde o fim do século XIX, nos Estados Unidos, o significado das palavras *liberalism* e *liberal* começava a mudar para designar uma doutrina que rejeitava o *laissez-faire* e visava reformar o capitalismo.” (Dardot; Laval, 2016, p. 57).

Ao contrário dessa tese que visava organizar o capitalismo por meio do Estado ou regulá-lo visando a sua permanência na nova realidade do mundo que conheceu a tragédia da sua não regulamentação, há aqueles que defendiam o aposto: a nova organização capitalista deve ser a adaptação dos indivíduos, das instituições e de toda a sociedade à uma nova ordem econômica baseada na concorrência generalizada. As novas bases do capitalismo deveriam ser a sua própria natureza competitiva, que segundo Dardot e Laval (2016), eram defendidas por Lippmann que via o novo liberalismo, isto é, o Neoliberalismo, como um processo de revolução constante, que embora necessitasse de manutenções por meio da força pública, eram

manutenções visando a maior adaptabilidade do indivíduo frente a nova lógica social. O papel do Estado não seria regular o capitalismo em vista de melhores condições de vida para os cidadãos, mas adaptar o indivíduo às novas formas de organização social a fim de evitar sofrimentos morais e conflitos individuais e coletivos.

Independentemente do teor desta corrente que desejava a adaptação de todo o corpo social à natureza capitalista, ainda se pressupunha uma ordem, em oposição à organização do *laissez-faire*. Dessa maneira:

A questão da arte do governo é central. Os adeptos do coletivismo e os do *laissez-faire* equivocam-se por razões contrárias sobre a ordem política correspondente a um sistema de divisão do trabalho e troca. Uns querem administrar todas as relações dos homens entre eles, e os outros gostariam de acreditar que essas relações são livres por natureza. A democracia é o império da lei para todos, é o governo pela lei comum feita pelos homens. (Dardot; Laval, 2016, p. 94)

A busca pelos remédios para os males da sociedade moderna também foi discutida na Alemanha. Os assim denominados “ordoliberalis” eram aqueles que buscavam uma ordem para o liberalismo. Tendo em vista as catástrofes do regime nazista, esses intelectuais formularam sua teoria sob o princípio de que a economia de mercado, isto é, o princípio de livre escolha, seria como um antídoto ao poder coercitivo e tirânico do Estado. Por essa razão, Dardot e Laval (2016) qualificam essa característica do ordoliberalismo como negativa, pois esse compreendeu o nazismo como um movimento de aumento do poder do Estado e resultado final de uma economia planificada e regulada por ele.

Por outro lado, a característica positiva do ordoliberalismo seria, no contexto de reconstrução das instituições alemãs, operar um sistema de intercâmbio entre economia e o Estado, no qual o próprio Estado se adequaria a nova realidade da economia de mercado, movimento inverso daquele do período do *laissez-faire* que objetivava a criação da liberdade econômica dentro de um Estado já existente. Assim, a economia produziria a legitimidade do Estado, no sentido de que ela criaria e legitimaria as regras de direito público do Estado enquanto esse forneceria o espaço de liberdade onde os indivíduos poderiam buscar pelos seus interesses.

Evidentemente, a palavra “ordo” significa “organização” e essa remete a organização da economia de mercado. A superioridade da economia de mercado é entendida como a única forma de superar a escassez de bens ao mesmo tempo que possibilita aos indivíduos tomarem escolhas e seguirem suas vidas sem nenhuma forma de coação. A base para esse pensamento não é outra senão a concorrência. Somente a concorrência, para esses teóricos, é que possibilita a realização de planos pelos indivíduos. Desse modo, a promoção do princípio de concorrência acaba “introduzindo um deslocamento importante com relação ao liberalismo clássico, na

medida em que o mercado não é mais definido pela *troca*, mas pela *concorrência*.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 111).

A concorrência ainda é vista como a melhor forma de organização social na medida em que representa o direito privado dos indivíduos. Enquanto a vontade geral⁸ poderia ser caracterizada pela vontade do coletivo em defender a generalidade das leis do direito privado, a vontade particular seria aquela na qual um grupo que possui interesses age de modo a obter uma lei a seu favor. Portanto, a concorrência entre os diferentes grupos de interesses organizaria melhor o corpo social e possibilitaria seu maior progresso social e ético. Somente a concorrência incentivaria a justa disputa de interesses e adapta os indivíduos às novas mudanças sociais.

Para viabilizar a concorrência generalizada entre os indivíduos, a política social adotada deve fazer com que estes se identifiquem como microempresas, identificação essa que homogeneiza a sociedade e a economia, ao mesmo tempo que deve evitar a tomada total da sociedade pela lógica de mercado que tornaria tanto a sociedade quanto a economia, heterogêneas. No entanto, ao operar pela lógica concorrencialista entre os indivíduos, essa política social acaba por firmar a lógica de mercado nas mais diversas esferas da vida. Ao invés de limitar o poder de influência do mercado em esferas da vida que não o comportam devido à natureza plural do ser humano e da própria existência social, a lógica concorrencialista operada fornece o próprio modelo mercadológico de unidades atomísticas independentes.

A discussão sobre neoliberalismo na obra de Dardot e Laval (2016) ajuda a compreender melhor o objeto pesquisado, visto que as novas formas de identidades individuais e coletivas operam sobre o cálculo econômico de concorrência por reconhecimento e direitos. A fragmentação dessas novas formas de vida também remete a lógica de mercado atomizado em que os indivíduos se tornam independentes entre si que, em certo sentido, diz respeito sobre a adaptação da esquerda identitária à nova racionalidade. Isso nos auxilia no entendimento sobre a capilaridade que essa nova forma de organização da sociedade e do sistema capitalista possui.

Para fins da pesquisa, o que realmente foi impactante enquanto fenômeno histórico e político foi o triunfo de uma política que ao mesmo tempo era neoliberal e conservadora. Essa política ganhou notoriedade em fins da década de 1970 e início da década de 1980 por meio de dois governantes de duas grandes potências capitalistas, a saber: Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher no Reino Unido. Ambos simbolizavam a repulsa pela organização keynesiana da economia, isto é, a regulamentação e controle, por meio do Estado, das empresas

⁸ Conceito de Jean Jacques Rousseau.

privadas, da proteção social e no que diz respeito aos direitos e representatividade dos trabalhadores. No entanto, ainda que essa “virada”⁹ seja o ponto central para a crítica feita à organização econômica e política da sociedade contemporânea, o movimento pelo fim da organização keynesiana da economia tinha por objetivo acabar com a alta inflação, com o alto índice de desemprego e reduzir os gastos públicos que já não eram mais sustentáveis (OFFE, 1983)

Contudo, o discurso que visava reduzir as intervenções estatais não tinha a pretensão de acabar com o papel do Estado, pelo contrário, a autoridade estatal ressurgiu na defesa contra “inimigos” externos, no policiamento de inimigos internos e na restauração de valores e instituições tradicionais, como a família. Esse elemento demonstra a característica conservadora desse movimento e aponta, para Dardot e Laval (2016), uma nova configuração da função do Estado. Os autores, ao reconhecerem esse componente disciplinar desse movimento e a finalidade do Estado em formar indivíduos adaptados para essa nova racionalidade, reforçam que ainda há aqueles que o qualificam como um simples retorno ao *laissez-faire*, perdendo assim a dimensão estratégica das políticas neoliberais.

Entretanto, Dardot e Laval (2016), não entendem “estratégia” como um objetivo amplamente debatido e escolhido de modo racionalizado, pois, para os autores, isso alimentaria teorias da conspiração que entendem esse processo como um “complô”, teoria essa, familiar a esquerda. Deve-se entender as estratégias neoliberais como um “conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 191). A compreensão do fenômeno deve ser feita tendo como base as disputas e debates em torno da organização do Estado de bem-estar social e sua decadência, onde foi possível a aproximação de forças até então dispersas. A constituição dessa nova racionalidade é fruto desse processo, de acordo com Dardot e Laval (2016), e não de uma tomada de decisão racional e sistematizada, como pensa parte da esquerda.

A falência de um modelo que conciliava altos salários com o aumento dos lucros das empresas possibilitou a instauração de medidas que visavam restaurar determinada ordem liberal voltada para a lógica do mercado. Concomitante a isso, as duas crises do petróleo (1973 e 1979) catalisaram esse movimento de maior influência dos mercados sobre as economias nacionais que já não podiam sustentar a política de crescimento combinada ao pleno emprego e a alta taxa de gastos sociais. Portanto, a ofensiva contra os sindicatos que se fortaleceram no

⁹ Os autores qualificam esse momento como uma virada da sociedade capitalista.

período do Estado de bem-estar, os cortes do orçamento destinada aos gastos sociais, a diminuição dos impostos e a desregulamentação da economia foram ações que puderam ser efetivadas com a finalidade de restaurar as economias em colapso.

Embora esse processo estivesse ocorrendo nos países desenvolvidos que implementaram as políticas de regulamentação da economia por parte do Estado, os países subdesenvolvidos, em especial os latino-americanos, também vivenciaram esse momento por meio de seu endividamento frente à elevação da taxa de juros. Para Dardot e Laval (2016), esse contexto possibilitou que o FMI impusesse, mediante negociações de pagamentos, planos de ajustes que estabeleceriam reformas profundas nesses países, podendo criar novas disciplinas políticas tanto monetárias como orçamentárias:

Desse modo, progressivamente uma nova orientação tomou corpo em dispositivos e mecanismos econômicos que mudaram profundamente as “regras do jogo” entre os diferentes capitalismo nacionais, assim como entre as classes sociais em cada um dos espaços nacionais. As mais famosas das medidas adotadas foram a grande onda de *privatizações* de empresas públicas (na maioria das vezes vendidas a preço de banana) e o movimento geral de *desregulamentação* da economia. A ideia diretriz dessa orientação é que a liberdade que se dá aos atores privados – que conhecem melhor a situação dos negócios e seus próprios interesses – é sempre mais eficaz do que a intervenção direta ou a regulação pública. Se a ordem econômica keynesiana e fordista repousava sobre a ideia de que a concorrência entre empresas e entre economias capitalistas deveria ser enquadrada por regras fixas comuns no que diz respeito a taxas de câmbio, políticas comerciais e divisão de renda, a nova norma neoliberal instaurada no fim dos anos 1980 erige a concorrência em regra suprema e universal de governo. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 197)

Se observa a influência do ordoliberalismo nas ações tomadas pelos governos para solucionar os problemas derivados da organização keynesiana da economia, na medida em que não exclui o papel do Estado, como no *laissez-faire*, mas o torna uma instituição que adapta a sociedade para a nova lógica concorrencialista. Essa nova organização contribui para a competição tanto entre os Estados nacionais, como entre os indivíduos, rompendo assim com a solidariedade que fora estabelecida pelo contexto e instituições do Estado de bem-estar, pois essa não corresponde à lógica privada de indivíduos independentes e concorrentes entre si.

Devido às reformas legislativas e privatizações de diversos setores, a difusão do neoliberalismo ganha mais força, sobretudo com a liberalização do setor financeiro e a expansão, propiciada pela globalização, da tecnologia. A passagem do capitalismo fordista para o capitalismo financeiro, de acordo com Dardot e Laval (2016), modifica a forma como as empresas serão geridas. Isso envolve a terceirização de alguns setores, a diminuição do tamanho da empresa, a mudança de local e aquisições-fusões. Todos esses elementos visam a necessidade de criar valor da empresa na bolsa, isto é, no setor financeiro e especulativo.

O Estado, nesse contexto, é de suma importância, pois, como argumentado por Dardot e Laval (2016), exerce a função de “salvar” as empresas e bancos quando estes perdem valor

de mercado ou falem. Em certo sentido, essas medidas colocam em prática o princípio que no Brasil também é familiar: socialização dos prejuízos e privatização dos lucros. Embora alguns analistas defendam que essas medidas são o retorno do “Socialismo”, já que o “verdadeiro capitalismo” é hostil ao Estado, elas não são nada mais que a “*extensão forçada e forçosa do papel ativo do Estado neoliberal*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 205), reafirmando que no capitalismo contemporâneo ou neoliberalismo, o Estado não é ausente, ao contrário, é presente e, para os autores, principal parceiro dessa nova organização do sistema capitalista.

Desse modo, a própria estrutura do Estado é alterada para atender às novas demandas do mercado financeiro e adaptar à nova lógica econômica. Assim como as empresas se modificam para aumentar seu valor de mercado e reduzir custos, o Estado passa a ser gerido como uma empresa. Para Dardot e Laval (2016) a nova configuração do Estado e do governo pode ser lida como “governo empresarial” onde a lógica está ligada à redução dos custos e não à expansão dos serviços públicos. A busca por resultados efetivos, a promoção da concorrência entre fornecedores de serviços e, principalmente, a consideração de que os “usuários” são consumidores possibilitando que esses escolham entre escolas e serviços, torna o próprio Estado em uma empresa que oferece serviços e possibilidades para os cidadãos que se tornam consumidores.

Nessa perspectiva, a esfera pública que antes era o espaço de discussão entre os indivíduos mediados por razões, se torna um *shopping*, isto é, um espaço onde há liberdade de escolha por consumidores que, ainda de modo racional, escolherão determinado serviço baseado em gostos pessoais ou pelo custo-benefício. A transformação da esfera pública em lugar de concorrência entre Estados, serviços e indivíduos representa a privatização de toda a vida social e acentua a fragmentação societária, um dos problemas trabalhados na pesquisa. A falta de vínculos entre os indivíduos propiciada pela racionalidade concorrencialista impulsiona uma nova condição do indivíduo que é fruto de um processo histórico, já apontado por Habermas (2014), que embora emancipe o indivíduo das tradições, pessoalismos e hierarquias, mercantiliza as relações sociais e gera novas formas de autoridade, poder e submissão às leis impessoais de valorização ao capital.

Para qualificar a nova condição do indivíduo ou sujeito, Dardot e Laval (2016) a chamaram de *neosujeito*¹⁰. A mentalidade de empresa, no sentido da busca por objetivos, que compete com semelhantes e deseja maximizar resultados se torna a própria subjetividade desse neosujeito:

¹⁰ O conceito dos autores diz respeito ao novo sujeito que agora é visto como uma empresa, estando apto para a concorrência com seus semelhantes.

[...] ele deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostra-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 330-331)

Esse conceito, para os autores, está atrelado a uma concepção de empresa, isto é, ao mesmo processo e mentalidade que administra uma empresa. Essa nova condição do indivíduo demonstra a falta de identificação com as instituições e com os processos históricos que constituíram a sociedade. De certo modo, essa nova condição diz respeito a uma nova subjetividade mercantil do indivíduo e sobre novos problemas psíquicos e sociais ligados a ela. Igualmente a uma empresa que visa o lucro, o indivíduo é concebido para ser limitado, tanto em formação, aperfeiçoamento quanto em liberdade de escolha, tal qual aquele que deseja consumir algum produto frente a ilimitadas opções.

Portanto, Dardot e Laval (2016) consideram que há uma *dessimbolização* que, para os psicanalistas, gera uma “nova economia psíquica” baseada no desejo ilimitado de escolher e consumir do indivíduo. Para a pesquisa desenvolvida, o fator crucial é o consumo e troca de identidades propiciado por essa nova racionalidade e subjetividade capitalista. A falta de identificação com instituições gera novas formas de identificação:

[...]com cargos, funções, competências próprias da empresa, assim como a identificação com grupos de consumo, sinais e marcas da moda e da publicidade, funcionam como substituições substitutivas em relação a lugares ocupados na família ou ao status da cidade. A manipulação dessas identificações pelo aparato econômico faz delas “ideais voláteis do eu, em constante remodelação”. Em outras palavras, a identidade tornou-se um produto consumível. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 368)

A identidade se tornando um produto que pode ser consumido de acordo com as vontades dos indivíduos, estabelece a dinâmica em que os vínculos sociais não são mais duradouros, no sentido de que a identificação é passageira e não visa instituir relações para além de um determinado momento. A cooperação para uma causa política ou para a aquisição de direitos é restringida pela inexistência de uma identidade que seja de fato construída politicamente e não para a satisfação em meio a mercantilização total das relações. Assim, Mark Lilla (2018) irá dissertar sobre a incorporação dessa lógica identitária e neoliberal pela esquerda contemporânea e como isso permitiu a ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos. Além disso, há o risco dessa nova racionalidade adotada pelo campo progressista afetar as demais democracias e permitir a eleição de líderes que representam o completo oposto das pautas identitárias e dos valores democráticos.

Outro sentido que está atrelado a essa concepção empresarial do indivíduo e a possibilidade de troca de identidades é a concorrência entre as mais diversas formas de vida.

Como colocado por Pierucci (1999), o discurso da diferença vem sendo incorporado pela nova esquerda, da mesma forma que o discurso neoliberal da concorrência, segundo Dardot e Laval (2016). Assim, a concorrência generalizada entre os grupos identitários possibilita a fragmentação política e seu isolamento em guetos incomunicáveis, para se utilizar do conceito de Victoria Camps¹¹, pois são concorrentes entre si e disputam o reconhecimento e a aquisição de direitos.

De certo modo, o discurso da diferença é assimilado pela esquerda devido a nova racionalidade que fragmenta a sociedade ao mesmo tempo que transforma a identidade em produto. No sentido de fragmentação, se entende a falta de vínculos sociais, a dessimbolização das instituições e a concorrência generalizada. No campo da identidade enquanto produto, ainda que a concorrência e a mentalidade do cidadão como consumidor sejam sua base, adiciona-se o fato de a identidade substituir aquilo que fora ocupado anteriormente pela organização classista e sindical. Não havendo mais espaço para a organização do trabalho por meio de instituições, a identidade assume a coordenação dos grupos progressistas dispersos. Para se aprofundar de fato no tema e objeto da pesquisa, Lilla (2018) argumenta sobre os movimentos identitários sob a perspectiva estadunidense, traçando a história desses em paralelo com os discursos dominantes naquela sociedade.

2.3 A nova esquerda como representação de um novo momento histórico

Diante da ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, muito foi discutido acerca das ações que levaram o campo progressista à derrota e permitiram que uma figura *outsider*, com um discurso antipolítica, antidemocrático e preconceituoso contra imigrantes ganhasse a eleição em um país que possui a maior tradição democrática do ocidente e mecanismos institucionais para impedir que tais figuras avancem no pleito democrático. Para tentar compreender o fenômeno, Mark Lilla (2018) argumenta em sua obra que o liberalismo, e isso se entende a esquerda, os progressistas e os próprios liberais, está em crise nos Estados Unidos. Essa crise é em relação à adesão e confiança da população nas propostas e discursos progressistas.

Para Lilla (2018), os liberais estadunidenses abdicaram da disputa pelo imaginário da população diante do que o autor qualifica como uma “Dispensação” da era Reagan. O termo “dispensação”, para o autor, está relacionado a um momento de grande impacto na história política estadunidense. Dessa forma, houve duas dispensas na história dos Estados Unidos: a Dispensação Roosevelt e a Dispensação Reagan. Enquanto a primeira tinha a sociedade como

¹¹ Conceito de Victoria Camps (1996) em seu livro “Paradoxos do Individualismo”.

espaço onde os cidadãos se envolverem em um empreendimento mútuo em prol da solidariedade e do dever público, a segunda apresentava uma sociedade estadunidense mais individualista, onde os grupos e empresas progredirem sem a intervenção do Estado, isto é, a primeira valorizava o papel das instituições e do dever cívico entre os cidadãos e a segunda compreendia que as mesmas instituições limitavam a prosperidade dos indivíduos.

Nessa nova dispensação, o campo progressista não conseguiu reagir às mudanças que ocorriam na sociedade e desenvolver uma nova visão política que desse sentido e mostrasse os caminhos para a população. Diferente da direita que se organizava e se unificava, os progressistas se fragmentaram na medida em que incorporaram o discurso da identidade como sua nova política e assim reforçava fundamentos dessa mesma direita:

A política identitária certamente não representa nada de novo na direita americana. O mais impressionante durante a Dispensação Reagan foi o desenvolvimento da sua versão de esquerda, que acabou se tornando a doutrina seguida por duas gerações de políticos, professores, jornalistas, militantes liberais e filiados ao Partido Democrata. Não foi um acidente histórico. Pois o fascínio (e sem seguida a obsessão) pela identidade não desafiava o princípio fundamental do reaganismo, o individualismo; ele o reforçava. (LILLA, 2018, p. 14)

No entanto, a política identitária de esquerda, antes dos anos 1980, era relativa a um grande número de pessoas que se uniam para reparar erros históricos e assegurar os direitos conquistados por meio das instituições. De certo modo, esses grupos possuíam a cidadania e a união como diferente como um valor que agregava para a consolidação de suas pautas. Com as mudanças ocorridas na sociedade estadunidense, esses movimentos cederam espaço para uma lógica de cultivo pela identidade, pela individualidade e pela diferença. Portanto, o que era uma política de esquerda que via na conciliação entre diversos grupos e nas instituições meios para garantir direitos, se transformou em uma pseudo política que é fundamentalmente excludente e, infelizmente, cultivada em universidades e faculdades. Esse retrocesso na política liberal progressista é o ponto central para compreender a derrota eleitoral e a aversão da população.

Os estadunidenses, segundo Lilla (2018), veem o liberalismo com certa hostilidade, pois entendem como uma ideologia professada por elites urbanas que não possuem contato com o restante do país e entendem as questões e problemas por meio da lógica identitária. Isso afastou a população do progressismo e é empiricamente comprovado pelo autor na apresentação do *site* do Partido Democrata onde constam dezessete mensagens diferentes para dezessete grupos diferentes, ao contrário do que era encontrado no *site* do Partido Republicano que começava pela Constituição do país e terminava com a questão sobre a imigração e pela retomada do crescimento econômico.

Portanto, o projeto liberal nos Estados Unidos se transformou em uma espécie de evangelização. Enquanto os Republicanos se afirmavam como os defensores dos trabalhadores

oprimidos pela elite e se fortaleciam em nível local, os liberais voltam suas energias para reconhecer grupos minoritários, quando não minúsculos, a fim de “reescrever” a história pelo olhar dos oprimidos. Não há algo substancialmente errado nisso, mas ao focar nessa questão, o liberalismo deixou esses grupos mais vulneráveis, pois perdeu espaço nas eleições locais e quando um ato de violência contra os grupos oprimidos ganhava notoriedade, havia a organização de passeatas ou o apelo para assinar uma petição ou carta de repúdio. Ao contrário de focar suas energias para garantir espaços na política, e assim garantir que os grupos fossem defendidos e tivessem seus direitos garantidos, optou por um reconhecimento vazio que, na prática, não significa nada.

Todavia, os liberais não chegaram nesse contexto sem uma razão ou razões aparentes. As transformações ocorridas na sociedade estadunidense nos anos 1980, principalmente com a ascensão de Ronald Reagan à presidência, diziam respeito a um novo momento histórico. O crescimento ininterrupto de quase trinta anos propiciado pelo *Welfare State* possibilitou que os cidadãos adquirissem imóveis e veículos como nunca antes na história daquele país. Ao redor das grandes cidades, subúrbios começaram a aparecer com maior frequência e houve, embora lenta, a mudança de cidadãos do sul para o oeste. Essa “imigração” tímida deslocou indivíduos de bairros onde se convivia com parentes e amigos para “terras virgens” junto de outros indivíduos na mesma situação, sem qualquer ligação ou vínculo.

Da mesma forma, as revoluções tecnológicas, como os eletrodomésticos e, principalmente, a pílula anticoncepcional, permitiram que as mulheres se tornassem mais independentes de suas funções domésticas e eroticamente de seus maridos. Em decorrência, os divórcios se tornaram mais comuns, pois também já não eram vistos como danosos para a criação dos filhos e, sobretudo, beneficiam a independência dos indivíduos. Os casamentos se tornaram minoritários, quando aconteciam e isso afetou a nova constituição familiar. Os indivíduos que precederam essa geração cresceram com menos irmãos e se acostumaram a passar mais tempo sozinhos e não desenvolveram responsabilidades, a não ser consigo mesmos.

As transformações sociais implantaram expressões que correspondiam aos anseios individuais e, por essa razão, foram bem recebidas pelos indivíduos e pelos grupos políticos que precisaram se adequar a essa nova lógica:

Tornamo-nos uma sociedade burguesa hiperindividualista, tanto materialmente como em nossos dogmas culturais. Quase todas as ideias, crenças ou sentimentos que antes abafavam a perene demanda americana por autonomia individual evaporaram. Opção *pessoal*. Direitos *individuais*. Autodefinição. Pronunciamos essas palavras como se fossem votos matrimoniais. Nós as ouvimos nas escolas, na televisão, em salas de reunião abafadas em Wall Street, nos cercadinhos iluminados do Vale do Silício, na igreja - até mesmo na cama. Nós as ouvimos com tanta frequência que achamos difícil pensar ou falar sobre quaisquer outros assuntos que não sejam esses termos

egocêntricos. E portanto era de se esperar que uma hora dessas nossas políticas nos acompanhasse e fosse infectada pelo mesmo egocentrismo, e que nosso vocabulário político fosse revisto para corresponder à nova realidade. (LILLA, 2018, p. 28)

A nova realidade estadunidense se deu neste contexto social que tinha como ideal o Estado mínimo argumentado por uma vertente intelectual na qual se destaca Robert Nozick em sua obra “Anarquia, estado e utopia” e discursado pelo então candidato à presidência, Ronald Reagan. Os novos princípios culturais dessa dispensação viam no indivíduo autônomo a verdadeira fonte da “boa vida”. Esse indivíduo se tornará mais distante da sociedade, enquanto cidadão, na medida em que tornava mais próximo de si mesmo. Aquilo que Dardot e Laval discutiram como uma nova razão do mundo era exatamente isso: novas formas de organização social enraizadas na noção do indivíduo atomizado e egoísta regido pela lógica econômica. Embora Antônio Gramsci tivesse vindo décadas atrás dessa nova expressão cultural e econômica do capitalismo, ele enxergou nos Estados Unidos o que seria a hegemonia, nesse contexto entendida como “americanismo” e como essa modificaria a vida social dos indivíduos.

A hegemonia do sistema capitalista pode ser colocada no campo do progressismo conforme a lógica predominante deixava de ser o coletivismo e se afirmava na exaltação do indivíduo e na reprodução da cultura que se assentava naquele momento. No sentido da reprodução sistêmica, os novos movimentos progressistas e de esquerda abdicaram de suas origens históricas e teóricas e buscavam na nova lógica social e econômica as razões para se afirmarem. Não se trata necessariamente de um movimento sistemático e intencional do progressismo, mas sim da falta de respostas frente a uma nova “onda” contra as políticas implementadas pelo *New Deal* que estavam perdendo espaço devido à alta inflacionária e os grandes gastos públicos.

A falta de respostas a esses problemas alinhada as ações dos liberais que recorriam ao poder judiciário para defender pautas que vão desde a proteção de peixes raros até questões mais complexas como o aborto ou a legalização das drogas, sem consultar a opinião pública e não dando pequenos passos de cada vez para buscar o consenso, ajudaram a construir o ideal de que as instituições servem a uma elite que não se preocupa de fato com os rumos do país. Dessa forma, os problemas da sociedade não foram resolvidos. A soma desses fatos também propiciou a visão do governo como ineficiente e com um alto custo social e econômico para os cidadãos. Esses, por sua vez, não tinham mais no seu imaginário aquilo que a dispensação Roosevelt se esforçou para criar: cidadãos de mãos juntas para construir um país melhor.

Quem melhor captou essa mudança cultural e soube dar as respostas que os cidadãos queriam, em conjunto com a visão de país, foi o então presidente Ronald Reagan. A ascensão de Reagan marcou uma nova dispensação nos Estados Unidos e forneceu aos grupos, tais como

os de mulheres conservadoras, trabalhadores do meio-oeste, sulistas ressentidos, conservadores, árdios defensores do livre-mercado, religiosos que eram contra as mudanças culturais da década de 1960, indivíduos inclinados para teorias da conspiração e anticomunistas, uma visão comum do que os Estados Unidos eram e poderiam vir a ser, diferente do Partido Democrata.

A era Reagan, sobretudo o discurso que articulava esses diferentes grupos, era composta por uma retórica antipolítica, que embora não fosse calcada em bases sólidas, soube articular os interesses individuais. O presidente, para os cidadãos estadunidenses, deveria ser aquele que assinasse os papéis, nada além disso, já que o cargo seria somente a expressão da vontade popular e nisso, Reagan soube se apoiar. O então presidente também compreendeu a importância de se ganhar eleições locais e no legislativo, diferente dos liberais que gastaram suas energias na conquista da presidência através de publicidade a cada quatro anos. Em resumo, Ronald Reagan e o Partido Republicano souberam captar a mudança estrutural e sistêmica, bem como as novas inclinações dos indivíduos.

Nesse contexto, se esperava uma reação à altura do Partido Democrata, especialmente no que tange aos discursos anti política do movimento liderado por Reagan. Os democratas deveriam ter optado pelo fortalecimento e valorização das instituições políticas se empenhando em ganhar eleições locais para se reaproximar da classe operária que antes era sua base eleitoral e que agora fora conquistada por Reagan. Ao contrário disso, houve o deslumbramento pelo discurso e movimentos da identidade que atuavam fora das instituições e cultivavam um desdém pelo demais que viviam entre a Costa Oeste e a Costa Leste” (LILLA, 2018, p. 50)

Para Lilla (2018), a mudança de um discurso de coletividade e de solidariedade entre os cidadãos para o discurso identitário e diferencialista que mais desagrega do que une pode ser explicado na também mudança de formação dos líderes políticos. Segundo o autor, antes os líderes e militantes políticos eram formados e recrutados em suas comunidades, nas classes operárias e no chão da fábrica. Atualmente, esses mesmos líderes e militantes são formados nas faculdades e universidades distantes teoricamente e geograficamente da sociedade. Isso gerou a falta de entendimento dos problemas do país e se distanciou da opinião pública.

Um exemplo para se diferenciar os movimentos sociais da década de 1960 com os contemporâneos, segundo Lilla (2018), é a forma como lidavam com a identidade. Na década de 1960, o movimento pelos Direitos Civis não estava restrito a uma identidade, tentava englobar o máximo de pessoas possível. Outra característica desse movimento que não é vista na atualidade é o modo como lidavam com a identificação com o país. Para realmente cumprir com os deveres que fundaram a sociedade estadunidense, os Estados Unidos deveriam ser fiéis aos seus princípios de garantir igual dignidade de todos os cidadãos e isso incluía os negros que

sofreram com a segregação racial institucionalizada. Mesmo que os negros tivessem sido excluídos socialmente e submetidos a todos os tipos de violência, compreendiam que a política institucional e baseada na cidadania era o melhor caminho para a conquista de direitos.

Diferente do que pensavam os militantes da esquerda na década de 1960, nos Estados Unidos, o apoio a discursos anti instituições, também reforçados pelo conhecimento público do que ocorria na então União Soviética, não criou laços inter comunitários entre as pessoas e movimentos de diversos segmentos sociais. O que Sennett (2006) demonstra, é uma realidade totalmente contrária ao que se pensava, isto é, onde, supostamente, existiriam vínculos entre os indivíduos pela falta da burocracia, na verdade, se atestou indivíduos deslocados e sem os vínculos comunitários embasados em discursos sobre o amor livre e a liberdade do ser.

Portanto, o fim das instituições não correspondeu aos objetivos “previstos” pelo que se qualifica como “Nova esquerda”. As mudanças no mundo do trabalho, bem como a nova organização do capitalismo, assentada em ideais do livre mercado e os problemas trazidos pelo início do que concebemos como globalização, corroboraram para que os indivíduos não criassem laços entre si, mas decidissem seguir em frente em busca de seus próprios objetivos por si. Nesse sentido, a vida não se tornou mais estável e harmoniosa, e sim mais incerta e caótica, enquanto as alterações sociais não demonstravam outro caminho a não ser a busca por propósitos individualistas.

A diferença entre os antigos e os novos movimentos sociais se dá na medida em que antes a identificação era com o país enquanto todos sendo cidadãos da mesma nação e isso inclui o slogan “o que posso fazer para o meu país?”. Entretanto, durante os anos de 1970 e 1980, a identificação passou a acontecer com grupos sociais dentro do próprio país, tendo a cidadania perdido grande espaço e o antigo slogan substituído pelo “o que meu país me deve em virtude da minha identidade?”. Assim, “as pessoas se puseram a falar em identidade pessoal nos termos do homúnculo interno, dessa pequena coisa composta de partes matizadas por raça, sexo e gênero. (LILLA, 2018, p. 55)

Para além dessa diferença geracional entre os dois movimentos no que diz respeito às suas ações políticas e formas de lidar com a identidade, a Nova Esquerda se distanciou do Partido Democrata e focou suas energias nos movimentos sociais não institucionalizados que embora tornaram o país mais tolerante e justo, contribuíram para a reprodução do discurso da diferença e fragmentado de Ronald Reagan:

As consequências dessa migração para fora do partido foram grandes. As forças que atuam na política partidária saudável são centrípetas: estimulam a aglutinação entre facções e interesses para planejar objetivos e estratégias compartilhados. Forçam todo

mundo a pensar, ou pelo menos a falar, sobre o bem comum. Na política dos movimentos, as forças são centrífugas, incentivando a divisão em facções cada vez menores, obcecadas com problemas exclusivos e praticando rituais de suposta superioridade ideológica. Portanto, a herança deixada pela Nova Esquerda para o liberalismo foi dupla. Ela produziu movimentos centrados em problemas específicos que ajudaram a trazer mudanças progressistas em numerosas áreas, com destaque para o meio ambiente e direitos humanos no exterior. [...]

O que a Nova Esquerda não fez foi contribuir para a unificação do Partido Democrata e para o desenvolvimento de uma visão liberal do futuro comum dos americanos. E à medida que o interesse lentamente se deslocou dos movimentos centrados em problemas específicos para os movimentos centrados em identidade, o foco do liberalismo americano também se deslocou – do que havia em comum para a diferença. E o que substituiu a ampla visão política foi uma retórica pseudopolítica e distintamente americana do indivíduo senciente e sua luta por reconhecimento. Que acabou não sendo tão diferente da retórica antipolítica de Reagan do indivíduo que produz e luta por lucro. Apenas menos sentimental e mais hipócrita. (LILLA, 2018, p. 64-65)

A política dos progressistas e liberais se tornou, a partir dos anos 1980, uma política moral baseada em atitudes e militâncias fragmentadas. Deslocada para e pela identidade pessoal, a nova política identitária deixou os problemas específicos de lado e centrou na identidade em oposição a um movimento em torno da eleição ou candidato ao legislativo. Isso parte de uma questão histórica onde a geração de 1960 migrou para as universidades com a finalidade de transmitir a política relacionada com o pessoal e tornando esse o centro da política, sendo a política partidária não mais correspondente a esses interesses. A política dos movimentos conseguiu agregar os indivíduos porque estes podiam fazer política a partir de sua identidade e em detrimento dela, aposto à política partidária que pensava os problemas relacionados ao bem comum.

Não seria diferente no que tange à discussão do trabalho sobre o identitarismo. Na medida em que os indivíduos se sentem deslocados da estrutura social, buscam criar novos grupos que atendam às suas necessidades e anseios, como resposta à falta de espaço nos lugares tradicionais. Isso não seria novo na história da sociedade, mas a velocidade em que isso ocorre e os subgrupos que vão se criando correspondem à necessidade dos indivíduos de pertencerem e darem sentido às suas vidas. Progressivamente, os grupos vão se criando e seus desertores continuam criando outros grupos que melhor atendam suas necessidades, como resposta à exclusão. Isso acarreta, em potência, infinitos grupos que podem acabar sendo construídos por um só indivíduo que não se sente pertencente a nenhuma organização, grupo ou partido.

Um segundo problema levantado por Sennetti (2006) é a relação de consumo e a “paixão auto consumptiva” onde o indivíduo deseja aquilo que não pode possuir e o desejo aumenta na medida em que o objeto desejado é mais difícil de se obter. Isso não se relaciona diretamente com o debate trazido sobre a identidade, mas exemplifica um dos inúmeros problemas que enfrentamos, ou seja, formas que os indivíduos buscam alcançar seus objetivos sem

preocupações coletivas. Isso torna a criação de diferentes grupos como uma forma de instrumentalização da causa para benefícios individuais, pois busca em uma causa legítima o meio para se alcançar um objetivo que não poderia ser realizado individualmente

O problema é exemplificado por Lilla (2018) através de uma hipotética aluna interessada nas discussões políticas que adentra à universidade e se depara com as questões identitárias. De acordo com o autor, na medida em que a hipotética aluna for se aprofundando no tema e nas suas questões derivadas, terá aversão ao termo “nós” pois entenderá que a universalidade encobre as diferenças e mantém o domínio dos privilegiados. Dentro do contexto, é perceptível a conspiração contra o universalismo. Ainda dentro dessa questão, a aluna aprenderá que sua identidade pode ser “fluída” o que gera vínculos não muito duráveis, feitos por conveniência.

Conforme Lilla (2018) argumenta, as universidades foram tomadas por essa lógica que reproduz o individualismo *reaganista*. Indo além, Dardot e Laval (2016) escreveram sobre a mudança do sistema capitalista e a exacerbação do privado e do individual frente ao público e ao coletivo e como essa nova razão do mundo se tornava hegemônica em todos os setores da sociedade. O problema se concentra nas universidades em razão de essas formarem os futuros líderes e militantes políticos. Se esses forem formados, como foram e continuam sendo, para exercer uma pseudo política identitária focada no “eu”, a cidadania e a própria noção de sociedade não terão mais sentido. A lógica já é familiar à direita, sua reprodução pela esquerda fortalece o discurso sobre não haver sociedade, somente indivíduos atomizados que concorrem entre si, algo que historicamente foi combatido pela esquerda.

Se compreende o sentido econômico por trás dos novos discursos acerca do indivíduo e de sua posição no social. O individualismo, em sentido da liberdade negativa, como teorizado por Isaiah Berlin¹², talvez nunca tenha tido tanto espaço no debate público. No entanto, Lilla (2018) aponta outro problema da Nova Esquerda que também ganha espaço nas universidades: a moral invocada pela identidade subjugada. O discurso moralista, seja ele qual for, nunca foi familiar para a esquerda, pelo contrário, a esquerda, principalmente aquela que surgiu na década de 1960, lutava contra a moral estabelecida, seja em relação às drogas, à religião e à família.

Se verifica nos campus universitários estadunidenses uma nova moral pregada pelos estudantes e professores obcecados pela identidade pessoal. O que Lilla (2018) concebe como uma moral para esses grupos é a relação entre os indivíduos quando vão debater algum tema.

¹² Berlin, Isaiah. Quatro Ensaios Sobre a Liberdade, 1969.

Sempre que se inicia o debate, há a expressão “falando como X”, algo que demarca um suposto lugar privilegiado de onde se fala e que levanta barreiras, obstruindo e moralizando o diálogo:

Na última década, uma locução nova e muito reveladora migrou das nossas universidades para a mídia convencional: “Falando como X” ... Não se trata de uma frase inofensiva. Ela diz ao ouvinte que estou falando de uma posição privilegiada neste assunto. (Nunca acontece de alguém dizer: “Falando como asiático gay, me sinto incompetente para julgar esse assunto”.) Ela ergue uma barreira contra perguntas, que, por definição, vêm da perspectiva de um não X. E o encontro se converte numa relação de poder: o vitorioso na discussão será aquele que invocar a identidade moralmente superior e expressar mais indignação com as perguntas que lhe forem feitas. (LILLA, 2018, p. 74-75)

O aumento da moralidade na Nova Esquerda, da mesma forma, dificulta o diálogo, tornando as hipóteses levantadas em puras e impuras em oposição a verdadeiras ou falsas. Na mesma medida, os universitários agem como radicais na busca por palavras e expressões que podem ser ofensivas ou erradas, do ponto de vista moral, nos discursos de colegas e professores. Para Lilla (2018) os militantes de esquerda se transformaram em severas “professoras protestantes” quando se trata de analisar a gramática inglesa. Portanto, as bases ideológicas da Nova Esquerda estão mais próximas, historicamente e politicamente, da direita do que da esquerda.

O cerne da pesquisa visa a compreensão da Nova Esquerda e suas mudanças que a tornam mais próxima da direita e reproduzem discursos, atitudes e ideologias que não somente fortalecem e reproduzem a lógica social, como também propiciam a ascensão de líderes sem compromisso com pautas progressistas e democratas. Também é de interesse da pesquisa argumentar que a Nova Esquerda, como colocado por Lilla (2018), é antipolítica, dado que o discurso identitário que se tornou hegemônico contribui para o esgotamento do diálogo e da cooperação entre os diferentes grupos dentro e fora das instituições. Esses aspectos reafirmam a falta de visão política da esquerda e, sobretudo, do campo progressista frente aos novos desafios econômicos, sociais e políticos.

Assim como a nova razão do mundo apontada por Dardot e Laval (2016), a privatização da vida social, similarmente, atinge o campo progressista. A política, de modo geral, envolve a discussão, a persuasão e o convencimento do outro para determinada causa defendida. O que vem sendo feito nos Estados Unidos é a concentração da atenção dos indivíduos nos próprios grupos, ignorando, intencionalmente, os que pensam de maneira diferente. Para Lilla (2018), isso intensifica o desdém dos movimentos identitários pela política democrática e pelo demais.

Independente de Lilla (2018) estar argumentando sobre os rumos da Nova Esquerda nos Estados Unidos, isso diz respeito a um fenômeno que atinge toda a esquerda, em nível mundial. Pierucci (1999), quase vinte anos antes de Mark Lilla, notava a mudança do discurso da esquerda, incorporando a diferença, e sua semelhança com a direita. A insistência na diferença,

através da identidade, se tornava o centro da discussão e da ideologia de esquerda, conjuntamente à fragmentação societária que ganhava força. A direita política também ressuscitava a diferença, visto que a imigração dos indivíduos de países periféricos para os países ricos suscitou a discussão acerca dos direitos dos imigrantes e fortaleceu a xenofobia.

O retorno do discurso da diferença para o cenário político mundial, de ambos os lados, é acompanhado pela atomização dos indivíduos que já não se reconhecem como parte de uma identidade nacional e se veem ameaçados pelas mudanças estruturais do capitalismo que são interpretadas de modo diferente pela esquerda e pela direita. Enquanto a Nova Esquerda não conseguiu dar respostas às mudanças do capitalismo, no sentido da falência do Estado de bem-estar e da vitória da lógica neoliberal, e por essa razão abdicou de seus fundamentos e incorporou a nova razão, a Nova Direita, por já se familiarizar com o discurso da diferença, o utilizou como ferramenta política para culpabilizar determinados grupos pelas crises em seus países. Em síntese: a esquerda usou o discurso da diferença para dar respostas e ganhar espaço na discussão política e a direita o utilizou como forma de explicar as constantes crises sociais e econômicas na forma de culpabilizar o outro.

Tendo ambos os lados políticos adotado o discurso da diferença, a igualdade perdeu qualquer resquício de ideal político e emancipatório. Além do mais, isso se mostra mais danoso para a esquerda, pois se a questão da diferença for mal-usada, pode explodir, em sentido metafórico, como colocado por Pierucci (1999) os grupos que ela julga defender. Ainda nesse sentido, o autor também dota de sentido metafórico quando diz que a direita volta com o discurso da diferença e a esquerda ao adotar também, “entrega a própria arma ao assaltante”¹³. Isso é perceptível quando se trata do cenário francês nos anos de 1980. Segundo Pierucci (1999) a Nova Direita identitária de utiliza dos mesmos argumentos da esquerda, mas de modo racista acerca do “apagamento” das diferenças e da cultura francesa:

O cenário agora é a França dos anos 80. O drama é a expansão da “direita identitária” em face imigração, encarada como fator de desagregação da cultura francesa. Pois bem. As análises de fenômeno feitas por Pierre-André Taguieff a partir dos discursos produzidos à esquerda e à direita (Taguieff, 1984, 1986a, 1986b) revelam que grande parte dos argumentos utilizados pela oposição direita de orientação nacionalista, argumentos usados contra a esquerda, provém da própria esquerda. Trata-se, observa ele, de uma exitosa estratégia das mais recentes formações da direita francesa, todas elas neo-racistas. Centra no complexo da imigração, o racismo francês atual e na verdade um “racismo sem raças”, um racismo cujo tema dominante não é a hereditariedade biológica, mas a irredutibilidade das diferenças culturais [...]. O campo semântico da “diferença cultural”, portanto, de onde a esquerda pensou poder atacar por tempo indeterminado todo tipo de biologização das diferenças características do racismo clássico, passou agora a ser, também ele, um campo minado. (PIERUCCI, 1999, p. 51)

¹³ Expressão utilizada por Antônio Flávio Pierucci.

O fato de a diferença ser um dos pilares para a construção do pensamento da direita ao longo da história é mais um ponto que a favorece, dado que se ambos os lados insistirem na diferença, a tendência é a “corda estourar” para o lado mais fraco politicamente e abrir espaço para discursos racistas, xenofóbicos e segregacionistas. A apropriação da direita pelo discurso do direito à diferença traz nova vitalidade ao movimento que busca, no senso comum, estabelecer bases políticas e ideológicas sólidas para realizar sua agenda. Uma vez conquistado esse objetivo, a esquerda perderia espaço e, de um modo geral, todo o progressismo por não conseguir mobilizar a população, pelo discurso diferencialista, como a direita.

Conforme fora afirmado anteriormente, a principal diferença entre esquerda e direita se dá na forma dos discursos acerca da igualdade ou não entre os indivíduos. Embora Mark Lilla esteja argumentando sobre a esquerda estadunidense se apropriar e reproduzir o discurso reaganista, Pierucci (1999) aponta outra característica da Nova Esquerda que também é fragmentário, mas o qual incorpora o uso do corpo (individual) como instrumento político, isto é, a identidade ligada ao físico e ao imediato como fazem os conservadores. Esse argumento encontra suas bases no pensamento de Karl Mannheim, o qual afirma que para o pensamento conservador, a abstração não é um dado objetivo, as pessoas, antes de tudo, não são indivíduos abstratos e sim partes integrantes de uma família.

Para Pierucci (1999), essa lógica conservadora de valorização do individual, da pertença a um gênero, a uma região, a uma etnia, o enaltecimento do próprio corpo, algo muito ligado ao físico é algo que vem se generalizando entre as esquerdas. Desse modo, o discurso dos novos movimentos sociais dos negros, dos indígenas, das mulheres e pela causa dos LGBTQIA+ ¹⁴ que destacam e valorizam as diferenças, nada mais representam que o discurso da Nova Direita identitária, no sentido de que ele se aproxima muito mais do discurso racista, xenofóbico, machista e homofóbico do que o discurso universalista defendido historicamente pelas esquerdas.

A questão central é a gama de demandas políticas e sua legitimação através do direito à diferença reivindicado por esses movimentos. Entretanto, essa estratégia política acaba por legitimar o discurso oposto e seu “fundamentalismo cultural” que visa manter as relações e estruturas de poder baseadas nas diferenças entre os grupos. Isso se deu pelo vácuo criado da não-realização do “Estado Nacional como Estado de bem-estar e pela não-realização do projeto socialista do projeto socialista de uma igualdade social material duradoura que superasse a mera igualdade jurídica, a mera igualdade abstrata, formal...” (Pierucci, 1999, p. 100)

¹⁴ O aumento de letras na sigla do movimento é um forte indício do processo de diferenciação e fragmentação da Nova Esquerda.

Em certo sentido, a posição conservadora da esquerda também é observada em outras esferas para além da identidade concreta. A conservação de direitos, das instituições políticas e do meio ambiente, para se restringir o argumento, são pautas defendidas pelo campo da esquerda, enquanto o progresso, a mudança e o desenvolvimento desenfreado se tornaram pautas políticas e econômicas da direita. Se antes a mudança radical da sociedade e seu progresso rumo a uma sociedade mais igualitária eram questões levantadas pela esquerda, atualmente são priorizadas pela direita, mas não no mesmo sentido de tornar a sociedade mais justa e sim o progresso e a mudança por si mesmos.

Portanto, a defesa do igualitarismo é uma pauta defendida historicamente pela esquerda, enquanto a direita se posicionou pela diferença que, por sua vez, é inseparável da desigualdade. Logo, o dilema enfrentado pela Nova Esquerda é se a diferença deve ser ignorada ou salientada. O avanço do *direito à diferença* é observado em todo o mundo, seja na Europa, em países que passaram pelo comunismo ou nos países do Terceiro Mundo, segundo Pierucci (1999). Assim como também se intensificam as afirmações de identidades dentro do mesmo território nacional, identidades derivadas e, portanto, diferentes entre si, embora tenham a mesma origem étnica.

Ocorre que a fragmentação operada pelas inúmeras e infinitas identidades e pela política dos diferentes corpos, leva à posição defendida por conservadores do século dezoito: negar as diferenças entre as pessoas, sacrificar essa diferença em nome de uma igualdade abstrata, seria negar a própria natureza. Diante desse problema, Pierucci (1999) afirma a possibilidade de falência da democracia representativa, visto que seus pilares, como a formação nacional, a universalidade dos direitos e a própria cidadania perdeu significado político.

A hierarquização dos corpos através da política de diferenciação demonstra a falta de qualquer perspectiva democrática no campo da esquerda. Não se trata da negação de valores fundamentais que formaram uma ideologia política abrangente e progressista, mas da negação da própria vida e sistema democrático que melhor arranja os particularismos e impede a hierarquização dos indivíduos através de direitos. O apego pelas diferenças poderia se estabelecer, na visão de Pierucci (1999), um horizonte emancipatório da humanidade, entretanto a probabilidade é maior em se tornar o que o autor classificou como “estado de natureza pós-civilização”.

A esquerda sempre questionou a suposta igualdade burguesa, já que essa seria “fantasiosa” diante das desigualdades de fato. Esse questionamento, porém, era voltado para uma utopia igualitária que visava uma igualdade real nas relações entre os indivíduos. Porém, a crítica da Nova Esquerda é focalizada contra o próprio princípio igualitário, na justificativa

de que a cidadania política é uma forma de “mascarar” as diferenças irreduzíveis dos indivíduos. Ao formular a questão dessa forma, a Nova Esquerda tangencia uma crítica reacionária em relação à modernidade, resgatando as diferenças naturais. Para Pierucci (1999), essa posição adotada pela Nova Esquerda se aproxima do que foi o discurso elitista contra a universalidade do voto e da reação contra a universalidade do gênero humano instituída pela modernidade.

Ainda que o conceito liberal de universalismo tenha seus problemas e possa ser criticado por seu caráter restritivo que gerou novas formas de hierarquia, é inegável a sua importância para o pensamento moderno. A modernidade instituiu uma forma de organização social na qual as diferenças não fossem pertinentes para as tomadas de decisões e nem gerassem privilégios baseados, pois a diferença última da modernidade se dá no rompimento com o antigo regime e com a sociedade tradicional. Dessa forma, a equalização dos indivíduos por meio da cidadania política foi a grande conquista da modernidade e a causa da reação de movimentos conservadores contra a universalidade e o pensamento abstrato.

Entretanto, parte movimento feminista contemporâneo que assume a bandeira diferencialista e o discurso antimoderno e antidemocrático, pois rejeita toda a construção do mundo moderno baseado na masculinidade, já que foi criado por homens e para homens e a concepção da representação abstrata e genérica por entender que mulheres, negros, indígenas, membros da comunidade LGBTQIA+ ou qualquer outra forma de identidade só pode ser representada por ela mesma:

Outra decorrência do novo pensamento feminista diferencialista acaba por se explicitar na sua maneira – sexocêntrica – de abordar o problema crucial da representação política. A representação, para ser legítima, acaba tendo que ser a auto-representação. Mulher deve votar em mulher, assim como negro deve votar em negro. Quem sabe dos problemas das mulheres são as mulheres. As soluções, portanto, só podem vir das mulheres. [...] É a lógica da auto-representação, segundo a qual toda “diferença” (sexo, etnia, língua, idade, religião) deve valer enquanto tal, sem recurso ao princípio organizador de uma representação geral. Desse modo, o pensamento feminista diferencialista acaba por dar guarida e alento a um tipo de sonho que se pretende pós-moderno, mas é antimoderno, regressivo no que concerne ao mundo da política e da lei. (PIERUCCI, 1999, p. 114-115)

Isso também corrobora para outro problema contemporâneo que vem se tornando hegemônico no que tange às formulações teóricas: a incapacidade, dificuldade e criação de obstáculos para pensar abstratamente. No tema da pesquisa, esse problema se relaciona enquanto incapacidade de pensar abstratamente o gênero humano, não tendo outra forma de pensar e elaborar o pensamento que não na realidade concreta e imediata, nas diferenças visíveis e palpáveis. Assim, toda a tradição iluminista está esgotada e a modernidade, enquanto valores, direitos e ideais, deixa de fazer sentido. Portanto, o maior paradoxo que os novos movimentos

sociais e a Nova Esquerda criam é a antimodernidade ao mesmo tempo que radicalizam e reforçam a concepção de indivíduo.

Portanto, o surgimento da Nova Esquerda é uma resposta às mudanças globais que se iniciaram na década de 1960 e que continuam até os dias atuais. Não é novidade para os estudos de Sociologia e Ciência Política que há respostas a qualquer grande mudança social, mas a novidade trazida pelos novos movimentos sociais é a crescente fragmentação e falta de senso coletivo, também correspondendo e se alinhando à mudança do capitalismo como consequência do afastamento do Socialismo Soviético. Ainda que a resposta desses movimentos busque a contraposição ao sistema vigente, na prática, a Nova Esquerda criou um beco, pois ao buscar alternativas que fossem opostas as transformações sociais, acabou por reforçar as próprias bases do sistema, isso é, estimular a fragmentação e o afastamento de instituições tradicionais, acabando por miná-las e considerá-las parte do sistema e não como garantia de seus direitos.

Os problemas apontados por Lilla (2018) e Pierucci (1999) acerca dos discursos, qualificados como neoliberais e diferencialistas, que vem se tornando hegemônicos na Nova Esquerda, também demonstram a incapacidade de se organizar e pensar politicamente os problemas e as questões sociais contemporâneas. Para dissertar sobre como essas questões também são debatidas e estão presentes na esquerda brasileira, a parte empírica será desenvolvida, no próximo capítulo, através da exposição de análises que levantam os problemas identitários no cenário político brasileiro e as respostas a essas colocações. As análises realizadas pelo método denominado “hermenêutica objetiva” tem por finalidade encontrar, por meio da análise do discurso, os elementos que compõem essa nova ideologia da esquerda. Além disso, também se trata de compreender os riscos que a democracia contemporânea corre quando o progressismo e a esquerda incorporam essas novas lógicas sociais.

3. O IDENTITARISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO E A HERMENÊUTICA DOS DISCURSOS

3.1 Breve apresentação sobre o método

Essa pesquisa será realizada utilizando como método a “hermenêutica objetiva”. Inspirada na sociologia compreensiva de Max Weber, é uma metodologia qualitativa de pesquisa sociológica desenvolvida por Ulrich Oevermann da Universidade de Frankfurt que busca compreender um fenômeno por meio das interações sociais. Estas podem acontecer entre componentes familiares, escolares, e na análise de textos ou discursos, compreendendo as interações que ocorrem. O método “Tem como premissa constitutiva que o mundo que nos é revelado é produzido com sentidos através da linguagem, sendo o texto a sua materialidade” (VILELA, NOACK, 2011, p. 306). Pretende-se reconstruir casos empíricos a partir de um procedimento interpretativo, focando no discurso e nas interações ocorridas. A pesquisa de caráter qualitativo será desenvolvida visando compreender as interações dentro de um campo específico, neste caso, as falas de Ciro Gomes que fazem um diagnóstico da democracia brasileira e sobre o papel desses movimentos sociais na sua relação com a conjuntura política.

A pesquisa será realizada e analisada sob os princípios de: *Independência de contexto*, utilizando este somente após a análise do fato ocorrido, ou seja, um controle de contexto será realizado; *Literalidade*, compreender o que ocorreu através do que se está registrado; *Sequencialidade*, analisando frase por frase, as interações entre perguntas que foram respondidas e a sequência do debate, para então desvendar o sentido daquilo; *Substancialidade da informação*, levar em consideração tudo o que está escrito e suas possíveis interpretações, desvendar o sentido das colocações e *Parcimônia*, tendo cuidado com a análise feita, evitando buscar explicações fora do que está sendo registrado. Por essas razões listadas, as análises são realizadas em grupo de pesquisa formado por quatro indivíduos que compõem o Laboratório de Política e Governo da Unesp (LabPol), para assim ter o controle da subjetividade.

Essa metodologia surge como uma resistência ao positivismo, a pesquisas com caráter quantitativo, pois a argumentação seria em vista de que essas pesquisas não continham um teor crítico em suas análises. Ela visa analisar o texto, observar o que está escrito e quais suas implicações, e revelar, de forma interpretativa, quais os impactos deste discurso frente a um sistema de governo, no caso da pesquisa em questão. Com a interpretação crítica desses discursos pensamos em compreendê-los dentro de uma realidade social e observar os possíveis impactos gerados, considerando-os não como fenômenos isolados e maléficos em sua composição, mas como algo a ser estudado e analisado sob a perspectiva de compreender o discurso empiricamente.

A hermenêutica objetiva seria uma forma metodológica para assegurar essa interpretação, procedendo a análise do texto pelo texto, o que este nos revela, assim como o conteúdo ali explicitado, para com isso compreender empiricamente quais os possíveis impactos futuros que a democracia pode sofrer. De certa maneira, o método se relaciona com a sociologia interpretativa, onde a interpretação da sociedade não pode ficar limitada a macro explicações. A ação dos indivíduos e a interpretação dessas, podem ser usadas como modo para compreender um fenômeno maior. A interpretação é uma forma metodológica avaliativa de se comprovar empiricamente o que está contido no texto e suas implicações na realidade.

3.2 **Ciro Gomes e a dimensão técnica e racional da política**

Ciro Ferreira Gomes, nascido no dia 6 de novembro de 1957 em Pindamonhangaba, é um advogado, professor universitário e político brasileiro. Ocupou diversos cargos políticos, como deputado estadual, deputado federal, prefeito, governador e também ministro. O político também participou de eleições presidenciais, nas quais não obteve êxito. Sua carreira política, nos últimos anos, tem sido dedicada a criar uma “terceira via” frente aos polos que se formaram desde as eleições presidenciais de 2014 que, ao seu ver, radicalizaram o país e enfraqueceram as instituições e a própria democracia.

A relevância desse ator político no cenário político brasileiro está no fato de ter conquistado o terceiro lugar nas eleições presidenciais de 1998, 2018 e em quarto lugar em 2002, além de ter uma vasta carreira na política e ter sido Ministro da Fazenda nos anos de 1994 e 1995 e da Integração Nacional entre 2003 e 2006. Como já apontado, foi professor universitário na Universidade de Fortaleza (Unifor) e na Universidade do Vale de Aracajú (UVA) e também possui obras bibliográficas com foco na compreensão e solução dos problemas do país.

A interação que será analisada através da Hermenêutica Objetiva consiste na entrevista de **Ciro Gomes** para a **BBC Brasil** intitulada “Na defesa da democracia vamos tocar fogo na rua”¹⁵ que se dá na forma de uma entrevista oral e digitalizada. Optamos pela forma digitalizada pois ela não difere da entrevista realizada oralmente e pela facilidade em transcrever o texto para a pesquisa, entretanto acrescentamos partes da entrevista oral, que estavam ocultas, na entrevista transcrita. A entrevista ocorreu em 2019, no primeiro ano do mandato do Presidente **Jair Messias Bolsonaro** e analisa o mandato, bem como as ações do governo e da oposição. Ainda na entrevista e parte que interessa para a pesquisa, **Ciro Gomes** aponta os erros da

¹⁵ “Na defesa da democracia vamos tocar fogo na rua”, diz **Ciro Gomes** em entrevista à **BBC Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49681058>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

esquerda brasileira e formas de reconstruir o Brasil. A pergunta que norteou essa primeira análise foi “Existe alguma explicação ou motivo para a derrota do campo progressista no Brasil?”

P. O senhor não tem um mandato hoje. O que anda fazendo? Estudando astrofísica, como gosta? Pode descrever sua rotina?

R. Sou advogado e faço palestras pelas quais me remunero também, mas eu estudo compulsivamente. Há coisas que eu estudo por dever de ofício: Brasil, as conjunturas, as evoluções dos indicadores, os números, as prospecções, enfim, me mantenho permanentemente atualizado dos movimentos. Praticamente passo três, quatro dias em casa, por doze, dez fora de casa, atendendo a convites de palestras.

Me remunero por instituições privadas e não cobro para estudantes, sindicatos, enfim, e procuro num certo ambiente fazer a compreensão do que está acontecendo com o Brasil e, a partir da denúncia dos problemas, formular estratégias, caminhos alternativos.

Nas horas vagas, evidentemente, eu continuo especulando sobre cosmologia, astrofísica, que são limites do conhecimento humano que mexem muito com a minha cabeça.

Perguntado para se caracterizar, pergunta essa de ordem privada, já que o mesmo não possui mandato, conduz para saber quais os gostos particulares do entrevistado e indica um certo conhecimento das atividades preferidas do mesmo. Na sua resposta, **Ciro Gomes** considera que há coisas importantes para sua atuação política, estando permanentemente atualizado para saber o que acontece no país. De certa forma, há uma dimensão técnica na sua resposta, indicando que está estudando e acompanhando os movimentos do país e o que ele aponta como um dever do ofício, como uma obrigação moral de quem se dispõem a exercer cargos políticos ou ter uma vida política ativa, pois se o político não estiver inteirado das questões que ditam o debate nacional, ele é incompetente. Portanto, **Ciro Gomes** concebe a política como uma profissão que possui uma dimensão técnica e não sendo bem executada, poderia explicar o fracasso do progressismo.

Ainda que o entrevistado aponte uma dimensão técnica na profissão do político, o mesmo não cobra por suas conferências em ambientes e instituições públicas e históricas de organização e formação política. Essa forma de lidar com a política nesses ambientes pode também fazer parte de sua educação política e da educação política de quem o ouve, como uma “via de mão dupla” e no diálogo como ferramenta para a construção política e, através disso, formular estratégias e caminhos alternativos. Portanto, a pauta do entrevistado é o público, a esfera pública, a cidadania e isso demonstra os possíveis caminhos da entrevista.

P. O ex-presidente Lula foi eleito na quarta campanha, e sua quarta pode acontecer em 2022, como o sr. já comparou. Como está essa ideia de campanha?

R. O que já está acontecendo e o que vai acontecer no Brasil é tão caloroso, é uma confusão tão gigantesca, que há um poder de combustão imenso nessa crise. Haverá momentos gravíssimos nos próximos seis meses, um ano, um ano e meio, na medida que a ilusão da retórica do Bolsonaro se revelará completamente vã e eu não sei como ele vai reagir a isso, não escapa da minha visão uma renúncia, porque ele não tem psicologia para isso, não tem formação para o contraditório. Ele é uma figura gravemente despreparada e o mundo está, lamentavelmente, vendo isso de uma forma tosca, grosseira, de maneira que o que vai restar do que está hoje ninguém sabe.

O entrevistado não responde à pergunta de acordo com o individual ou como um partidário, mas sim pelo contexto do Brasil, sem falar da campanha do ponto de vista privado ou público. Não há como afirmar se essa resposta é de cunho privado, isto é, a opinião de Ciro Gomes sobre o assunto, pode ser uma resposta baseada no cenário político que se desdobra, mas que não seja a forma como o entrevistado pense. Portanto, a questão acerca do político, enquanto profissão que precisa estar atualizada, retorna no sentido de lidar com as questões de acordo com o conhecimento presente, ao contrário de se basear em especulações.

Outro apontamento feito por Ciro Gomes é de que o presidente Jair Bolsonaro não abre espaço para os diferentes pontos de vista e não possui capacidade para aceitar a divergência de pensamento. Isso se desdobra para pensar o que pode ser uma formação para o contraditório e como a falta dessa formação é também uma falta de preparo para lidar com a democracia. O entrevistado reforça a hipótese levantada no início da análise de que a política, enquanto formação, exige qualificação e preparo para conviver com o contraditório e com o diferente.

P. O senhor já chamou Bolsonaro de "adolescente tuiteiro", "canalha, corrupto e irresponsável", "imbecil, 'com problema de armário'", "fascista" e mais recentemente "de um verdadeiro macaco em casa de louça", por causa das reações internacionais que suas declarações sobre Emmanuel Macron e Michelle Bachelet causaram. O que o senhor esperava do governo Bolsonaro? É diferente do que está vendo hoje?

R. É bem pior. (...) Eu imaginava que, uma vez eleito, e muito despreparado, como sempre soube que ele era, o Bolsonaro iria fazer um esforço, dentro dessa engrenagem da Presidência da República, de acionar a inteligência, a reflexão, para poder minimizar os erros.

E qual não é minha desagradabilíssima surpresa, eu, que já não esperava nada a não ser o que eu já conheço do Bolsonaro, quando vejo ele montar um governo que tem uma fração, liderada pelo Guedes, que não conhece o Brasil. E que firma uma agenda absolutamente destruidora do nosso tecido econômico (...).

O núcleo razoável do governo tem esse problema, não conhece o Brasil. Depois tem um núcleo que é, eu diria a você, da ilha da fantasia. O guru intelectual dessa gente põe em dúvida a esfericidade do planeta, é adepto ou pelo menos acha que precisamos por em perspectiva a teoria da Terra plana e, recentemente, só para ficar na última declaração, disse que os Beatles são semianalfabetos e tocavam muito porcamente. Dizer isso para um inglês é de rir para não chorar.

Depois tem um núcleo que é, assim, inacreditável, gente que não tem capacidade de servir, que é o núcleo militar. Esse núcleo militar imaginou que num país latino-americano, de tradição autoritária, e no qual a intervenção das sargentadas ciclicamente acontecia na nossa história, iria tutelar o Bolsonaro, por quem eles têm um profundo desprezo. E está sendo o oposto. (...) Quando chega no governo, o papel do presidente é atenuar o dissenso, é tentar diminuir o antagonismo, é tentar fazer a média, tentar fazer consenso, tentar construir o diálogo entre facções. Ele faz exatamente o oposto. O Brasil está sendo dilacerado nas tensões e ódios, com gravíssimos riscos, até à própria imunidade do país”

O reforço do preparo para a profissão do político é novamente reforçado no sentido de que sem a competência necessária para o exercício da profissão, juntamente do não reconhecimento de suas limitações, a possibilidade de cometer erros é maior. Do ponto de vista da hipótese levantada, há dimensão técnica da profissão pelo seu apontamento de desqualificação do governo por esse ponto de vista e não pelo seu posicionamento ideológico. Ao caracterizar o núcleo econômico do governo como razoável, *Ciro Gomes* considera que há uma parte do governo que é racional, que se utiliza de suas faculdades cognitivas, que é bom, mas nada que surpreenda ou seja digno de elogios.

Se existe um núcleo que é razoável, existem outros que não o são, logo, o governo é composto por diversos núcleos. Esses diferentes núcleos do governo *Bolsonaro* também se expressam de modo não razoável, o que explica a analogia do entrevistado com uma “ilha da fantasia”, onde os indivíduos aparentam não viver no mundo real ou sob constante delírio, sendo desqualificados para fazer parte do exercício da política racional. Outro núcleo criticado por *Ciro Gomes* é o militar, o qual é desqualificado para sua função de servir, de ser militar. Assim, as críticas do entrevistado ao governo e aos seus núcleos envolvem uma dimensão técnica e de competência para os cargos e uma racionalidade que deve estar estritamente conectada ao exercício de qualquer profissão.

No que se refere ao papel do presidente da república, *Ciro Gomes* entende que uma de suas funções seria apaziguar o dissenso que impera na sociedade brasileira, tornando-a mais moderada e tolerante. Ele compreende que o diálogo para a resolução dos conflitos sociais é parte essencial da política, pois quando eleito, o presidente é o governante de todos os cidadãos

e não somente daqueles que votaram nele ou que se sentem representados em sua figura. Para o entrevistado, o presidente ainda continua em campanha e ao radicalizar, torna a política um teatro e espaço para a exclusão daquele que pensa diferente, em uma lógica de amigo contra inimigo. Dessa forma, o risco de uma guerra civil é real, já que o presidente não excede e não está preparado para sua função.

P. O senhor foi muito criticado por uma viagem a Paris que fez depois do primeiro turno e, nas redes sociais, alguns eleitores disseram que se sentiram incomodados porque o senhor viajou num período tão decisivo para o Brasil. Como responde a isso? Foi o momento adequado para fazer a viagem?

R. Foi. Foi porque eu fiz aquilo que era o limite mínimo para guardar coerência com o que eu estava pensando no Brasil. Um: que o Haddad tinha perdido a eleição já de véspera porque vamos lembrar que o Haddad é uma fraude. Ou a gente vai esquecer? O Haddad é uma fraude cuja origem eu denunciei ancestralmente, porque foi transformado num vice, convidou a Manuela para ser um terceiro não sei de quê de uma candidatura do Lula. Toda burocracia do PT sabia, como todas as pedras no caminho sabiam, menos o nosso povo mais simples, que o Lula não podia ser candidato por uma lei que ele próprio colocou em vigor, a lei da ficha limpa.

E toda semana no primeiro turno o Haddad ia a Curitiba. O Brasil não precisa de um presidente por procuração. Aquilo estava perdido. Como eu ficava? Ficava aqui e a imprensa me perguntando todo dia por que eu não ia para o palanque e eu ia ter que dizer ou eu, para não atrapalhar, saía. Optei por sair. Eu sou livre. O que eu estou devendo para essa gente? Nada. Me esfolei de trabalhar, lutei, cansei de dizer para todo mundo o que as pesquisas diziam: eu, Ciro Gomes, ganharia as eleições do Bolsonaro no segundo turno.

Por que não se cogita o inverso? Por que o PT nem de longe, nem remotamente, cogitou retirar a candidatura?

Se quer me criticar, por que que não inverte? Ele perdia em todas as simulações e eu ganhava em todas as simulações.

Nessa parte da entrevista, ao ser perguntado sobre sua ida à Paris no segundo turno das eleições, Ciro Gomes argumenta sobre uma dimensão ética da política que até então não tinha aparecido. Ao levantar essa dimensão, considera que a candidatura de Haddad é antiética pois engana o povo que não tem conhecimento da fraude do candidato do PT. O apontamento que ele, Ciro Gomes, foi à Paris traz a esfera privada para a entrevista. Quando afirma que sua pessoa foi, não abdica de seu dever cívico, ao contrário, levanta o direito de ir e vir, assegurado pela constituição, para justificar seu ato. Em vista disso, Ciro Gomes demonstra uma amálgama entre esfera pública e esfera privada que é própria da vida política e, sobretudo, da vida na modernidade.

P. Tem também o simbolismo da viagem...

R. Deixa eu falar. Em 2014, eu engoli muito cocô com arame farpado para curar a rejeição da Dilma. Foi isso que me pediram para fazer de novo. Em 2010, o Lula inventou a Dilma para continuar mandando no país, botando na Presidência da República uma pessoa que não tinha nenhuma experiência política e eu fui lá e ajudei. Em 2006, eu tirei minha candidatura e apoiei o Lula na reeleição dele. E não era trivial, não, porque havia o escândalo do mensalão. Essa petezada agressiva agora afrouxou toda, correu todo mundo embora, e eu estava seis e meia da manhã todo dia para esconjurar esse golpe. Em 2002, apoiei o Lula no segundo turno. Não chega, não? Até quando eu vou ter que engolir em nome de uma pseudounidade que essa gente se aproprie o país, roube feito um condenado, se acostume com a vida e as frivolidades da burguesia?

O que aconteceu com o Lula? O Lula se corrompeu. Desculpa, é doído dizer isso, mas o Lula se corrompeu. Ele virou sabe o quê? Um caudilho sul-americano. É o culto à personalidade. Toda a agenda do país agora é refém do egoísmo do Lula.

A entrevistadora traz a dimensão simbólica de sua viagem no período eleitoral, no sentido de do reflexo da vida privada de um ente privado na vida pública de um profissional da política. Para contrastar com o contexto externo, há casos de críticas feitas enquanto funcionário público e críticas feitas enquanto cidadão e na sua vida privada, fora do exercício profissional. Esse conjunto de entrelaçamento das duas esferas se torna mais complexo quando colocado em ambiente virtual, no qual há perfis públicos que representam um político ou funcionário, e que também podem ser usados por esses mesmos indivíduos de forma privada, sem qualquer relação com sua profissão. Logo, *Ciro Gomes* foi criticado por viajar para Paris enquanto cidadão ou candidato?

Na sua resposta, *Ciro Gomes* invoca sempre sua individualidade, mas essa não é uma contradição com a estrutura, pois as perguntas feitas são em relação ao indivíduo *Ciro Gomes*, à forma como ele concebe certas questões. Portanto, ao pessoalizar a questão de o porquê viajou à Paris, ao justificar a sua vivência nas eleições passadas em apoio a Lula e Dilma, *Ciro Gomes* não está abdicando de uma vida pública, mas caracterizando um problema sob sua ótica. Em certo sentido, para o entrevistado, a falência do campo progressista brasileiro se dá pela contradição nas ações do PT e daquilo que o Brasil precisa, pois toda a agenda política está refém da *persona* do Lula e como esse culto à personalidade prejudica a compreensão dos problemas da sociedade brasileira.

P. Questiono a questão da viagem porque, nas redes sociais, o senhor...

R. Se eu fico aqui eu vou explicar por que eu não voto, por que não vou fazer campanha.

P. Mas tem a questão da...

R. Foi o que o Cid fez, o Cid meu irmão. Desculpe te interromper, mas o Cid foi fazer campanha e no primeiro ato de campanha os caras começaram a insultar o Cid. Aí o Cid lembrou que "o Lula estava preso, babaca". Imediatamente a direita se apropriou [disso].

Nessa parte da entrevista, **Ciro Gomes** cita pela primeira vez a direita enquanto campo político, o que pode significar que o entrevistado se identifique com o outro campo, a esquerda, mas isso ainda não pode ser afirmado, embora seja significativo para a pesquisa e a hipótese levantada.

P. Da mesma forma que a direita se apropriou da fala do seu irmão, o senhor foi para Paris e essa viagem também foi apropriada. Volta e meia, nas redes sociais, seus críticos dizem "ah, mas o **Ciro** não estava em Paris?", o "**Ciro** voltou de Paris". Criou-se um bordão em torno disso. O senhor se arrepende de ter escolhido esse destino? De não ter ficado no Brasil?

R. Eu nem fui para Paris, na verdade. Eu aceito para não explicar, porque na verdade fui fazer uma viagem para Portugal, porque saí de Fortaleza, é a passagem mais barata, classe econômica. Enfim, fui para Paris.

Por que eu fui para Paris? Porque eu estou solto, sabe? Eu sou livre, estou na plenitude das minhas franquias cidadãs. E eu não sou obrigado a apoiar ladrão, não sou obrigado a apoiar quadrilha. Não interessa. (...)

Pensam que nosso povo é ignorante? Eu aposto na inteligência do povo. É uma explicação simples. E vocês jornalistas arbitram. Se for verdade o que eu estou falando, é uma fuga dessa petezada maluca, que é coisa igual ao **Bolsonaro**. **Bolsonaro** diz as maiores loucuras, os fanáticos dele relativizam e defendem. O **PT** faz as maiores aberrações, os fanáticos dele relativizam e defendem. Eu não tenho nada com isso.

A pergunta feita pela entrevistadora possui um teor moralista, já que se apega a falas da internet, um campo restrito, e os críticos são do indivíduo **Ciro** e não do político, novamente tendo a ligação entre esfera pública e esfera privada, além de caracterizar o espaço virtual como uma esfera pública que pode até mesmo criar bordões que são usados e impactam na vida real. Desse modo, as redes sociais também podem formar uma opinião pública, seja pela apropriação de uma fala ou de uma viagem, seja no debate em torno dessas questões. Outro ponto importante na pergunta feita está no arrependimento da viagem do entrevistado. O arrependimento diz de uma esfera privada, do arrependimento individual, em contraste a isso, fica a dúvida em relação

ao arrependimento de viajar, no período eleitoral, para um lugar menos favorecido, como a Etiópia, frente ao luxo, ao turismo e ao simbolismo de Paris.

Respondendo à questão sobre ter ido à Paris, **Ciro Gomes** nega o fato e contrapõe o luxo de Paris afirmando que foi para outro país devido a passagem ser mais barata na classe econômica. Além disso, assume o ato para não se dispor à discussão com um segmento que já foi caracterizado como não disposto ao diálogo. **Ciro Gomes** aponta que como cidadão possui o direito de ir e vir, de ser livre e optar por aquilo que prefere, separando o público do privado ao mesmo tempo que os relaciona enquanto escolha individual de ir e direito, enquanto cidadão. Embora esteja afirmando sua liberdade, essa não está relacionada a uma liberdade negativa de fazer o que bem entender, sem limitações, mas a uma liberdade democrática permitida por lei. Por consequência, **Ciro Gomes** enquanto pessoa privada vai aonde quiser e enquanto pessoa pública não é obrigado a apoiar ninguém.

Na terceira parte de sua resposta, existe um traço de nacionalismo, no sentido da constituição de um povo brasileiro qualificado como “nosso povo” que está em oposição a um outro povo que não é o “nosso” ou naquele em que não está inserido. Ao apontar que o lado petista pressupõe que o povo é ignorante e reafirmar os ataques que recebe de ambos os lados, **Ciro Gomes** iguala o lado de **Bolsonaro** ao lado que apoia **Lula**, não os partidos, mas a parcela radical de cada movimento, os qualificando como “fanáticos” e “loucos” por relativizarem o que seus líderes fazem.

P. O senhor acredita, então, que a eleição estava perdida?

R. Eu sei convictamente que estava e tenho todos os números, de todos os institutos de pesquisa demonstrando isso. Antes, não é depois, não. Antes estava tudo evidente. (...) E eu já sabia disso. O que eles queriam, na verdade? Queriam me associar à derrota. Isso é o que eles queriam, porque não pensam no Brasil, não têm o menor compromisso com nosso povo. Eles só pensam na organização deles e pior, para roubar.

Ao fazer o seu diagnóstico das eleições, **Ciro Gomes** aponta que o **PT**, o que ele coloca na sua resposta como “eles”, não se importa com o povo e isso é uma desqualificação juntamente com o argumento que eles ignoraram as pesquisas realizadas que indicavam a vitória de **Bolsonaro**. Portanto, há duas dimensões na resposta. A primeira está na relação entre o **PT** e **Ciro Gomes** onde o primeiro queria associá-lo à derrota, a segunda é falta de percepção da realidade frente aos resultados dos institutos de pesquisa. Assim, o **PT** não assumiu compromisso com o povo e tampouco com a política e a democracia.

P. Associá-lo à derrota de que forma?

R. Porque se eu assumo ostensivamente o apoio ao Haddad estaria junto com ele derrotado. Isso é o que eles queriam. Simples assim.

O sentido da resposta está em relação ao naufrágio eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) e o não compartilhamento da derrota que já estava anunciada. Ciro Gomes reforça, através da estrutura da análise, que ele não foi derrotado politicamente e responsabiliza o PT pela vitória de Bolsonaro, ao contrário do que os seus críticos alegam em relação a sua ida a Paris. Quando dizem que a vitória de Bolsonaro se deu pela viagem de Ciro Gomes, esses ignoram a realidade e o responsabilizam ao contrário de responsabilizar o PT. A resposta possui o intuito de inverter esse argumento, já que na opinião do entrevistado, ele ignora a realidade.

P. O senhor citou a frase "O Lula está preso, babaca". Em fevereiro, durante um discurso na Bienal da UNE, o senhor criticou os jovens por defenderem políticos envolvidos com corrupção...

R. Eu critiquei os jovens?

P. O senhor disse que eles defendiam políticos acusados de corrupção.

R. Aquele grupinho que estava ali.

P. O grupo que estava na UNE.

R. É muito constrangedor você ser jovem a essa altura da vida, num país como o nosso, e obrigar essa garotada a defender corrupção, ladroeira, ou o Palocci é do PV? É da Rede? O Palocci é do PT.

Nessa sequência de perguntas e respostas curtas, se observa que a *priori* não há qualificação de porquê Ciro Gomes criticou os jovens e, segundo a sequencialidade, ele criticou um grupo que “estava ali”, não sendo necessariamente composto somente por jovens. Quando a entrevistadora aponta que o grupo era o que estava na UNE, há qualificação do grupo, mas não do sentido em criticá-los. Em seguida, Ciro Gomes utiliza o verbo “obrigar”, mas sem apontar o sujeito que obriga. Pela estrutura analisada, se entende que quem os obriga a defender a corrupção é o próprio PT, já que Ciro Gomes aponta Palocci como membro do PT e uma certa figura que simboliza a corrupção. Embora Ciro Gomes esteja qualificando seu argumento em torno de um fato, se desdobra para uma generalização do todo pela parte.

P. Haddad, com o suporte do Lula, teve 29% de votos no primeiro turno. O senhor não acha que com essa postura o senhor intensifica a divisão da esquerda e favorece a direita?

R. Quem disse que esse PT é de esquerda? É uma pergunta muito simples. O que é ser de esquerda? Olha aqui, eles governaram o Brasil por 14 anos e nós temos o sistema tributário mais regressivo do planeta Terra. Que o inglês fique sabendo que o imposto aqui sobre lucros e dividendos empresariais não existe. Só no Brasil e na pequena Estônia, no leste da Europa, não tem esse imposto. (...)

Onde está o esquerdismo? O Brasil tinha 30% do PIB industrial e hoje é 11%. O Brasil tem a maior crise de endividamento das famílias e das empresas da história. Isso tudo foi político do Lula e da Dilma. Isso não tem nada de esquerda, é populismo, caudilhismo, culto à personalidade.

Apesar de a pergunta considerar o PT como um partido de esquerda, pois a divisão da esquerda, entre Ciro Gomes e PT, favorece a direita, a resposta afirma o contrário: o PT não é de esquerda. Para qualificar seu argumento, Ciro aponta que o sistema tributário deveria ser diferente, logo o argumento econômico é o utilizado para descredibilizar a suposta posição de esquerda do PT. Se o PT fosse um partido de esquerda, em seus 14 anos de governo o Brasil não teria o sistema tributário mais regressivo do mundo e tributaria os empresários, bem como a elite econômica. Assim, o PT não fez o mínimo que se espera de um governo mais à esquerda, alegar essa posição ao partido é também ignorar a realidade.

Uma outra possibilidade para se pensar a posição política do PT é sua postura frente ao desenvolvimento e industrialização do país, pois a industrialização gera empregos e cria a classe operária, se isso não se desenvolve, o Partido dos Trabalhadores não está de acordo com as necessidades e reivindicações dos trabalhadores. Mesmo que não seja uma esquerda radical, é papel da esquerda acabar com as desigualdades e não as reforçar, como fez os governos de Lula e Dilma.

Quando Ciro afirmar que as políticas realizadas pelos governos petistas são populistas, podemos compreender a oposição entre o populismo e a dimensão técnica da política já apontada. Operar uma política que visa melhorar a situação da classe trabalhadora, mas que não dá conta disso é a falta de preparo e formação que se oculta no culto à personalidade. A falta de um projeto de desenvolvimento é a falta de formação e compreensão técnica da economia, reforçando a importância de uma esfera técnica nos partidos e líderes políticos.

P. Onde o PT se encaixaria, então?

R. No Brasil, é tudo fraude. Então, o PT é um partido de centro-direita, na prática. Por quê? Porque aplicou o neoliberalismo e tentou humanizá-lo.

Não tem nenhuma percepção de estratégia de desenvolvimento. Nenhuma. Tanto que a indústria brasileira era 30% do PIB no ano 1980 e hoje é 11%. São números, pelo amor de Deus. Vamos tentar usar a inteligência, para gente se proteger dessa loucura. Então o Bolsonaro, um fascista, um projetinho de Hitler tropical, burro que só uma porta, se afirma de centro. Bolsonaro é ultradireita e não é tão ultradireita porque nem liberal é. É um fascista.

P. E o senhor?

R. Sou de centro-esquerda, a vida inteira.

A “fraude” de que **Ciro** fala pode estar relacionada a forma como se concebe o espectro político no Brasil. Se nos Estados Unidos o PT seria de um partido de esquerda, na França ele poderia ser considerado de direita. Nesse sentido, toda a divisão ideológica seria falsa e um partido poderia, e esse é o caso, se posicionar como esquerda, mas prática adotar políticas próximas a da direita, havendo a discrepância entre discurso e prática política. A fraude também está do lado oposto, isto é, o presidente **Bolsonaro** também faz parte da fraude por ser qualificado como burro, incapaz de exercer a função que preside. **Ciro** se coloca como o polo da racionalidade e inteligência frente a incapacidade técnica, política e cognitiva de seus adversários. O entrevistado também se afirma coerente e alinhado com o que pensa na esfera política e econômica devido à sua posição no espectro ideológico de “uma vida inteira”.

P. Nessa última segunda, foi lançado um manifesto em São Paulo, o "Direitos Já!", para organizar a oposição. Foram 16 partidos, integrantes de vários segmentos sociais reunidos ali, mas o PT não foi. Você é a favor dessa frente de esquerda? E como um representante deveria ser escolhido?

R. A frente não é de esquerda, é uma frente pela democracia.

P. Mas o senhor é a favor de uma frente de esquerda?

R. Não. Acho que todas as tentativas do PT de anunciar uma frente de esquerda têm dois vícios. Primeiro: não é nenhuma intenção boa do PT de fazer frente de esquerda, eles querem subjugar o pensamento progressista ao pragmatismo deles, ao hegemonismo deles. Sem nenhuma visão de Brasil.

Podemos fazer essa discussão: qual é a visão de Brasil do PT? Qual é a proposta? Qual é a matriz? Qual é o projeto? Para gente poder refletir se isso é progressista radical, progressista moderado, centrista e tal. Não tem esse projeto, nunca teve.

A segunda questão é que o Brasil não cabe na esquerda. Sabe? (...) O PT não entendeu nada do novo Brasil neopentecostal, evangélico e como não tem proposta de esquerda,

nenhuma, se refugia no identitarismo. Então tem uma imensa afinidade com as teses identitárias, como se a soma de interesses identitários desse um interesse nacional. Isso não existe.

O que acontece é o seguinte: por que o Crivella em pleno século 21 não só é o prefeito do Rio de Janeiro, já deveríamos parar um pouco para pensar - aliás, lá trás com apoio do PT, aliás foi ministro da Dilma -, mas se lança numa cruzada contra um livro? Em plena Bienal do Livro. Você acha que ele é burro? É que ele está desmoralizado como prefeito, nas tarefas de prefeito, ele está desmoralizado. Então o que está fazendo? Está indo para a questão identitária, para mudar a cabeça do novo, do julgamento de uma administração ruinoso para o paladino da defesa, da moral e dos bons costumes.

A resposta de Ciro compreende a democracia como um regime que comporta mais que a esquerda ou que é composto por uma pluralidade de pensamentos que não são restritos ao campo político de esquerda. Quando questionado sobre uma frente de esquerda, Ciro comenta que um dos motivos da derrocada do progressismo brasileiro se deu pela hegemonização e pragmatismo do PT, o que impede de pensar o futuro e o desenvolvimento nacional. A justificativa para essa visão se dá na segunda parte de sua resposta, onde inicia com a frase “qual é a visão de Brasil do PT?” sendo uma pergunta retórica por já ter afirmado a falta de visão e projeto para o país por parte do PT. A hipótese levantada é a falta de qualificação técnica do PT em pensar as questões desenvolvimentistas do país, o que retorna para a estrutura da análise onde Ciro concebe uma visão técnica da política e da economia.

Como forma de mensurar o suposto progressismo do PT, Ciro pensa que existem projetos e ideias que podem se qualificar em um determinado campo político ideológico e pelas suas contradições enquanto discursos e prática. Se, como afirmado por Ciro, um partido não tem projeto político, não há como qualificá-lo dentro de nenhum espaço do espectro ideológico ou até mesmo enquanto partido político, cuja finalidade seria construir, quando governante, o desenvolvimento do país. Ainda na questão sobre o projeto de país, Ciro aponta que o Brasil não cabe dentro da esquerda, é mais complexo do que uma posição política possa abarcar, pois uma frente de esquerda é limitada diante de um problema. Portanto, a frente deve ser democrática, abarcar também a direita, por ser uma posição política e os mais diversos posicionamentos, desde que sejam democráticos. Em sua resposta, há uma qualificação do que seja a democracia.

O Partido dos Trabalhadores não compreendeu que não se pode englobar o interesse público brasileiro dentro da esquerda, como também o “novo Brasil neopentecostal”, isto é, uma mudança qualificada pela religiosidade. A questão central da resposta está na contradição entre o que o PT afirma ser e a falta de qualificação em compreender o projeto de

desenvolvimento e a mudança ocorrida. Devido à falta de qualificação e de compreensão, o PT se refugia no que Ciro qualifica como identitarismo, que entendemos, dentro do contexto da resposta, como um movimento apolítico, pois a falta de propostas, qualificação e preparo leva o partido a assumir essa nova agenda. O identitarismo apontado na resposta indica um sucedâneo da não realização de um projeto político, bem como uma doutrina pelas “teses identitárias”. A soma da qual Ciro fala em relação aos interesses, não pode dar o “todo” pois também são partes de todo o interesse nacional. O interesse nacional, mesmo representando a identidade nacional, é feito pelo consenso entre as mais diversas partes e não a disputa ou soma dessas.

Na construção de sentido para a interação, entendemos que a má administração, a falta de projeto e de ideias leva ao identitarismo, independente do lado político. Assim, os interesses identitários não seriam bons critérios para se pensar a política, já que geram conflitos e são derivados de uma falta da própria política enquanto resolução para os problemas e não para criar novos. Isso não significa que há uma moralidade do discurso, mas em termos práticos, se alinhar aos interesses identitários seria se alinhar ao conflito.

P. Algo semelhante ao que o governo Bolsonaro faria?

R. Rigorosamente a mesma matriz. Eles estão todos imitando. Bolsonaro foi orientado pelo [Steve] Bannon, que veio dos Estados Unidos a serviço do Trump, para cooptar o Brasil através da compra do nosso presidente, da Presidência da República.

P. O senhor acha que o PT faz algo semelhante?

R. Rigorosamente a mesma coisa. Quantos votos teve a candidata a governadora do Rio de Janeiro nas eleições passadas? Você tem ideia? Rio de Janeiro é a maior concentração de artista por metro quadrado, intelectuais, engenheiros, do Brasil. É a sede da Globo, da ABI, enfim, de tudo o que é progressista.

Sabe quantos por cento PT tirou lá? Dois por cento. Porque a Marcia Tiburi, que é uma figura respeitável, queridíssima e tal, faz apologia do cu na televisão. Eu tenho até vergonha de citar e isso não quer dizer que não haja uma grande interessante questão nesta tese da Marcia Tiburi, mas foi o que dominou o debate no Rio de Janeiro. Você quer uma governadora que faz apologia?

Ambas as lógicas de Bolsonaro e do PT são as mesmas: se refugiam na identidade, seja ela evangélica ou de grupos minoritários em razão da falta de projeto político. Quando perguntado se o PT faz algo semelhante ao modelo de Bolsonaro, a resposta indica que sim e aponta o Rio de Janeiro como um local progressista que a lógica identitária não foi vitoriosa

pelo lado petista, representado por Márcia Tiburi, mas sim pelo lado conservador. O sentido extraído demonstra que o lado identitário majoritário irá ganhar as eleições, mesmo que em um ambiente desfavorável. Mesmo que a estratégia seja a mesma, o uso da identidade, figuras como a candidata do PT são alvos pela sua posição e por declarações feitas que não encontram respaldo na opinião pública. O uso político dessa fala, de acordo com Ciro, foi um dos motivos da derrota petista no Estado do Rio de Janeiro, sobretudo pela maioria conservadora e religiosa que se sente ameaçada e desrespeitada por essa apologia feita.

O trecho transcrito demonstra a concepção da política, enquanto profissão e de seus aspectos técnicos e democráticos. Todas as respostas remontam ao mesmo tema: a política possui uma dimensão técnica e os governantes e partidos devem possuir formação e qualificação para exercerem de fato a profissão, bem como possuírem projeto político e de desenvolvimento. Quando não são qualificados ou não possuem qualidades, formação ou projetos, esses acabam se refugiando no que Ciro apontou como “identitarismo”. Essa categoria, para Ciro, não deve ser pensada politicamente, mas sim como algo que surge pela falta de política e atinge ambos os lados políticos, direita e esquerda. Para fins da pesquisa, parte da entrevista foi analisada, mas não há necessidade de expor, visto que o interesse é a existência desse tema na esfera pública brasileira. Entretanto, para fins metodológicos, a próxima parte transcrita representa o que metodologicamente é considerado uma “variação da estrutura” onde o sentido até então construído é desfigurado e não encontra respaldo na estrutura.

P. A deputada Tabata Amaral era vista como uma das principais apostas de renovação do PDT e estava cotada até para disputar a Prefeitura de São Paulo. Depois que ela votou a favor da Reforma da Previdência, sua relação com o PDT e com o senhor foi se desgastando e ela foi suspensa da sigla. O senhor ainda conversa com a deputada? Como vê a atuação dela hoje?

R. Eu não me nego a conversar com ninguém, mas nunca mais houve ocasião para conversarmos. Da última vez que nós falamos, foi ao telefone, em que eu tentei, paternalmente... Porque eu que recrutei a Tabata, eu que abonei a ficha dela, eu que estimulei ela a vir para o PDT. E eu sinto um desgosto muito grande. Não quero comentar mais, quero que ela seja feliz.

Mas é um desgosto muito grande para mim ver que a dupla militância dela pendeu para o lado conservador. E é só isso.

A matriz de economia política que o Bolsonaro sancionou sem acreditar, que é a do Guedes, é neoliberal. E é o neoliberalismo intelectualmente mofado, porque a crise de 2008 já pediu a quem pensa isso seriamente [para ter] nuance.

Então, o Barack Obama reage estatizando o setor de seguros, o Trump está fazendo política industrial e de comércio exterior.

P. A deputada Tabata disse numa entrevista...

R. Não, vamos mudar de assunto.

Nesse momento da entrevista, observamos que a resposta de Ciro em relação à questão sobre a Deputada Tábata Amaral gera uma contradição entre o aspecto técnico e democrático da política, que vinha se desenvolvendo ao longo da entrevista, e um certo “apadrinhamento” político. A tentativa, que Ciro comenta, é paternal, no sentido de uma tutela política que não é técnica, mas que visa criar uma nova geração de políticos. Embora não haja qualificação do que seria essa paternalidade, levantamos quatro possibilidades: paternal no sentido de uma orientação; em seu sentido figurado, complacente; em uma certa afetividade que se contrapõe à racionalidade e em sentido do paternalismo, da cordialidade. Independentemente de Ciro não ter qualificado essa questão, o sentido extraído remete ao sentimentalismo, pois a personalidade está exposta, o sentimento diz respeito ao que Tabata fez em relação ao pensamento de Ciro e não de um ideal partidário. A entrevistadora, ao insistir sobre a deputada é rapidamente questionada para mudar de assunto, o que indica uma falta de vontade em debater um tema.

3.3 Ciro Gomes e os interesses identitários

Nesta segunda entrevista analisada, optamos por um recorte das falas de Ciro Gomes em relação ao objeto pesquisado, visto que a frase posicionada no começo da página online do canal é retirada de uma parte da entrevista que se desdobra para outros temas que não são de interesse. Embora o material analisado seja menor, quando comparado ao anterior, a estrutura de sentido não se modifica e complementa certos apontamentos, mesmo que a análise seja feita do material sem qualquer inferência externa, tanto teórica quanto relacional. Alguns trechos poderão ser transcritos da entrevista oral, também disponível na página online do canal, para complementar a estrutura de sentido.

‘Interesses identitários não representam o interesse nacional’, diz Ciro Gomes

Em entrevista concedida ao canal CNN,¹⁶ Ciro Gomes afirmou que os interesses identitários não representam o interesse nacional, frase essa usada na *redline* da matéria para, possivelmente, atrair leitores interessados na temática. A partir da palavra “interesse” podemos extrair um sentido que denota um valor ou importância a algo e, unido a “identitário”, os

¹⁶ “Interesses identitários não representam o interesse nacional, diz Ciro Gomes”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ciro-gomes-fala-sobre-sergio-moro-jair-bolsonaro-lula-e-eleicoes-de-2018/>. Acesso em : 15 de setembro de 2022.

interesses representam uma concepção de interesse de um grupo que é unido pela identidade. Embora seja uma pluralidade de interesses, esses podem ser conflitivos, já que as identidades são diferentes e possuem interesses próprios que se diferenciam de outros. De certo modo, a diferença identitária e de interesses podem gerar um conflito ou excluir determinado segmento.

Sobre o título em si, significa que uma pluralidade não é capaz de construir uma unidade, pois a nação é singular e os interesses são plurais. Dessa forma, concebemos duas possibilidades: os interesses identitários não representam simbolicamente o interesse nacional, já que esses são diversos e privados em cada uma das identidades e podem não representar em sentido político, isto é, um indivíduo pode representar o interesse de um grupo no parlamento, mas não representa todo o interesse nacional. O apontamento de Ciro indica uma posição nacionalista e essa pode ser excludente dos demais interesses. Os dois termos, identitário e nacional, possuem o potencial de se tornarem movimentos emancipatórios e democráticos, como também culminar em movimentos excludentes e supremacistas, visto que são ligados a identidade e essa é excludente por si mesma.

Candidato à Presidência em 2018 criticou o que chama de "velha esquerda"

Devido a sequencialidade da matéria jornalística, entendemos que Ciro compreende que os interesses identitários estão presentes na “velha esquerda”. Portanto, as possíveis críticas feitas poderão ser ao redor desse conceito ou a esquerda em geral, pois o sentido ainda está em aberto em relação ao “velho” que pode significar algo bom, que possui maturidade ou experiência, como também algo ruim, que está ultrapassado e já não encontra sentido.

Em entrevista exclusiva à CNN, o candidato à presidência em 2018 Ciro Gomes (PDT) criticou o que chamou de “esquerda antiga” e sua dificuldade em fazer frente a uma série de fatores que levaram à vitória de Jair Bolsonaro (sem partido) nas últimas eleições presidenciais. Para o ex-governador do Ceará e ex-ministro nos governos Itamar Franco e Lula, esta parcela, vinculada ao petismo, “trocou a concepção estratégica de país por um culto à personalidade”.

Na qualidade de candidato à presidência, Ciro Gomes é identificado como um indivíduo de certa relevância no meio político e, em vista disso, pode ter sido convidado a falar sobre o tema em questão. No que tange ao termo “esquerda antiga”, consideramos o termo similar à “velha esquerda” e isso pode significar uma qualificação negativa, pois o que é antigo é antiquado, obsoleto e não atualizado. Consequentemente, a esquerda antiga releva sua incapacidade de compreender os novos desafios da sociedade brasileira, assim como de favorecer a eleição de Jair Bolsonaro. O que se desdobra na sua afirmação que compreende como essa parcela da esquerda, vinculada ao petismo, trocou uma concepção estratégica, para

pensar a política e os problemas sociais, para um culto à personalidade sem qualquer vínculo político.

Também está tomada de ódio pelo povo brasileiro. Quando se refugiam em agendas identitárias dão o queixo para bater. Porque não é que as questões identitárias não sejam justas e não tenham que ser patrocinadas, as mulheres são perseguidas mesmo, negros são a parte mais vulnerável e mais perseguida mesmo, os jovens são mais perseguidos mesmo, enfim, a comunidade LGBTQI também sofre todo tipo de selvageria e discriminação e eles e têm que se ser protegidos, a questão é que a soma desses interesses identitários não representam o interesse nacional.

Para Ciro, a velha esquerda está tomada de ódio pelo povo brasileiro, ou seja, o povo brasileiro está com repulsa dessa vertente política e de suas concepções e ideologias. Ao se refugiar nas “agendas identitárias”, a velha esquerda procura proteção para fugir de uma situação difícil ou da qual não consegue lidar. Em certo sentido, a analogia de fuga para as agendas identitárias é como uma caverna em meio a tempestade, entretanto essa fuga os deixa vulneráveis e isso se desdobra na derrota eleitoral e alvo da revolta popular. Por consequência, o refúgio é um aspecto negativo da esquerda e revela sua falta de compreensão e de projeto político.

O entrevistado fez ressalvas quanto às demandas identitárias para afirmar que não somente deixam de ser autoritárias como são legítimas e encontram respaldo social, reconhecendo que existe um problema e esses movimentos têm de reivindicar justiça para suas causas. No entanto, a soma dessas demandas não representa o todo, o interesse nacional, esse deve ser representado politicamente por meio dos mais diversos e amplos setores da sociedade. Importante reforçar que os interesses identitários e o interesse nacional não entram em conflito, a questão, para o entrevistado, está na representação destes por meio da totalidade da sociedade brasileira.

E o interesse nacional é que é a chave para a gente reconciliar a maioria do povo. Agora, não tenhamos ilusões, na minha cabeça, simplificando o que não é simples, 25% do povo brasileiro é de direita agressiva mesmo: não tem apreço a democracia, é escravocrata, não respeita o trabalho, nem os humildes, é concentrador de renda, não tem sentimento nacional, tudo o que quer é enriquecer e comprar uma casa em Miami, isso vai continuar. 25%, infelizmente, é essa gente que se o Lula bater na mãe, xingar Jesus Cristo de palavrão, ou andar pelado na rua, vai relativizar porque é o Bolsonarismo boçal com sinal trocado.

Mas 25 + 25 deixa 50%, ou seja, a maioria da população brasileira que está nesse instante perplexa, desorientada, assustada, com medo e que está, portanto, pré-disposta não mais à conversa afiada, mas à uma boa ideia, a um exemplo, porque não

adianta falar e não dar exemplo. Mas nós temos que trabalhar isso com muita humildade, com muita militância e a essa luta que eu estou dedicado

Nessa resposta, Ciro demonstra uma certa concepção de democracia, ao afirmar que o interesse nacional implicaria em um consenso da maioria do povo brasileiro, uma composição majoritária ao redor de certa ideia ou projeto. Na sua visão, metade da população não está preparada para o debate democrático sobre as questões sociais e políticas, seja pela falta de empatia ou um certo elitismo, seja pela submissão à personalidade representada na figura de Lula. Logo, metade da população não respeita ou tem apreço pela democracia e a outra metade se encontra desorientada, mas está disposta ao debate e interessada pelo projeto de desenvolvimento nacional.

Dessa maneira, os interesses identitários ou a indisposição ao debate, que do ponto de vista democrático e político se equivalem, representam metade da população. Isso significa que não são maioria e não podem ditar as tomadas de decisões dos partidos políticos que o representam. A outra metade, disposta ao debate, deve ser o foco daqueles que compreendem e têm apreço pela política e pelos valores democráticos, podendo construir o interesse nacional pelo consenso ao contrário de somar interesses contrapostos.

3.4 A crítica identitária e individualizada

As entrevistas de Ciro Gomes geraram certa repercussão na mídia mais próxima à esquerda. Dentre as mais diversas respostas às entrevistas de Ciro, foram selecionadas duas que possuem um certo contraste entre si. Nessa primeira resposta analisada, em que Jean Wyllys, escritor, jornalista, mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, criador, roteirista e apresentador do Cinema em Outras Cores, ativista de direitos humanos e deputado federal por dois mandatos, crítica uma fala de Ciro feita em relação à Márcia Tiburi¹⁷, podemos extrair um sentido que nos ajudou a compreender melhor a lógica da esquerda identitária e suas formas discursivas quando criticadas.

O olho da “questão Ciro”

No título utilizado para a sua resposta, Jean emprega a palavra olho, em alusão ao centro da discussão iniciada por Ciro, assim como a expressão “olho do furacão”. Também levantamos uma segunda possibilidade que significaria uma perspectiva ou um modo de olhar para o tema em questão. Entretanto, ao se referir como uma “questão”, Jean compreende que essa precisa ser resolvida, que há um problema inerte a ela, tal como a obra de Karl Marx intitulada “A questão judaica”, nos utilizando de um contraste externo. No entanto, essa problemática fica

¹⁷ O olho da “questão Ciro”. Disponível em: <https://jeanwyllys.blogosfera.uol.com.br/2019/09/16/o-olho-da-questao-ciro/>. Acesso em 17 de setembro de 2022.

em aberto, já que não sabemos se o problema é representado por Ciro Gomes ou o seu entorno é a problemática.

Ciro Gomes está com a libido retida naquela que Freud chama de "fase anal" do desenvolvimento psicossocial. Contém (nos dois sentidos desta palavra) uma misoginia que, todavia, foge do controle

O modo como Jean constrói sua narrativa indica a caracterização do sujeito Ciro por uma questão sexual individual, onde nitidamente há um insulto dirigido à pessoa privada e não seus ideais ou posições. Devido ao teor responsivo dessa análise, compreendemos que há o seu endereçamento, a entrevista anteriormente analisada, não sendo uma inferência na análise do contexto externo. Dito isso, entendemos que a entrevista de Ciro possui um caráter político e público, ao contrário da resposta inicial de Jean que toma forma de insultos e ataques pessoais *ad hominem*. A personalização de Ciro por Jean indica que o primeiro está retido em uma fase que não permite seu próprio desenvolvimento, sendo este imaturo, irracional e, portanto, não apto a participar da vida pública e política.

A consequência “natural” desse não desenvolvimento se encontra na sua fase sexual, o que também torna suas ações instintivas ou não mediadas pela racionalidade. Logo, o “olho” da questão Ciro é sua própria pessoa, tornando a crítica inteiramente individualizada e não justificada, como se Ciro fosse uma pessoa desequilibrada que se encontra fora de suas faculdades racionais.

Sua tentativa de desqualificar a filósofa Márcia Tiburi –que foi candidata ao governo do Rio de Janeiro pelo PT nas últimas eleições– por meio de uma referência que esta faz ao cu em uma de suas muitas falas disponíveis na internet, essa tentativa de desqualificação falso-moralista é mais que uma grosseria típica de um machista inseguro diante do brilhantismo intelectual de uma mulher. Trata-se de um sintoma: os machos-adultos-brancos-sempre-no-comando estão neuróticos (no caso de alguns, psicóticos) com as conquistas de espaços de poder por parte das mulheres em geral, de LGBTs e de negros.

Embora Jean Wyllys indique um problema real da sociedade brasileira, o machismo, por meio do posicionamento da mulher enquanto vítima, indicando que a grosseria e o destemperamento dos homens com as mulheres propagada esse tipo de violência e preconceito, seu argumento é direcionado para Ciro como se esse, pelo fato de ser homem e ter criticado uma mulher, seja machista. A construção do argumento que se segue, não encontra nos ideais ou nas falas de Ciro sua justificativa, isto é, sua qualificação não se dá mediante ou debate público de ideias, e sim pelo ataque pessoal que classifica Ciro como um inimigo e não um adversário político.

Dessa forma, Jean despolitiza a questão, já que a sua resposta não se dá na problemática do machismo, mas na suposição de que *Ciro* é machista e se refugia na identidade como forma de justificar seu argumento, algo parecido ao que *Ciro* apontou em sua entrevista. Ainda que esses movimentos sejam políticos, aparentemente as críticas feitas a eles possuem cunho pessoal e psicológico, não existindo equivalência de ambos os lados. Consequentemente, as críticas de *Ciro* são de ordem pessoal que é inerte a uma identidade apontada como superior em um extrato social.

Ainda sobre a qualificação feita por Jean em relação à *Ciro*, a utilização da palavra “macho” indica uma conotação biológica que pode ser positiva ou negativa. Quando voltamos para a estrutura do texto, consideramos que essa qualificação é negativa, podendo indicar que o homem, enquanto sexo biológico, está preso em uma condição psicológica que tende ao enfretamento e a violência que, culturalmente, se desdobra no comportamento machista.

Em que pesem as enormes diferenças entre *Bolsonaro* e *Ciro Gomes*, sobretudo o verniz de "homem ilustrado" que o domínio dos conceitos de economia conferem a este último, a verdade é que ambos têm, em comum, essa ansiedade sexual diante do arruinamento do patriarcado sexista e heteronormativo.

Na sequencialidade da resposta, Jean considera que existem diferenças entre *Ciro* e *Bolsonaro*, mas que essas são superficiais, sendo um contrassenso na sua argumentação. Em certo sentido, compreendemos que a posição racional de *Ciro* em sua entrevista não representa mais do que uma aparência superficial, reforçando também a superficialidade da diferença entre ambos os candidatos. Diante dessa superficialidade, Jean qualifica o que é comum entre ambos: a ansiedade sexual diante do arruinamento do patriarcado sexista e heteronormativo.

Novamente encontramos a reprodução da estrutura no que tange à uma politização da psique e a despolitização do argumento, pois esse é pessoalizado e direcionado ao indivíduo, transformando o problema público em uma questão pessoal derivada de uma identidade. Da mesma forma em que ser hétero e reacionário, porque reagem a uma mudança, é comum à ambos, mesmo que existam “enormes diferenças”. Portanto, o pré-julgamento de ambos se dá por sua identidade: homens, brancos e héteros. O modo como o discurso é construído, se assemelha a pré-conceitos baseados em uma identidade que se aproximam de posições racistas e xenofóbicas.

Prestem bem atenção: com uma miríade de candidatos com falas realmente abjetas à sua disposição, que aludem a coisas realmente chocantes como o racismo e a homofobia, fora o fato de muitos desses candidatos serem corruptos e ligados a organizações criminosas, mesmo com este elenco à sua disposição, *Ciro Gomes* escolheu a honesta e intelectualmente sofisticada *Márcia Tiburi* para dar de exemplo

do que "o eleitorado não quer". Entre todas as declarações e análises da filósofa, sempre amparadas em sólida bibliografia, Ciro Gomes pinçou exatamente aquela em que Tiburi, explicando o campo da sexologia, faz referência ao cu (usando esta palavra, e não "ânus")

A suposta autoridade professoral indicada pelos adjetivos usados em relação à Márcia Tiburi a colocam em um patamar diferente daqueles que Ciro poderia ter “atacado” ou a diferenciar de Ciro, como se suas críticas fossem insuficientes frente à Márcia. A sequência demonstra a desonestidade intelectual e política de Jean e revela sua subjetividade de “possuidor da verdade”, como se sua percepção da realidade fosse a própria definição. Define as falas, as críticas de acordo com sua ótica, sem compreender as diversas possibilidades apresentadas. Assim, Jean inviabiliza qualquer outra interpretação da entrevista de Ciro, restringindo à escolha de um lado, devido à sua visão dualista, antipolítica, pois não abre espaço para o divergente e negação da razão pública, por ser autoritário e “anti-dialético”.

Seguido da redutibilidade do argumento de Ciro, Jean projeta em seu alvo suas próprias atitudes discursivas e, pela reprodução da estrutura, compreendemos a obstrução da crítica como base para seu discurso identitário. Na sua consideração de uma reação *a priori* de um ou mais candidatos devido às suas identidades, é revelado o próprio teor não dialógico, pois a identidade se mostra suficiente na compreensão de determinadas atitudes e discursos.

Ora, ao fazer isso, Ciro Gomes me permite levantar duas hipóteses que não se excluem entre si, complementam-se:

1) A primeira é a de que, sabendo que Márcia Tiburi, Manuela D'Ávila, Maria do Rosário, Érica Kokay e eu fomos transformados, por meio de calúnias, deturpações e notícias mentirosas, em inimigos da "moral e dos bons costumes" da comunidade evangélica neopentecostal, terreno do bolsonarismo. Sabendo disso, Ciro Gomes usou Márcia Tiburi, de propósito, para "abrir diálogo" com esse setor conservador e anti-intelectual da sociedade brasileira; ou seja, ele está sendo oportunista e falso moralista com o objetivo de ampliar seu eleitorado usando a filósofa como escada. Nesse sentido, já-já ele estará fazendo referências negativas a mim também.

A reprodução da estrutura é demonstrada nesse parágrafo, bem como a atribuição de uma subjetividade de Ciro e sua posição no campo inimigo, havendo intenções ocultas nas suas falas. A pessoalização da questão ainda é verificada e reforçada é compreendemos a resposta como uma posição defensiva de um hipotético ataque que poderá vir, sem qualquer indício concreto.

2) A segunda hipótese é a de que Ciro Gomes está, como outros esquerdo-machos brancos, realmente preocupado com o abalo que as chamadas "pautas identitárias" produziram na cena política (e, em especial, no campo das esquerdas, que as abriga).

Habitados a falar por nós –mulheres em geral, LGBTQs e negros– sem nós, e a apenas nos usar como escadas para chegarem ao poder, os esquerdo-machos estão desesperados diante de nossa decisão de falarmos por nós mesmos e dividirmos, com eles, os espaços de poder. Esse desespero de tintas racistas, homofóbicas e machistas busca disfarçar-se na forma da "preocupação com o que é mais importante para as esquerdas agora" e na forma da acusação de que "as lutas identitárias estão jogando o eleitorado para a direita e a extrema-direita". Balela!

O ponto fundamental da estrutura se encontra nessa parte do texto em que Jean reconhece as pautas identitárias como pertencentes ao campo da esquerda. Logo, a preocupação dos que Jean classifica como “esquerdo-machos brancos” é a divisão do poder e não uma questão sociológica e política. Em síntese: os homens no poder estão amedrontados com a ascensão desses movimentos sociais e se utilizam da categoria “povo” para legitimar suas posições, já que Jean nega qualquer relação do afastamento do eleitorado e seu deslocamento para a direita com as pautas identitárias. A deslegitimação do argumento feito por Ciro é baseada em ataques pessoais e não no debate cívico, o que corrobora para o apontamento de Ciro em relação ao afastamento do eleitorado. Mais do que isso, a moralização do debate pela legitimação das pautas identitárias como categorias que visam refundar as categorias de poder, pois são subjugadas, representa a pureza ideológica próxima dos movimentos totalitários do século XX, juntamente com a antipolítica não familiar à esquerda, mas sim à movimentos que se aproximaram da extrema direita.

3.5 A representação do interesse nacional pelos interesses identitários

Em nossa pesquisa, selecionamos duas “respostas” aos apontamentos de Ciro feitos nas duas entrevistas analisadas anteriormente. A segunda resposta¹, escrita por Derson Maia, ativista negro e de Direitos Humanos, presidente nacional da Frente Favela Brasil, Bacharel em Ciência política, Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento, Doutorando em Direito pela Universidade de Brasília-UnB para a revista Justificando¹⁸ será analisada a partir do título onde demonstra a intencionalidade de responder a fala feita e colocada como *redline* no site do canal da CNN. A escolha dessas duas entrevistas se deve ao fato de responderem diretamente a Ciro e ao objeto de pesquisa, como também para contrastar ambas e demonstrar as similaridades e diferenças nas posturas e argumentos utilizados. Ainda que se refiram a entrevistas diferentes, ambas as respostas focam na mesma questão: os apontamentos feitos em relação aos movimentos identitários da esquerda por Ciro Gomes.

¹⁸ “Interesses identitários representam os interesses nacionais, sim!” Disponível em: https://www.justificando.com/2020/05/28/interesses-identitarios-representam-os-interesses-nacionais-sim/?fbclid=IwAR1jnL_umTSfu_acFjtfObwe83VNkIUgornmUhm9qc71eeKcHSNj2R9iV88. Acesso em 17 de setembro de 2022.

Interesses identitários representam os interesses nacionais, sim!

Novamente, há a palavra “interesse” demonstrando a importância a algo ou benefício. No contexto do título, visa a aproximação de ambos os interesses, em forma de afirmativa contra uma negativa feita anteriormente. Em certa medida, um conjunto de interesses representa um outro conjunto de interesses e, na frase analisada, os interesses identitários estariam representando o interesse nacional. Logo, o uso da palavra “representam”, configura a aproximação de interesses distintos outrora colocados como opostos. O modo como há a inserção de “identitários” é para qualificar os interesses, podendo ser excludentes, visando apenas os interesses de determinada identidade, da mesma forma que “nacionais” se pressupõem uma identidade coletiva que também pode ser excludente.

Caro Ciro Gomes, saudações pedetistas!

O “cumprimento” feito antes de se iniciar o debate entre ideias divergente possui uma razão pública que indica uma identidade compartilhada mediada pelo partido (dimensão coletiva) e a posição de que ambos compartilham dos mesmos ideais ou estão próximos ideologicamente, colocando Ciro Gomes no campo de adversário e não de inimigo. Algo próximo ao início de um debate presencial frente a uma plateia ou transmitido para algum veículo de notícias.

Sabemos dos desafios que o país enfrenta e a irresponsabilidade de muitos setores do campo progressista em não atuarem com os pés no chão e de mãos dadas com a realidade do povo brasileiro. Todavia, na tentativa de corrigir o caminho, não é justo com o povo, com a história da nossa gente, não reconhecer a importância de suas identidades como base elementar da formação do povo brasileiro.

O parágrafo se inicia com a palavra “sabemos”. Em nossa interpretação, consideramos que tanto o escritor, como Ciro Gomes e o leitor compartilham do conhecimento indiciado posteriormente. Por consequência, a interação é subjacente e há a publicização do texto, na lógica de que seja lido pelo público e que se construa o diálogo mediado por esse conhecimento. Para reforçar a dimensão pública do texto, é indicado que o país, território dos brasileiros, está enfrentando problemas e esses devem ser debatidos e resolvidos. O que torna essa matéria tema de debate e de análise é o modo como há a interação entre ambos (Derson e Ciro Gomes) com o real, agregando sentido dialógico, construtivo e cidadão. Quando há a colocação do campo progressista, inclusive em sentido moral, pela irresponsabilidade de muitos setores, a categoria povo é apontada, relacionando e aproximando ambos. No entanto, compreende a alienação dos progressistas e reconhece que Ciro não o é, pois o inclui no conhecimento acerca das posições dos movimentos progressistas. Nesse sentido, o texto se inicia em concordância com Ciro Gomes, em contraste com o título que indicava uma discordância.

Na segunda parte do parágrafo, Derson indica que há um esforço em mudar a realidade do país, mas que essa tentativa não considera e não é justa com o povo, pois a correção não pode implicar em injustiça. Em seguida, Derson aponta que não é justo com “nossa gente”, colocando Ciro Gomes na mesma identidade compartilhada, novamente estabelecendo a dimensão política e cidadã e aproximando, ao contrário de excluir, seu adversário político. Quanto à dimensão histórica, Derson considera que ela é parte integral da construção das identidades e, sobretudo, da identidade nacional. Portanto, a injustiça está no não reconhecimento da importância das identidades como base elementar da formação do povo brasileiro.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que identidade não é apenas pauta. Identidade é fundamento de como nos formamos enquanto povo e sociedade. É preciso lembrar que o Brasil foi fundado a partir da colonização e da escravização de indígenas e negros. Desse modo, a identidade tem muito a ver com qual lugar racial partimos, o que nos ensinaram sobre nós mesmos e como somos aprovados ou reprovados pela sociedade. A história é implacável em denunciar que o que tornou o grupo de homens brancos, modelo e referência de ser humano, foi o rebaixamento e a destruição de outras identidades (negras, indígenas, mulheres e LGBTQI+). Assim, pessoas brancas afirmam sua própria identidade e se auto valorizam, todas vezes, que negam e desvalorizam outras identidades.

A ordem de prioridades é elencada no início do parágrafo seguida do reforço e da necessidade de algo ser dito, corroborando para a prioridade inicial. Ainda na prioridade, o uso da palavra “dizer” remete a algo que pode ser falado ou escrito, por esse motivo, envolve que alguém vai falar e que essa ideia virá a público. Dizer é comunicar, comunicar quer dizer tornar comum aquilo a ser dito para o público e para Ciro Gomes. Sobre “pauta”, a identidade não pode ser resumida a isso, pois pauta é uma enumeração de demandas, direitos ou debates, logo, a identidade é mais que algo a ser discutido ou a identidade não é apenas reivindicação. Derson coloca que a identidade deve ser algo além do debate, ela deve ser tratada com maior profundidade, da mesma forma, para fins explicativos, que futebol não é apenas um jogo, deve ser compreendido além de suas dimensões imediatas.

Portanto, a identidade deve ser compreendida como elementar para a nossa vida e para a formação de um coletivo: o povo, enquanto categoria que se identifica e que convive no território brasileiro e, no que diz respeito a dimensão societária, sua constituição. Derson aponta a dimensão histórica e da lembrança, para lembrar dos fundamentos da sociedade brasileira e os impactos ainda presentes na desumanização, exploração e hierarquização da sociedade, o

que nos pareceu um modo de recordar uma questão que Ciro poderia ter se esquecido ou não mencionado.

Dessa forma, a discussão se pauta na violência social como base da criação do país, discutindo ideias públicas com seu adversário e não direcionando ataques pessoais ou morais. A identidade tem ligação com o lugar de que partimos, sobre o que aprendemos sobre ela e como somos aceitos socialmente por conta dela. O processo de formação da sociedade brasileira se deve pelas mais diversas formas de identidade e pelo seu papel histórico na constituição das relações sociais. Há, nesse sentido, a história como processo construído por sujeitos individuais e coletivos, como também a caracterização de um conflito identitário que engloba parte da constituição nacional. A ressalva de que a identidade também opera nas pessoas brancas reforça a dimensão identitária e como essa é utilizada na desvalorização das demais identidades.

Mas afinal, qual a importância das identidades ao discutirmos interesses nacionais? Ao partirmos do entendimento que a identidade branca, por muitos séculos, se construiu a partir da negação e destruição de outras identidades. Temos como perversa herança, as gigantescas desigualdades raciais que se apresentam nos dias de hoje. Quando vemos na televisão a representação de maioria branca em quase todas as telenovelas e telejornais, isso é sobre identidade. Quando vemos que mais de 80% da composição do Congresso Nacional, dos Tribunais Superiores e Sistema de Justiça são brancos, é sobre identidade. Quando identificamos que um dos maiores esquemas de corrupção da história brasileira, deflagrada pela Operação Lava Jato, não tem um só negro envolvido, ao contrário, todos brancos. Nós estamos falando de como parcela dessa identidade branca que domina o poder, não é vista como marginal.

Nessa perspectiva, a questão central para se pensar a identidade como fator constitutivo da sociedade brasileira é a validade da hierarquia, por meio da diferença e desvalorização das demais identidades que não fazem parte da identidade branca, considerada por Derson como a identidade utilizada para a negação e destruição das demais, algo como a medida ou parâmetro universal. No momento posterior, Derson passa a escrever sobre desigualdades raciais ao invés de diferença de identidade, pois coloca a desigualdade como injustiça identitária e, em decorrência disso, a desigualdade implica em hierarquia. Ao colocar a dimensão histórica como base para a constituição da identidade branca, remonta a uma concepção de apagamento da história de outras identidades, algo como “a história é feita pelos vencedores”.

A representação e reconhecimento das identidades pelo exemplo de identidades na televisão remonta a uma dimensão mais complexa do debate, isto é, ainda que remeta a uma dimensão histórica, o debate se transfere para o déficit de reconhecimento e de representação das identidades na esfera pública e midiática. Desse modo, o interesse nacional, em nossa

interpretação, deve englobar a superação de desigualdades materiais e de reconhecimento de outras identidades e a justiça deve ser compreendida como reconhecimento mediado pela representação. Derson organiza um modo de compreender a sociedade brasileira por meio da identidade, seja na representação na mídia como Telejornais e Telenovelas, seja em como há diferença no tratamento de criminosos, devido às suas identidades, na esfera pública.

Desse modo, uma discussão em torno dos interesses nacionais precisa incluir a maioria do povo brasileiro, afinal estamos falando de 57% da população brasileira que é negra. Deixar de fora, a importância da nossa identidade, é insistir em projetos políticos que foram incapazes de fazer o Brasil decolar, justamente por negarem a participação ativa da nossa gente. As agendas de segurança pública, Educação e Saúde pública são de interesse nacional e são as que mais afetam as identidades negras desse país. Essas agendas são inseparáveis das identidades, pois na prática, nós estamos falando de uma segurança pública que é responsável para que a cada 23 minutos, um jovem negro seja morto no país. Nós estamos falando de um Estado, que quando não mata por balas a nossa juventude, extermina seu futuro ao querer manter as datas das provas do ENEM em meio a pandemia e a falta de estrutura para uma educação à distância nas escolas públicas. Ainda assim, os negros que insistem e lutam para viver e que por sorte, chegam à idade adulta, enfrentam o dilema de pertencer ao quadro estatístico de maior probabilidade de morte por coronavírus, se compararmos com as pessoas brancas. Segundo os últimos dados divulgados pelo Ministério da Saúde, o percentual de brancos que morreram por Covid 19 caiu 10% na segunda quinzena de abril, ao passo que o número de negros mortos pela doença, cresceu mais de 10% durante o mesmo período.

Para concluir sua discussão, Derson qualifica a discussão sobre as identidades como essencial para o debate público, pois sua ausência implica na exclusão da maioria do povo brasileiro. Se o interesse é nacional, a maioria tem que discutir e deve discutir sobre a identidade, já que esse está intrinsecamente ligada à constituição da sociedade brasileira. Ao colocar que os interesses identitários não representam os interesses nacionais, há exclusão de uma parcela significativa da população brasileira.

Em sentido histórico, os projetos políticos que não foram capazes de fazer o Brasil “decolar” deixaram de lado a discussão sobre a identidade e negaram a representação e a participação do que Derson novamente coloca como “nossa gente”. Portanto, um projeto político que não leva a identidade em consideração, reproduz projetos políticos fracassados, o que é comprovado por Derson através dos dados elencados que apontam o impedimento da realização de projetos de vida da população negra que se dá como consequência de não discutir e reconhecer as identidades.

Me parece, que o problema do Brasil se agiganta ao não consideramos identidades diversas (que são fundamento da nossa brasilidade) como ponto de partida para formulação e resolução dos nossos próprios problemas nacionais. Talvez, a insistência em querer reduzir o papel das identidades na formação social e na construção dos projetos políticos que estão em jogo no Brasil, sejam pistas para responder à pergunta que inspirou Darcy Ribeiro em seu livro “O Povo Brasileiro” em 1995: Por que o Brasil não deu certo?

No parágrafo final, observamos a síntese e reprodução da estrutura e compreendemos a identidade, para Derson, como fundamento para a resolução dos problemas da sociedade brasileira. A exclusão das identidades não somente impossibilita o desenvolvimento nacional como agrava os problemas já existentes. Em vista disso, a insistência em querer reduzir ou ocultar o papel das identidades pode oferecer sinais para entender por que o Brasil não deu certo.

4. A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE, O IDENTITARISMO NO BRASIL E A DIMENSÃO POLÍTICO-DEMOCRÁTICA.

4.1 Aproximações da identidade com o discurso da Nova Esquerda e suas justificações

Para a melhor compreensão do objeto estudado e analisado, a compatibilização entre identidade e movimentos sociais contemporâneos deve ser realizada e dissertada, também como modo de operacionalização entre o capítulo teórico e a parte empírica da pesquisa. Nesse sentido, o esclarecimento da relação existente entre parte dos movimentos feministas, negros e LGBTQIA+ com o que se qualifica como “identitárismo”, é analisado no texto de Djamila Ribeiro (2017) “O que é: lugar de fala?”, onde a autora disserta sobre a importância e necessidade de se ouvir a voz daqueles que são excluídos do debate público e das questões sociais e no texto de Simone Beauvoir (1970) “O Segundo Sexo”, marco teórico do movimento feminista e importante contribuição para o debate público e político.

Segundo Simone de Beauvoir, já nas sociedades primitivas há a construção da identidade tendo como fundamento o *outro*, isto é, a identidade sempre estaria relacionada com o grupo que se identifica entre si e a sua relação com o outro, seja esse outro uma tribo, grupo, etnia ou indivíduo. A relação estabelecida por esse pensamento se fundamenta na dialética entre o senhor e o escravo de Hegel (1992) que na consciência-de-si há o desejo da busca do outro para amparar sua identidade. Isso demonstra a correspondência entre a consciência e racionalidade dos indivíduos e a fundamentação de sua identidade que se estabelece na relação com o outro e não na relação consigo mesmo. Portanto, a construção de identidades pela alteridade é própria das relações sociais entre os indivíduos e da racionalidade enquanto característica humana. A identidade ainda pode ser apontada como elemento fundamental na obra de Karl Marx, Manifesto Comunista (2005), na última e simbólica frase: “PROLETÁRIOS DO MUNDO TODO, UNI-VOS!” (Marx; Engels, 2005, p.69) onde é delimitado qual grupo deve se unir, compreendendo ser proletário como uma identidade que se relaciona em oposição a outra: a burguesia.

O título do livro da autora expressa a mesma questão. A construção do sexo feminino é uma relação estabelecida com o sexo masculino, seja em oposição ou na sua estruturação e, na decorrência do argumento, na objetivação dos papéis sociais assumidos pelas mulheres. Dessa forma, a mulher é o *outro*, pois na interpretação da autora, além da mulher ser pensada na oposição ao homem, ela é vista como possuidora de funções, tais quais objetos possuem, o que delimita sua atuação como indivíduo, na medida em que o mundo não é apresentado às mulheres, nas suas possibilidades, como é aos homens.

Seguindo o argumento construído por Simone de Beauvoir, Djamila Ribeiro dá continuidade para fundamentar a identidade e papel da mulher negra na sociedade. A autora utiliza Grada Kilomba para defender que assim como a identidade da mulher se dá na oposição à identidade do homem, a identidade da mulher negra está em oposição à identidade masculina e à identidade branca, sendo ela o *outro* do *outro*. Essa relação se estabelece também em ligação à condição do homem negro que embora tenha sua identidade em oposição ao que a autora qualifica como “branquitude”, ainda é homem.

No entanto, ao caracterizar as identidades desse modo, há uma hierarquia que impõe e é reforçada pelo argumento, desdobrando em um quadro qualitativo de identidades que estão se relacionando e se tencionando na medida em que os cenários sociais são contextualizados:

Além de mostrar que mulheres possuem situações diferentes, Kilomba rompe com a universalidade em relação aos homens também mostrando que a realidade dos homens negros não é a mesma da dos homens brancos, ou seja, evidencia que também em relação a esses é necessário fazer a pergunta: de quais homens estamos falando? É muito importante perceber que homens negros são vítimas do racismo e, inclusive, estão abaixo das mulheres brancas na pirâmide social. Trazer à tona essas identidades passa a ser uma questão prioritária. Em sua análise, ao não universalizar nem a categoria mulher e nem a homem, Kilomba cumpre esse papel. (RIBEIRO, 2017, p.40)

Portanto, a construção de identidades e, sobretudo, de movimentos que colocam a identidade no centro de suas reivindicações não é decorrente de um processo recente que ainda se desenvolve, mas sim da história humana. Evidentemente, a pesquisa demonstrou que o momento histórico atual implementa novas condições e características para que esses movimentos de consolidem de modo diferente e possuam abordagens divergente no que tange à questão da identidade, mas ainda assim, a identidade já se mostra excludente e diferencialista por si mesma, como também é argumentado por Tomaz Tadeu da Silva, Stuart Hall e Kathryn Woodward (2000). Segundo Ribeiro (2017) se as identidades possuem o caráter hierarquizador, as políticas públicas, bem como o debate político, devem levar em consideração as identidades e colocá-las no centro das discussões sobre desigualdade, isso tornaria o debate mais ético e direcionado para a resolução dos problemas. Fazer a demarcação de etnia, gênero e classe é essencial para aprofundar a compreensão dos problemas sociais históricos e contemporâneos.

Se a identidade deve ocupar o centro das discussões sociais ligadas ao direito dos indivíduos e se o entendimento dessas questões possibilita o avanço e o progresso das condições sociais e materiais, a esquerda contemporânea deve centrar suas discussões na identidade e, ademais, a configuração da esquerda se modifica não somente no que tange às questões de reivindicação pela identidade, como foi apontado no Manifesto Comunista de Marx e Engels,

mas também pela incorporação de múltiplas identidades que reivindicam cada vez mais questões particularistas que fragmentam as suas próprias demandas. Não há necessidade de reforçar o argumento apresentado anteriormente, mas para fins da pesquisa é necessário apontar que a pauta da identidade não é alheia ao pensamento da esquerda, ainda que a partir da década de 1980, em âmbito global, ganhe certa proeminência no seu espaço político.

Devido a essas questões, se pode qualificar a esquerda que incorpora as múltiplas identidades e centra o debate político, teórico e militante nas mesmas, como Nova Esquerda. A qualificação da Nova Esquerda como identitária não reflete a totalidade de seu pensamento político contemporâneo, no entanto é fundamental compreender a mudança que desenvolve-se em seu interior a partir da intersecção entre identidades e racionalidade neoliberal. Convém considerar igualmente que há um sentido positivo na incorporação das múltiplas identidades pela esquerda, pois torna o debate mais plural e agrega diferentes perspectivas para as abordagens dos problemas que se impõem sobre toda a sociedade. O sentido negativo se dá na medida em que a centralidade do debate é deslocada para a identidade, quase em sentido de um fato social total, diferente de como formulou Marcel Mauss (1974), mas que compreende o mesmo sentido: todo debate de esquerda e progressista que vise compreender os problemas e questões deve passar obrigatoriamente pela identidade, sob o risco de colocá-las em segundo plano, de tal forma que reproduziria as opressões e o apagamento das mesmas.

Assim, a justificativa para ampliar o debate sobre as identidades ao passo que o repertório da esquerda cada vez mais se limita às identidades, surge o conceito de “Lugar de fala” que, embora tenha origem imprecisa, é compreendido como derivado da concepção feminista decolonial¹⁹ a partir da visão de quem e de onde o discurso é proferido. Para Djamila Ribeiro(2017), é importante salientar quem pronuncia o discurso, de modo que esse será diferente a partir de quem o expressa, sendo também necessária sua demarcação “para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica.” (RIBEIRO, 2017, p. 60). Como apontado, o “Lugar de fala” é derivado do pensamento feminista, mais precisamente do “ponto de vista feminista” que visa localizar e demarcar grupos e indivíduos no campo do discurso para desse modo atestar as diferenças e hierarquias dos discursos.

¹⁹ Parte do movimento feminista que possui bases para além daquelas fundamentadas nos valores ocidentais de países colonizadores.

Se observa que o elemento central do argumento da autora é o discurso e suas implicações nas relações sociais que reproduzem as desigualdades sociais, raciais e de gênero, de tal modo que os espaços sociais refletem as desigualdades no campo do discurso:

Essas experiências comuns resultantes do lugar social que ocupam impedem que a população negra acesse a certos espaços. É aí que entendemos que é possível falar de lugar de fala a partir do *feminist standpoint*: não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos num lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. (RIBEIRO, 2017, p. 64)

A hierarquia social procedente de opressões históricas beneficia determinados grupos e gera opressões em outros, criando a dualidade em relação a legitimação na fala a depender de quem a profere. Dessa forma, o lugar de fala não seria a legitimação do discurso por parte dos indivíduos subalternizados, mas a demarcação do lugar social onde esse é anunciado, partindo das diferentes experiências sociais e perspectivas de cada grupo. É importante destacar que o conceito de “lugar de fala” é destinado a grupos sociais e não a indivíduos, o que gera, segundo a autora, desentendimento sobre a questão e a reduz a experiências individuais ao contrário das questões que ultrapassam a esfera privada de cada um.

Para os grupos subalternos, o direito de falar foi negado, não somente pela estrutura social vigente, mas pela própria história que estabeleceu, segundo a bibliografia utilizada por Ribeiro (2017), que a norma, isto é, a métrica de humanidade ou da universalidade humana, seriam os europeus. Sendo os indivíduos europeus referenciais de humanidade, os discursos reproduzidos teriam sempre como referencial a Europa e seus habitantes, enquanto as demais regiões e povos seriam vistos como os “outros”. Como já apontado, a construção da identidade sempre se desenvolve pela oposição a algo ou alguém, mas no argumento construído, a identidade europeia se utilizou disso e agregou a condição de humanidade para si mesma, sendo, portanto, os demais grupos sub-humanos ou não pertencentes a humanidade. Em decorrência desse processo, o direito ao discurso e a fala foram negados por não possuírem valor e legitimidade.

No entanto, a existência da negação desse espaço de fala para os subalternos não engendra a questão de que os mesmos não possam transcender os espaços sociais e, para além desse argumento, se o rompimento não fosse possível, não existiriam inúmeras conquistas mundiais e nacionais dos grupos identificados como oprimidos que foram alcançadas partindo

do questionamento à ordem vigente. A busca na história da colonização, acarretou formas de silenciar os escravizados com o uso de máscaras²⁰ que cobriam suas bocas, para evitar que os mesmos falassem ou comessem. Na interpretação de Ribeiro (2017) o artefato tinha a função de evitar que o colonizador fosse confrontado pelo colonizado, sendo o silenciamento intencional e uma forma de se evitar a propagação de um possível discurso questionador e insurgente.

O autor tunisiano, Albert Memmi, em seu livro “Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador” disserta sobre a reprodução do discurso e da engenharia social dos colonizados pela correspondência ao colonizador, de modo que os métodos de colonização e as suas estruturas eram reproduzidas pelos colonizados da mesma forma que os colonizadores as realizavam. Seguindo a reprodução da estrutura do colonizador, o comportamento do colonizado é afetado de maneira que surgem preconceitos entre os grupos colonizados e uma busca pela assimilação cultural com o colonizador:

O esmagamento do colonizado está compreendido nos valores colonizadores. Quando o colonizado adota esses valores, adota também sua própria condenação. Para libertar-se, ao menos acredita nisso, ele aceita destruir-se. O fenômeno é comprável à negrofobia do negro, ou ao anti-semitismo do judeu. Negras se desesperam para alisar os cabelos, que sempre voltam a se encrespar, e torturam a pele para embranquecê-la um pouco. Muitos judeus, se pudessem, arrancariam a alma; esta alma que lhes dizem ser irremediavelmente ruim. Declarou-se ao colonizado que sua música são miados de gato; sua pintura, xarope açucarado. Ele repete que sua música é vulgar, e sua pintura, enjoativa. E essa música mexe com ele apesar de tudo, emociona-o mais do que os sutis exercícios ocidentais, que ele acha frios e complicados; se este unísono de cores cantantes e levemente embriagadas lhe regozija o olho, é a despeito de sua vontade. Ele indigna contra si mesmo, se esconde aos olhos dos estrangeiros, ou afirma repugnâncias tão fortes que chegam a ser cômicas. (...) Enfim, negro, judeu ou colonizado, é preciso se parecer mais com o branco, o não-judeu, o colonizador. (MEMMI, 2021, p. 164)

Ainda que a autora não referencie Albert Memmi para discutir esse argumento e aprofundá-lo, o diálogo ocorre de forma indireta pois o resgate do argumento de Kilomba sobre o silenciamento do colonizado ou subalterno ser intencional ocorre por repressão, na intenção de afastar falas e questionamentos que acarretariam o incomodo do sujeito branco, ou seja, o silenciamento do outro é necessário para a reprodução das hierarquias e formas de dominação, enquanto para Memmi a reprodução do discurso do colonizador ocorre pelo colonizado por falta de referências e imposição da cultura dominante.

²⁰ Referência à escravizada Anastácia que foi obrigada a viver com uma máscara cobrindo sua boca e outros escravizados os quais eram obrigados a trabalhar com uma máscara, não somente os impedindo de se alimentar como também de falar.

Ambos os argumentos contribuem para a aproximação com o objeto pesquisado, a fim de aprofundar o conhecimento sobre o mesmo e compreender seu sentido histórico e sua importância para as lutas dos movimentos sociais progressistas e de esquerda. Por outro lado, o conceito de “lugar de fala” estabelece que todos possuem um lugar de onde falam, seja esse privilegiado ou não, possuidor de poder ou não, mas que se torna um critério, *a priori*, para delimitar de onde é proferido o discurso. Assim, um homem branco e cisgênero poderia falar sobre um tema social, desde que compreendesse que seu lugar afeta sua percepção e pode reproduzir questões que são derivadas de seu lugar social. Da mesma forma que a interrupção dessas falas seria, segundo Ribeiro (2017), citando Jota Mombaça, uma possibilidade de emergência de vozes historicamente silenciadas.

Se pode colocar que a busca por justiça histórica e disputa no campo dos discursos marcam parte do debate identitário contemporâneo, em particular o conceito de “lugar de fala” é identificado como referencial conceitual e militante dessas demandas. Ocorre que a partir dessa lógica de autorização ou demarcação de onde os discursos são proferidos retorna a questão já apresentada: marcar a diferença não é uma característica da esquerda. No entanto, a incorporação desses discursos deve ser mais bem compreendida para identificar as razões que levaram a inclusão dessa lógica, bem como compreender por que esses discursos conquistam cada vez adeptos e ganham espaço no debate da esquerda mundial e brasileira.

4.2 A Identidade como armadilha para a Esquerda

Diante das disposições anteriores, que resultam na crítica dos movimentos identitários da esquerda contemporânea ou Nova Esquerda (*New Left*), as contribuições de Asad Haider (2019) são incorporadas não somente para melhor qualificação do problema da pesquisa, mas por sua crítica enquanto indivíduo que também participa do debate contemporâneo sobre identidade e se inclui dentro desses movimentos e campos de ideias. A ascendência do autor é paquistanesa, o que é afirmado em seu livro “Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje.” e pressuposto para pensar sua própria condição de imigrante nos Estados Unidos.

Para contextualizar e demarcar onde e como surge a expressão “política identitária” nos movimentos de esquerda, o autor resgata o Coletivo Combahee River, grupo esse formado por mulheres negras e lésbicas na década de 1960 nos Estados Unidos que centravam as demandas políticas em sua própria identidade. As fundadoras argumentavam que o surgimento do coletivo se devia ao fato do enfraquecimento do Socialismo graças ao racismo e sexismo da própria esquerda que cada vez mais segregava e invisibilizava os grupos oprimidos e, contrariamente, queria a emancipação de toda a humanidade. Portanto, o resgate da identidade pelas militantes

não ocorreu pela tendência que ganhava força e resultou no “maio de 1968”, mas pela negligência da própria esquerda política.

As questões apresentadas pelas integrantes do coletivo também estavam fundamentadas nas “múltiplas opressões” que se interligavam e não podiam mais serem ignoradas pela esquerda e pelo progressismo, isto é, enquanto os movimentos sociais centravam suas reivindicações na luta de classes e da “emancipação do proletariado”, a segregação dos negros, a condição das mulheres e a influência dessas duas condições eram deixadas em segundo plano, como se a libertação da classe proletária bastasse para as condições sociais serem resolvidas para todos os grupos. Conforme apontado, o marxismo ainda que estivesse lidando, em parte, com uma identidade específica, o proletário, e por isso não pode ser tido como universal, as condições de etnia e gênero não eram prioritariamente delimitadas.

No entanto, o coletivo não tinha a intenção de separar os grupos, de modo que cada um lutasse por sua demanda particular, mas o oposto, as militantes frisavam a importância das alianças e reforçavam que uma de suas questões era construir um Socialismo mais diverso e inclusivo que de fato reassentasse seus adeptos para além das condições de classe. Dessa forma, a gênese da política identitária é demarcada pela inclusão de grupos que outrora não foram considerados pela esquerda, sobretudo a socialista, mas a história mostrou que a mesma política que tinha como orientação a diversidade foi usada para separar e limitar as candidaturas do Partido Democrata. O caso em questão foi a campanha de Hillary Clinton nas eleições presidenciais dos Estados Unidos no ano de 2016 que utilizou de expressões como “privilégio” e “interseccionalidade” para angariar grupos negros, de mulheres e de LGBTQIA+, enfraquecendo a candidatura de Bernie Sanders, que apesar de contar com apoio de mulheres, ficou conhecida como “os manos do Bernie”.²¹

Ademais, a identidade representava na política dos Estados Unidos, apesar de sua gênese já discutida, fator de separação e segregação em grupos que invocam a identidade de formas diferentes. O movimento trumpista conjurava a identidade de “ser americano” a todo momento, apontando como traidores ou comunistas aqueles que iam contra seus princípios pré-estabelecidos como “patrióticos”. O mesmo acontece no âmbito da esquerda: a identidade deve ser colocada em debate porque os indivíduos se mobilizam por aquilo que se identificam e ignorar isso pode também acarretar desagregação do campo político. Porém, Haider (2019)

²¹ Expressão utilizada pela campanha de Hillary Clinton para desqualificar o apoio à Bernie Sanders mesmo que esse contasse com apoio de mulheres.

resgata o pensamento de Judith Butler para afirmar que a identidade construída no momento em que se encontra a sociedade capitalista está centrada na própria reprodução do capitalismo e na sujeição a esse poder, isto é, a identidade não possui mais o sentido de emancipação ou de rompimento contra o sistema:

A política no liberalismo se caracteriza por nos tornamos *sujeitos* que participam na política através da *sujeição ao poder*. Portanto Butler sugere que “o que chamamos de política identitária é produzida por um Estado que só pode dar reconhecimento e direitos a sujeitos totalizados pela particularidade que constitui seus status de demandante.” (...) Nossa capacidade de ação política através da identidade é exatamente o que nos prende ao Estado, o que assegura nossa contínua sujeição. (HAIDER, 2019, p. 35)

Logo, a identidade que segundo o Coletivo Combahee River deveria ocupar lugar central nas discussões políticas para tornar a esquerda e os movimentos sociais mais diversificados e radicais, é utilizada hoje como meio para a reprodução das relações de poder na sociedade capitalista, pois as identidades se tornaram mecanismos de fragmentação dos indivíduos e os reduziram às suas próprias questões. Os autores Ève Chiapello e Luc Boltanski em seu livro “O novo espírito do capitalismo” (2020) expõem como a crise da crítica ao capitalismo se enfraqueceu na medida em que o próprio sistema incorpora às críticas para sua reprodução. Isso também evidencia o problema para a presente pesquisa que diz respeito a aceitação da identidade fragmentada, excludente e totalizante pelos indivíduos de modo que essa assume centralidade nas suas questões sem substancialidade crítica à forma como a sociedade capitalista as agrega também para sua justificação.

A autora estadunidense Nancy Fraser discute, buscando como referencial Antônio Gramsci, como a crise política hoje é também uma crise de hegemonia, onde o campo progressista não conseguiu sustentar um bloco “contra hegemônico”. Para Fraser (2018) a hegemonia capitalista estaria fundada em duas categorias apriorísticas: distribuição e reconhecimento. A primeira estaria ligada a distribuição e alocação de bens divisíveis, como por exemplo renda, por outro lado, a categoria de reconhecimento estaria relacionada a como a sociedade atribui marcas morais ao pertencimento e identidade dos grupos e indivíduos, gerando estima e respeito. Ambas as categorias poderiam ser aplicadas aos dois campos políticos constituídos como progressismo e conservadorismo.

A classificação de “neoliberalismo progressista” pode ter um sentido contraditório se comparado aos argumentos apresentados anteriormente, mas a autora a utiliza para demonstrar como essa categoria se constituiu como o bloco hegemônico que dominou o campo político estadunidense antes da ascensão de Donald Trump. A aliança era constituída pelos novos

movimentos sociais e importantes setores econômicos que combinavam diferentes pontos de vista sobre as categorias de distribuição e reconhecimento. Mas tal grupo ainda poderia ser classificado como “neoliberal” pelo seu programa de financeirização que desmantelava toda a rede de proteção estatal e cedia espaço para políticas que visavam a precarização do trabalho e a desindustrialização.

A análise da autora não difere dos argumentos apresentados por Christian Laval e Pierre Dardot, mas projeta um diagnóstico próprio da realidade estadunidense ao apresentar as condições que foram impostas para tornar as políticas neoliberais mais atrativas para uma população ainda hegemônica pelo *New Deal*. Desse modo, o projeto neoliberal necessitava de novas roupagens, deveria estar ligado a características para além das econômicas e ser mais amplo para agregar diferentes setores e grupos sociais. O que o projeto neoliberal precisava era estar alinhado ao progressismo e isso, de acordo com Fraser (2018), foi feito graças aos “Novos Democratas” ao instituírem a política de reconhecimento ao seu discurso.

Recorrendo às forças progressistas da sociedade civil, eles difundiram um ethos de reconhecimento superficialmente igualitário e emancipatório. O núcleo desse ethos eram os ideais de “diversidade”, “empoderamento” das mulheres e direitos LGBTQ; pós-racialismo, multiculturalismo e ambientalismo. Esses ideais foram interpretados de uma forma específica e limitada que era totalmente compatível com a Goldman Sachsificação da economia dos EUA. Proteger o meio ambiente significava comércio de carbono. Promover a posse da casa própria significava empréstimos subprimes agrupados e revendidos como títulos lastreados em hipotecas. Igualdade significava meritocracia. (FRASER, 2018, p. 47)

Neste ponto, o argumento de Mark Lilla é praticamente repostado, visto que a visão neoliberal antes fundada na *persona* de Ronald Reagan era agora representada pelo Partido Democrata sob o discurso da inclusão e da diversidade fragmentada. O Partido Republicano representava, por outro lado, o que a autora qualifica como “neoliberalismo reacionário”. Suas diferenças estavam em torno do reconhecimento, enquanto o neoliberalismo reacionário baseia sua concepção na anti-imigração, na etnia nacional acima das outras e na visão pró-cristã, o neoliberalismo progressista buscava nos grupos historicamente oprimidos que cada vez mais ganhavam visibilidade sua justificativa.

O embate entre as duas visões neoliberais de economia e sociedade terminou com a vitória da versão progressista, mas ao custo da desindustrialização do que ficou conhecido como “cinturão da ferrugem”²². Nesse contexto do choque e falência das concepções neoliberais da sociedade estadunidense, Donald Trump se firmava em oposição a ambas e crescia entre o

²² Área de industrialização localizada entre Nova York e Chicago

eleitorado vítima da desindustrialização e financeirização, já que grupos que tinham como projeto o antineoliberalismo não possuíam relevância no debate público. Uma das afirmações que dizem respeito à política é: “Não existe vácuo em política.” e essa afirmação foi exemplificada pela candidatura de Trump. Na medida em que os indivíduos se sentiam desamparados economicamente e sem respostas adequadas para seus problemas, alguém traria soluções, mesmo que sem compromisso com a realidade, para se estabelecer como uma alternativa viável e efetiva.

A figura de Donald Trump conseguiu preencher o “vácuo” deixado pelas políticas neoliberais, fato esse que nem Barack Obama pode fazer, ainda que esse tenha formulado o “Obama Care”, já que reproduzia as condições do neoliberalismo progressista e deixava a classe trabalhadora, bem como os indivíduos que perderam suas casas para hipotecas desamparados. O movimento “Occupy” que falava em nome dos “99 por cento” da sociedade teve grande potencial para preencher a lacuna deixada, mas também foi utilizado para a reeleição de Barack Obama que cada vez mais se desgastavam e não conseguiam empregar explicações para os indivíduos que futuramente se tornarem eleitores de Trump.

Do mesmo modo, a identidade ganhou notoriedade no campo progressista e de esquerda devido ao vácuo deixado pelo fim do socialismo de estado e falta de perspectivas que agregassem diferentes campos contrários ao capitalismo. Quando Francis Fukuyama (1992) escreveu sobre o “fim da história” e a falta de alternativas para a esquerda, sobretudo aquela que se identificava com os valores socialistas, seu diagnóstico de tempo era da vitória do capitalismo e dos valores democráticos liberais, não havendo mais espaço para posições radicais contrárias que tivessem como objetivo suprir as necessidades humanas. Para Fukuyama (1992) a democracia seria a forma final de governo da humanidade:

Dos diferentes tipos de regimes surgidos no curso da história da humanidade, desde monarquias e aristocracias até as teocracias religiosas e as ditaduras fascistas e comunistas deste século, a única forma de governo que sobreviveu intacta até o fim do século XX foi a democracia liberal. (FUKUYAMA, 1992, p. 80).

Posteriormente, tal determinação será utilizada para melhor compreensão do problema de pesquisa, visto que também há a questão geracional nos novos movimentos sociais que não conviveram com regimes que de fato representavam alternativas e ameaças para a democracia contemporânea. Nesse sentido, a política identitária não destoa da sua origem somente pela mudança social operada nas últimas décadas, mas pela questão geracional desprovida de referenciais teóricos e de lideranças que se apresentem sob o jugo de unificadores, ao contrário

de *personas* que se utilizam de discursos separatistas para mobilizar sujeitos que já estão inseridos na reprodução individualista da sociedade capitalista contemporânea.

Para Haider (2019), a política identitária se tornou um método individualista baseado em reivindicações individuais de reconhecimento centradas nas identidades particulares que limitam a organização de amplos coletivos por também partir de uma concepção restrita da identidade como algo pré-concebido e não socialmente construído, reduzindo a política à forma como cada um se identifica e requerendo direitos com base em sua própria individualidade. Em outros termos, a política identitária contemporânea age de forma paradoxal em relação à sua gênese e reproduz normas que visam criticar. Em diálogo direto com o argumento apresentado por Djamila Ribeiro, a questão sobre o lugar de fala busca a reparação histórica, por meio do discurso, para os grupos oprimidos, mas a própria reivindicação baseada na identidade, já delimitada, reforça a estrutura social de fragmentação por tomar uma identidade como diferente de todas as outras.

As passeatas ocorridas nos Estados Unidos por reivindicações ligadas ao reconhecimento tiveram como importante componente a limitação de quem poderia falar ou ocupar determinado espaço de acordo com sua identidade pré-estabelecida. Haider (2019) disserta sobre sua experiência em Oakland, onde os manifestantes eram orientados a estarem atentos aos “agitadores de fora” que seriam pessoas brancas tentando estimular a violência para deslegitimar os atos. E para além da delimitação de potenciais atos de desordem a uma identidade específica, os manifestantes organizam as caminhadas e a distribuição dos manifestantes de acordo com sua identidade. Exemplificando: “Diziam que somente negros poderiam pegar o microfone; que somente negros deveriam ter funções de liderança; que os negros deveriam estar na frente da passeata, com os brancos “aliados” no final e os “pardos” permitidos no meio.” (HAIDER, 2019, p. 63)

A organização da passeata em questão não se difere, no que tange ao sentido, das hierarquias sociais produzidas historicamente. Na realidade, pode-se dizer que há sobreposição das hierarquias inversamente posicionadas que buscam sua legitimidade na “justiça” histórica baseada em identidades. O problema em questão envolve a sobreposição de identidades como solução para problemas históricos e socialmente produzidos. Em sentido similar, a reparação histórica para os judeus que também foram oprimidos no decorrer da história, como bem demonstrou Hannah Arendt (2012), seria que os mesmos fossem colocados como protagonistas em suas lutas por libertação, que se tornassem protagonistas no contexto da segunda guerra

mundial, por exemplo. Devendo os outros povos, como os soviéticos ou os estadunidenses, ocupar papel secundário na libertação dos mesmos de campos de concentração.

Indiscutivelmente, os contextos são diferentes e as questões apresentadas também se diferem em grau de impacto humanitário, mas o problema é substancialmente o mesmo: aqueles que sofrem por sua identidade devem assumir posições “superiores” ao reivindicar direitos por reconhecimento, cabendo às demais identidades níveis secundários de participação e atuação política. Ainda que o centro da discussão da pesquisa sejam os problemas políticos e democráticos gerados pela Nova Esquerda, há de fundo outro problema que, embora se relacione diretamente com a política, envolve questões sociológicas fundadas na história da humanidade: a busca por uma suposta pureza étnica.

No decurso da história humana, a miscigenação sempre ocupou importante papel na organização social. Na sociedade grega, os povos que não pertenciam ao território eram considerados bárbaros e inferiores, o mesmo acontecendo no império romano. Inclusive as mitologias sempre continham diversas histórias sobre mestiços de deuses e seres humanos. O próprio conceito de “mulato”, que por vezes é criticado por se referir ao mestiço, se deriva de nomeações produzidas pelos árabes que dominaram parte do continente Africano. Logo, qualquer mestiçagem implicava na adulteração étnica e cultural de um determinado povo. Com as colonizações, esse princípio norteou grande parte das sociedades que estavam sob o julgo de metrópoles, em específico a sociedade estadunidense que institucionalizou a segregação racial por meio das Leis de Jim Crow.

Embora não seja uma referência para o campo acadêmico, Antônio Risério em seu livro “Sobre o relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda identitária.” (2019) aponta, com certo radicalismo, as problemáticas da esquerda identitária e da ideologia do “colorismo”. No que diz respeito a essa denominação, os grupos oprimidos empregam, a partir da identidade e da individualização, categorias que geram subgrupos que não fazem parte de uma determinada identidade já definida. As concepções do “colorismo” são empregadas pelos movimentos raciais que dissertam sobre a mestiçagem e a necessidade de buscar novas designações para indivíduos que são seriam negros, mas também não poderiam ser identificados como brancos. Em certo sentido, as categorias não são infundadas, pelo contrário, representam a constituição da sociedade brasileira e ajudam a pensar as relações sociais para além do dualismo estadunidense.

No entanto, a lógica operada se relaciona com aquilo escrito por Asad Haider sobre as passeatas nos Estados Unidos que visavam criar hierarquias espaciais de acordo com a identidade dos indivíduos de acordo com a demanda solicitada. Não somente a hierarquia espacial é delimitada como também a autorização para discursar. O direito de falar não se relaciona com mais, para a Nova Esquerda Identitária, com a democracia e instituições que foram historicamente construídas para garantir que os indivíduos pudessem ter liberdade de pensamento e de discurso, mas com a identidade, a depender da reivindicação ou problematização requerida. E isso está fundamentado pelo conceito de Lugar de fala que legitima essa postura a partir do momento que delimita um lugar de onde o discurso é proferido.

A segregação é então identificada pela operacionalização do ato de discursar e falar de acordo com a identidade. Para não incorrer em erros teóricos, como já argumentado, o Lugar de fala não limita que determinado grupo ou indivíduo tenha legitimidade para falar sobre algum tema ou questão mais do que os outros, mas demarca de onde o discurso é pronunciado, o que, em certo sentido, tem como essência a diferenciação no campo dos discursos por meio da identidade. As consequências que serão abordadas adiante implicam na deslegitimação a partir do pressuposto que nenhum discurso poderia ser universal, pois sempre estaria “corrompido” por uma visão construída a partir de uma identidade que é estática.

Porém, as identidades não são estáticas e se modificam a partir da história das sociedades, um exemplo disso se mostra, como menciona Haider (2019), no caso dos irlandeses que migraram para os Estados Unidos. A identidade irlandesa sempre foi considerada inferior pelos ingleses e, ao chegarem em território americano, foram escravizados, assim como os negros vindos no século XVII, por dívidas. Inclusive, os africanos e europeus, ao acabarem com seu “período de escravidão”, podiam obter sua liberdade e até mesmo adquirirem propriedades. Entretanto, o comércio de escravizados que ganhou força a partir do século XVIII, pode viabilizar a superioridade racial pela coloração da pele, sendo que o racismo já existia, como mencionado, entre os europeus. Assim, a ideologia e a escravidão racial concebidas através da tonalidade da pele são produto da lógica capitalista mercantil:

O exemplo mais claro é dos irlandeses, cuja opressão racial pelos ingleses precede em vários séculos sua opressão racial sobre os africanos. (...)

De fato, as primeiras formas de ideologia racial inglesa representavam os irlandeses como inferiores e sub-humanos. E essa ideologia foi mais tarde repetida palavra por palavra para justificar tanto o genocídio indígena nas Américas quanto a escravidão dos africanos. (...)

Portanto, a opressão racial surge no caso irlandês sem base na cor da pele. Somos forçados a perguntar como chegamos a uma ideologia racial que gira em torno da cor da pele, que representa os africanos como sub-humanos e que considera tanto os irlandeses quanto os ingleses como parte de uma unitária “raça branca”.

O registro histórico mostra muito claramente que a supremacia branca e, portanto, a raça branca é formada na transição americana ao capitalismo. Especificamente por causa da centralidade da escravidão racial. (Haider, 2019, p.82-83)

Dessa forma, como poderia a “raça branca” ser unificada hoje se a história demonstra que o racismo e a escravidão também eram produzidos entre os povos que hoje são considerados brancos? Se não há como considerar a branquitude como singular, as demais identidades subalternas também não podem ser unificadas e nisso as categorias empregadas pelos novos movimentos sociais reproduzem a história, mas falham ao unificar o opressor e dividir os oprimidos. A unificação foi produzida visando efetivar o comércio de escravizados e para evitar a aliança entre os trabalhadores europeus e os trabalhadores africanos, isto é, a “unificação da raça branca” foi socialmente produzida para fins capitalistas.

Consequentemente, a luta pela emancipação dos indivíduos oprimidos não pode ter como orientação a unidade do opressor e a fragmentação dos oprimidos, para além disso, entre uma suposta unificação dos opressores, há oprimidos que contribuem para as lutas emancipatórias. Karl Marx em seu livro “Sobre a questão judaica.” (2010) argumenta que a emancipação humana não poderia ser realizada pelo universalismo abstrato e por minorias particulares, mas sim pela superação das relações de dominação capitalistas que engendraram amplas conciliações entre grupos distintos, mas que se unificam em outra identidade: proletários. A reivindicação de emancipação restrita à identidade limita não só as demandas, como também o horizonte de atuação política e reproduz o sentido de fragmentação próprio da gênese do capitalismo. Assim, a política identitária poderia ser qualificada, como o título de Asad Haider, como uma armadilha ou uma “cilada” nos termos de Pierucci que cada vez mais enfraquece a esquerda contemporânea e, de modo mais amplo, o progressismo.

Dado que a pesquisa se preocupa com a realidade brasileira e os discursos, bem como a política identitária também são identificáveis em território nacional, a dissertação sobre os problemas que são gerados para a vida democrática e política são igualmente importantes e demonstram a globalização dos discursos que não ficam restritos a países ou regiões, mas adquirem certas especificidades que são próprias da realidade tupiniquim.

4.3 A especificidade do discurso identitário no Brasil e o novo sentido da identidade

No mês de maio do ano de 1968 ocorreu o evento que entraria para a história da humanidade como um divisor de águas para as questões sociais e políticas. As demandas que ali estavam em questão eram das mais diversas, bem como os indivíduos com suas identidades. As mulheres, que se identificavam como mulheres héteros, demandam igualdade e liberdade sexual, equidade salarial em relação aos homens que ocupavam as mesmas funções, em suma,

o feminismo se encontrava, para utilizar o conceito de Max Weber, em um “tipo ideal”. As mulheres que não se identificavam como héteros tinham as mesmas demandas com a agregação de suas questões próprias, como a discriminação. Além disso, a classe trabalhadora, enquanto identidade, também se organizava e reivindicava melhorias nas condições de trabalho, juntamente com os estudantes. Logo, as ideias transmitidas pelos amplos protestos agregam notoriedade mundial e frases como “é proibido proibir”, invocando liberdade e antiautoritarismo, se tornaram famosas.

Diante da efervescência cultural propagada pelos protestos em Paris, a sociedade brasileira, em especial a militância de esquerda, viu uma espécie de guia para expressar e orientar suas demandas que eram próprias da sociedade e do período em que se encontravam. Naturalmente, por limitações tecnológicas e de propagação da informação, a transposição e integralidade dos ideais franceses não foram realizados em um curto período de tempo, na realidade, é a partir da segunda metade da década de 1970, momento esse que a ditadura esteve em seu ápice de violência, censura e autoritarismo, que as demandas identitárias ganharam força e foram “adaptadas” para a realidade brasileira. Além dessas questões, as notícias sobre o totalitarismo stalinista chegavam em território brasileiro e denunciavam o caráter autoritário de parte da esquerda com que agora necessitava alterar sua base teórica e militante.

Nesse contexto de mudança dos paradigmas da esquerda ida para o campo da diversidade e inclusão, veículos de imprensa alternativa ganham espaço na clandestinidade como o jornal “O Lâmpião da Esquina”²³ que foi um veículo alternativo de informações e notícias, formado por grupos que se identificavam dentro do que consideramos hoje o movimento LGBTQIA+, que denunciava o preconceito de gênero, o racismo e demais questões sociais alinhadas às condições de grupos minoritários. Outro exemplo da força, luta e influência desses movimentos que se estabeleciam foi a eleição de Mário Juruna²⁴ como deputado federal no ano de 1983, que representava a luta indígena, muito importante e ignorada pela sociedade brasileira.

Portanto, quando Ciro Gomes elenca que “Os interesses identitários não representam os interesses nacionais”, embora resgatando seu contexto e compreendendo que a parte dedicava a essa fala se trata de uma análise científica e sociológica esteja alinhada ao momento atual, os interesses identitários não são algo novo na sociedade brasileira e sua história não pode ser

²³ Jornal homossexual que surgiu no contexto da imprensa alternativa durante o regime militar.

²⁴ Líder Indígena e político brasileiro

ignorada se o intuito é também, compreender a influência que hoje existe no meio político. O passado escravista da sociedade brasileira e a luta pela libertação dos escravizados, embora tenha valor identitário, também é uma luta universal pelo seu teor humanista em alinhamento aos direitos humanos, a identidade ocupava um importante lugar na luta, mas não era o principal ponto e sim a condição de hierarquia entre seres humanos.

Ainda que a história brasileira fosse permeada pelos discursos sobre a desigualdade racial e, em certa medida, pela desigualdade de gênero, as condições durante a ditadura militar limitaram o campo de atuação, sendo o período de redemocratização o momento em que houve, de fato, a ascensão desses grupos, alinhados também ao momento de união política contra a ditadura. Pode-se colocar que neste momento é que a “luta de minorias” ganha escopo e é apresentada como demanda política institucional, também pelo “respeito às diferenças” e “inclusão do *outro*”. Todas essas questões foram reconhecidas e implementadas na Constituição de 1988 criando importantes leis, como a Lei Maria da Penha, políticas contra o feminicídio e reconhecimento de quilombos, que hoje não se restringem ao ambiente universitário.

Todas essas conquistas se devem ao aumento da atuação dos movimentos identitários de esquerda em território nacional e mundial e constatam que a sua presença na política tende a agregar valor positivo e ampliação do *ethos* democrático. No entanto, como demonstrado na parte empírica da pesquisa, as questões identitárias foram tomadas por uma lógica contrária à sua atuação histórica e isso se deve às mudanças ocorridas na esfera da política e da economia. Em momento anterior, os argumentos de Dardot e Laval (2016) foram utilizados para constatar as mudanças na sociedade contemporânea, mas não houve a qualificação da razão pela qual os indivíduos são cooptados por essa “nova racionalidade”.

No Brasil, país com uma cultura e história singular na América, os “novos ideais” do capitalismo foram incorporados de modo diferente, para também se adaptar à realidade do país. Diferente do processo ocorrido nos Estados Unidos e Europa, onde a presença do liberalismo político e econômico remonta desde suas revoluções, no Brasil a mudança propiciada pelo processo que se poderia qualificar como globalização foi realizada no momento em que o contexto político e econômico não eram estáveis e não tinham se consolidado. Por um lado, a década de 1980 é conhecida como a década perdida devido à alta inflação e instabilidade econômica relativo à política de preços, por outro, o fim da ditadura militar e realização de eleições diretas não ocorreram de forma satisfatória e isso contribuiu para que a década de 1990

não desce continuidade ao processo, mas consolidasse novas engenharias institucionais para se adequar às mudanças do capitalismo global.

Anteriormente, a utilização do livro de Antônio Flávio Pierucci possibilitou que o contexto mundial sobre as mudanças dos novos movimentos sociais orientados pela identidade fosse compreendido e definido como um problema que mais tarde, na obra de Mark Lilla, seria estabelecido como um dos pilares para a eleição de Donald Trump. No Brasil, a identidade como centro das questões políticas foi um dos eixos para se pensar e estabelecer políticas progressistas que até então não estavam presentes nas agendas governamentais. Portanto, as demandas identitárias no contexto brasileiro possuem valor positivo e representam a busca pela inclusão dos grupos minoritários e excluídos, inclusive simbolizando a cidadania brasileira, como no nome extraoficial da Constituição de 1988 ou “Constituição cidadã”.

Todavia, a confluência entre redemocratização brasileira e ascensão do que se qualifica como neoliberalismo corroborou para que em território nacional a identidade sempre estivesse no discurso político e não fosse problematizada como parte da mudança estrutural que ocorria em outros países. Pode-se dizer que o discurso identitário e a nova racionalidade capitalista encontraram em território brasileiro a ligação entre aquilo que seria visto como progresso para as causas sociais e progresso para a economia. Assim, o discurso neoliberal não representaria, pelo menos na década de 1990 e início da década de 2000, ameaça para a tentativa de inclusão e diversidade nos meios sociais e políticos brasileiros.

Na realidade, o discurso neoliberal, em certo sentido, pode ser qualificado como universalista. Não é necessário buscar em autores como Thomas Hobbes e John Locke que o indivíduo busca, a todo momento, seus interesses particulares, podendo gerar conflitos com outros indivíduos que também almejam o mesmo objetivo. Mas o discurso neoliberal não se restringe à busca pelos objetivos dos indivíduos ou os torna concorrentes entre si, mas os equaliza na mesma condição, através da disposição de que “todos estão no mesmo barco” e nesse estado de igualdade, cada um deve buscar, através de suas condições e esforços, as finalidades que lhe forem mais pertinentes.

Nesse sentido, a nova racionalidade pode representar uma espécie de universalidade que torna os indivíduos iguais não pela sua condição de seres humanos, mas pela sua condição de acesso às oportunidades que estão a todo momento surgindo, ainda que os mesmos não as “enxerguem”. Tudo isso suscita na conjuntura de que pouco significa as identidades ou classes sociais, o “sucesso”, palavra muito utilizada pelos “coaches”¹ não depende do coletivo e do

social, mas do próprio indivíduo. Em contrapartida ao discurso neoliberal, o discurso identitário o desenvolve, mas com críticas que preconizam a identidade antes de qualquer outra esfera social.

Isso significa que o discurso identitário adota o discurso neoliberal, em relação à competição, à busca pelos objetivos e, principalmente, pela fragmentação e individualização das demandas sociais, mas de modo que a identidade se torne a “anti-equalização” extremada, isto é, de nenhuma forma os indivíduos podem ser iguais, sempre há alguma identidade que os vai hierarquizar, seja de imediato, como a relação entre homens e mulheres, seja pelo acúmulo, como ser mulher, lésbica, periférica e negra em relação com ser mulher, lésbica, periférica, mas branca. Embora essa questão já tenha sido tratada anteriormente, ela corrobora para que o cenário brasileiro se torne mais complexo, pois além de corresponder ao problema da nova esquerda identitária global, bem como aos problemas gerados pelo neoliberalismo, as mudanças ocorridas no final do século XX não tornaram ambas as visões confluentes por uma razão histórica que já se apresentava, mas as uniu na medida em que as imposições do novo padrão produtivo e tecnológico e a não realização das instituições políticas possibilitou que esses fossem os únicos caminhos que poderiam ser seguidos.

O ponto de ruptura dessa confluência, se a qualificação for feita a partir de um determinado momento, seria o ano de 2013. Antes dessa data, o governo de Luís Inácio Lula da Silva organizou, de certo modo, ambos os discursos. Por um lado, as políticas de inclusão, de cotas, demarcação de terras indígenas e diversos programas de assistencialismo social propiciaram avanços para as classes mais baixas e grupos minoritários. No setor econômico, o alinhamento com a nova configuração do capitalismo não poderia ser diferente, seja pelo período histórico, seja pela própria condição do Brasil, país subdesenvolvido, em relação ao capitalismo global. Antes do ano de 2013, o governo de Dilma Rousseff, que entrava em seu terceiro ano, não seguia uma linha muito diferente de seu antecessor e companheiro partidário. As razões pelas quais as passeatas de 2013 ocorreram são das mais diversas, iniciando pelos 20 centavos de aumento da passagem na cidade de São Paulo e agregando demandas pela melhoria do sistema educacional e de saúde. Nesse contexto, a “falência” dos governos petistas, que de certa forma estava se desenhando, contribuiu para que as manifestações também tivessem o governo como alvo de suas críticas.

O autor Francisco Bosco, em seu livro “A vítima tem sempre razão?” (2017), onde também trata sobre as lutas identitárias contemporâneas, argumenta que o epicentro da explosão

de junho de 2013 e das demais manifestações que ocorreram no mesmo período foi a internet, mais especificamente as redes sociais digitais. Embora o espaço digital não seja o objeto da pesquisa, não há como compreender as questões da nova esquerda identitária e da democracia contemporânea sem passar pela discussão sobre os impactos das redes sociais digitais para o debate público. Para o autor, as redes sociais possuem qualidades e ajudam na luta por reconhecimento dos grupos minoritários, onde indivíduos da mesma identidade podem se encontrar e discutir suas experiências e teorias sobre sua condição e assim não encontrar o contraditório, que pode fortalecer o grupo, em sentido psicológico, mas o enfraquece politicamente:

As redes sociais são, repito, um meio ótimo para a luta por reconhecimento. Em primeiro lugar, porque seu registro é em larga medida o imaginário, que é o lugar por definição das disputas por reconhecimento: é o narcisismo (a autoimagem e a imagem do outro) de todos que ali está colocado, formando uma vasta economia do reconhecimento, propícia portanto a essas disputas. Em segundo lugar, porque as redes sociais digitais operam segundo uma lógica algorítmica que tende a produzir relações entre indivíduos com afinidades múltiplas, logo menos expostos ao contraditório, e isso propicia a dinâmica de *bolding*, fundamental para o fortalecimento psicológico dos grupos (e, como já vimos, prejudicial ao avanço institucional de seus pleitos). (Bosco, 2017, p. 78)

Dessa forma, a convergência de duas concepções “progressistas” para a realidade brasileira se tornou radicalizada pelo movimento mundial de digitalização das relações sociais. O espaço digital, até mesmo pela sua inserção no período histórico em que se encontra a humanidade, reforça a visão individualista e fragmentada, na medida em que as preferências sempre aparecerão com mais frequência nas buscas e nas ligações entre os indivíduos, cabendo a exclusão para o divergente ou diferente. O problema se torna mais profundo pois a realidade brasileira, frente à realidade estadunidense, por exemplo, não condiz com a exclusão de grupos de modo tão acentuado. Enquanto nos Estados Unidos a exclusão dos grupos era baseada totalmente na cor da pele, no Brasil houve a miscigenação, que embora não tenha extinguido o preconceito, como bem argumentam Sérgio Buarque de Holanda ou Gilberto Freire, tornou as relações sociais mais complexas.

Nessa distinção entre ambos os países, se constata que a lógica universal do neoliberalismo encontra respaldo, mas as questões acerca das identidades, principalmente no que tange às demandas raciais, não podem ser transpostas de modo literal. Isso transforma os interesses identitários brasileiros em interesses que não correspondem diretamente à história brasileira, o que, de certa forma, modifica parte da construção social em nome da justiça imediata de grupos que possuem uma conexão internacional quando se trata da etnia, do gênero

ou da orientação sexual, mas enquanto identidades construídas em cada território nacional, são distintas.

Como afirmado por Derson Maia, em resposta a Ciro Gomes, as identidades são parte fundamental para a compreensão e resolução dos problemas da sociedade brasileira, mas o impasse encontra-se na transposição das demandas que são submetidas como uma única história humana orientada pela e na opressão dos grupos. Embora os movimentos pela identidade no Brasil sejam importantes para as questões políticas, democráticas e da cidadania, a partir da década de 2010, elas mudaram sua orientação para a dinâmica mundial de identidades fragmentadas e na busca por interesses próprios que são catalisadas pelo uso das redes sociais digitais. Consequentemente, não é que os interesses identitários não representam o interesse nacional, mas eles deixaram de representar em nome da nova lógica econômica, militante e política.

Por sua vez, a nova lógica ou racionalidade não pode ser compreendida de modo abstrato, pois representa o movimento contra o Estado de bem-estar social, no entanto esse movimento que ocorreu nos países Europeus e, principalmente, nos Estados Unidos foi transposto para o Brasil, não existindo conexão com a história e construção social do país. Por sua vez, a nova racionalidade econômica e a lógica identitária encontraram respaldo na sociedade brasileira pelo movimento da globalização, que pode ser qualificado como homogeneizador da cultura, e pelo alinhamento com a perspectiva de opressão comum aos países colonizados, de terceiro mundo ou que tiveram alguma relação com a escravidão e opressão de gênero. Ademais, as questões de instabilidade da democracia contemporânea, derivadas de ambas as perspectivas, também impactam a sociedade brasileira, como também o restante dos países que se organizam sob esse sistema sociopolítico.

4.4 A Democracia em meio ao turbilhão econômico e ideais identitários

Dentre os diversos e muitos problemas enfrentados pelo regime democrático de governo, a globalização representa o ápice de questões históricas, econômicas e sociais que reúnem entre si inúmeros fatores que corroboram para a instabilidade política, institucional e, principalmente, de legitimidade. O autor Marco Aurélio Nogueira, em seu livro “Em defesa da política.” (2004) argumenta, embora há quase 20 anos, que a mudança propiciada pelo neoliberalismo também representa a expressão da crise, isto é, no campo ideológico, a partir da década de 1990, se projeta uma crise para o socialismo e também para o liberalismo clássico que sem conseguirem oferecerem resposta viáveis para as mudanças que ocorriam globalmente,

se “recolheram” ao mesmo instante que no horizonte político se firmava o que qualifica-se como neoliberalismo, ideologia econômico-social centrada na perspectiva do indivíduo isolado e consumidor, mas também na liberdade econômica e política.

O autor argumenta que sobretudo a política perdia espaço no debate público enquanto cada vez mais havia a espetacularização do cenário, no sentido de teatralizar o que ocorria tanto na arena do debate, quanto nos bastidores. Essa lógica paradoxal significa não a mudança da política ou o aumento do interesse público por ela, mas seu desgaste na medida em que também se tornava um produto. Claus Offe em seu texto “A democracia partidária competitiva e o “welfare state keynesiano” (1983) já argumentava sobre a transformação dos partidos políticos e da própria política em orientação às mudanças do capitalismo global, em outros termos: a política se tornava também espaço de competição e de adaptação dos partidos de acordo com as demandas.

A mudança da política também modifica a vida do cidadão que não confiava mais nos seus representantes, pois esses ao se restringem às suas bases eleitorais e aos interesses particulares quando deveriam pensar nos interesses coletivos, fomentam mais o dissenso que o consenso e isso se complexifica quando falam em nome do “todo”:

A política solicita uma concessão difícil de ser feita: ela pede que os indivíduos e grupos saiam de si mesmos, moderem-se, ultrapassem-se, ponham-se da perspectiva dos demais. Seu grande desafio é criar condições para que se passe da defesa dos interesses particulares para a construção e a defesa do interesse geral. O mecanismo da representação serve para isso, nas complexas, diversificadas e fragmentadas sociedades em que vivemos, os sistemas representativos – com suas regras eleitorais e partidárias - falham demais, e não conseguem propiciar a passagem: os parlamentares não se “soltam” de suas bases eleitorais, do interesse de seus eleitores, e se entregam a eles, deixando de atuar como representantes do “todo” (da nação, do estado, do município). Ao invés de agir como construtores do consenso, conspiram contra qualquer consenso. Intoxicam a vida coletiva de dinâmicas locais, regionais, profissionais, dificultando a tomada de decisões que dizem respeito a todos. (Nogueira, 2004, p. 31)

Portanto, a democracia não é viável em um sistema que valoriza o indivíduo egoísta, restrito aos seus interesses. Isso não significa que o individualismo não faça parte da vida democrática, pelo contrário, como afirma por Benjamin Constant, o indivíduo moderno é parte da construção da democracia moderna e da separação entre vida pública e vida privada. A questão está no que se poderia classificar, de acordo com Isaiah Berlin, na liberdade negativa, onde qualquer restrição aos desejos e interesses particulares dos indivíduos é considerada limitação das capacidades individuais de cada um.

As limitações da democracia também esbarram em concepções que são contra o exercício da cidadania, isto é, em concepções que são contra o diálogo, contra a diferença e o

dissenso. E nessa questão é que os interesses identitários podem firmar sua postura antidemocrática e, por conseguinte, apoiarem lógicas que vão de encontro às suas políticas e demandas. Sem a necessidade de reforçar o argumento colocado anteriormente, a política identitária pode reforçar o discurso antidemocrático na medida em que restringe o diálogo e reforça o dissenso sobre temas comuns a todos e, para além disso, pode ampliar noções que são próximas do campo político oposto quando, ao reforçar a diferença, não cria ambiente favorável para a diversidade e para a inclusão, mas agrega discordância entre os grupos que irão se distanciar e reforçar seus próprios interesses.

A propensão dos grupos ao isolamento também representa as novas formas de responder aos dilemas impostos pela globalização e pela nova racionalidade. Como argumentado, o neoliberalismo impõe uma “pseudouniversalidade” onde todos os indivíduos estariam no mesmo patamar para competirem e progredirem socialmente, no entanto as repostas à essa situação se dão pelo reforço às identidades isoladas, seja de esquerda ou de direita. Se por um lado observa-se o nacionalismo e a xenofobia crescendo, por outro, as identidades dos grupos oprimidos também se tornam cada vez mais proeminentes e ganham repercussão pela sua constante denúncia das hierarquias sociais e da falsa realidade que lhes é apresentada. Dessa forma, a valorização e diferenciação pelas e das identidades é uma resposta (negativa) ao processo de aculturação e padronização da vida e do mundo.

O refúgio nas identidades também revela a crise da política que não se limita à falência das características que tornam a vida humana coletiva, mas da construção da sociedade moderna. No campo dos direitos, a crise é notada na legitimidade dos mesmos. Enquanto a sociedade era organizada de modo que todos os indivíduos deveriam possuir direitos pelo fato de serem indivíduos, na sociedade contemporânea ter direitos passou a ser considerado um privilégio de grupo. Não se ignora a discrepância entre o exercício dos direitos pelos grupos societários majoritários em relação aos minoritários, mas a própria noção de direito passou a ser enxergada como privilégio ou produto.

O processo de enfraquecimento do Estado-Nação pela globalização também é sentido pelas organizações e identidades ligadas a ele, como sindicatos e partidos políticos. Por essa razão, “novas identidades” emergem como forma de proclamar justiça e reconhecimento, como argumenta Axel Honneth (2009). Essas “novas identidades” se organizam de maneira a rejeitar as instituições e valores do “opressor”, ao mesmo tempo que almejam entrar nelas para uma transformação interna de acordo com seus interesses. Assim, não se trata de uma revolução,

como nos moldes clássicos de tomada do poder político é legítimo, mas de implosão, isto é, de entrar no sistema e colocá-lo abaixo para recriar uma nova sociedade, ou organização social baseada em outros valores e princípios.

Para Bauman (2005), o “espectro da exclusão” é próprio do tempo contemporâneo. Isso assombra homens e mulheres que, desorientados, buscam nas religiões, identidades, grupos e coletivos formas de proteção. Essas comunidades seriam, para os indivíduos, uma alternativa tentadora frente a instabilidade social:

Em virtude da atual separação e do divórcio que se aproxima entre o Estado e a nação, com o Estado político abandonando as suas ambições assimilativas, declarando neutralidade em relação às opções culturais e se eximindo do caráter cada vez mais "multi-cultural" da sociedade que administra, não surpreende que visões ditas "culturais" da identidade estejam voltando à moda entre os grupos que buscam abrigos estáveis e seguros em meio às marés de mudança incerta.

Para pessoas inseguras, desorientadas, confusas e assustadas pela instabilidade e transitoriedade do mundo que habitam, a "comunidade" parece uma alternativa tentadora. É um sonho agradável, uma visão de paraíso: de tranquilidade, segurança física e paz espiritual. Para pessoas que lutam numa estreita rede de limitações, preceitos e condenações, pelejando pela liberdade de escolha e auto-afirmação, a mesmíssima comunidade que exige lealdade absoluta e que guarda estritamente as suas entradas e saídas é, pelo contrário, um pesadelo: uma visão do inferno ou da prisão. A questão é que todos nós estamos, intermitente ou simultaneamente, sobrecarregados com "responsabilidades demais" e ansiosos por "mais liberdade", o que só pode aumentar nossas responsabilidades. Para a maioria de nós, portanto, a "comunidade" é um fenômeno de duas faces, completamente ambíguo, amado ou odiado, amado e odiado, atraente ou repulsivo, atraente e repulsivo. Uma das mais apavorantes, perturbadoras e enervantes das muitas escolhas ambivalentes com que nós, habitantes do líquido mundo moderno, diariamente nos defrontamos. (Bauman, 2005, p.67-68)

Alinhado ao pensamento de Bauman, Giddens (2002) também argumenta sobre a condição dos indivíduos em se alinhar ao discurso pela identidade como consequência da modernidade e da globalização por meio da construção do risco. No entanto, a direção que os indivíduos partem em relação ao neoliberalismo e ao discurso do empreendedorismo também representa as consequências desse processo histórico que gera medo, inseguranças, incertezas e medos, sobretudo na perspectiva de construção do futuro. Dessa forma, o futuro almejado pelos indivíduos fica restrito às concepções de origem estritamente econômica ou ligadas à identidade, onde essa última é vista como “ascensão” social pela aquisição de direitos.

A identidade não se limita ao campo da esquerda, mas também é levantada pela direita, através dos discursos nacionalistas e xenofóbicos. Portanto, a identidade é uma resposta aos efeitos da globalização por ambos os lados políticos. Como argumenta Manuel Castells (2018), o refúgio nas identidades é consequência direta dos efeitos da globalização que implica também na insegurança frente aos futuros possíveis e desconfiança dos métodos tradicionais de organização social, como a política:

A essa crise da representação de interesses se une uma crise identitária como resultante da globalização. Quanto menos controle as pessoas têm sobre o mercado e sobre seu Estado, mais se recolhem numa identidade própria que não possa ser dissolvida pela vertigem dos fluxos globais. Refugiam-se em sua nação, em seu território, em seu deus. Enquanto as elites triunfantes da globalização se proclamam cidadãs do mundo, amplos setores sociais se entrincheiram nos espaços culturais nos quais se reconhecem e nos quais seu valor depende de sua comunidade, e não de sua conta bancária. À fratura social se une a fratura cultural. O desprezo das elites pelo medo das pessoas saírem daquilo que é local sem garantias de proteção se transforma em humilhação. E aí se aninham os germes da xenofobia e da intolerância. Com a suspeita crescente de que os políticos se ocupam do mundo, mas não das pessoas. A identidade política dos cidadãos, construída a partir do Estado, vai sendo substituída por identidades culturais diversas, portadoras de sentido para além da política. (Castells, 2018, p. 19-20)

Consequentemente, a identidade ocupa o lugar que antes era da política, o que gera naturalmente a substituição do consenso pelo dissenso, da unidade pela fragmentação. Sendo a identidade o elemento fundamental da construção das diferenças, os movimentos identitários que exercem isso ao limite, contribuem para que a falência institucional e democrática seja efetuada. Vindo do campo da extrema direita xenofobia não é novidade para a história humana, mas sendo desempenhada pelo campo das esquerdas e em nome do progresso social, representa o maior paradoxo político da contemporaneidade, pelo menos no que diz respeito às soluções políticas.

Outro fator que contribui para que o cenário sociopolítico seja ainda mais complexo e esteja alinhado às questões acerca da falência da democracia são as novas gerações. Para Yasha Mounk (2019), diversos países que estavam outrora sob regimes autoritários ou ditaduras, agora estavam se democratizando e o número crescia perceptivamente. Parecia que a democracia se tornava um regime político hegemônico e sua desorganização não estaria mais em diálogo. Dessa forma, a democracia liberal crescia exponencialmente, em particular nos últimos 30 anos. Essa “onda democrática” também foi sentida em países do sul que estiveram sob regimes ditatoriais no passado. O sentimento positivo deveria ser soberano, principalmente nas democracias tradicionais e seculares. No entanto, na década iniciada em 2011, as democracias, mesmo as mais antigas e sólidas, vêm demonstrando sinais de instabilidade e até mesmo de falência. Esse fenômeno se deu, em parte, com a ascensão de líderes autoritários que possuem desprezo pelas instituições e constitucionalidade democrática, como argumentam Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018). A ascensão desses líderes e de seus discursos se deve, em grande parte, às mudanças propiciadas pela vitória democrática.

Com a falência do Estado de bem-estar social e o fim do comunismo, como força relevante no cenário mundial, a democracia conseguiu, pelo menos em grande parte dos países, se estabelecer. Mas as relações entre os indivíduos foram modificadas, tornaram-se cada vez

mais individualizadas, já que não tinham outro referencial que não o governo representativo. A mudança estrutural promovia o arranjo do público como lugar de corrupção e ineficiência, enquanto o privado era tido como virtuoso. O público é aqui compreendido como o Estado que organiza a vida social e possui os representantes do povo, por outro lado, o privado é tido como o livre mercado, mas também como o enfoque no indivíduo privado de deveres sociais (LAHUERTA, 2020).

As antigas gerações, por viverem em outros períodos políticos, ainda guardavam o sentimento de coletividade e dever público, por mais que as mudanças também os atinjam. Enquanto isso, as gerações mais novas estavam nascendo, crescendo e vivendo em um mundo no qual não havia crises democráticas ou ameaças que representassem o desarranjo institucional. Essas gerações não tinham outro parâmetro de governo e não sentiam que sua liberdade estava ameaçada, características essas que não permitiram o desenvolvimento de laços de fraternidade com seus semelhantes, por mais contraditório que isso possa aparentar.

Compreende-se como uma contradição nascer em uma democracia consolidada e não ter o mesmo apreço por ela que as gerações passadas, mas é fato que isso corroborou para o sentimento de apatia ou até mesmo de desprezo pela democracia, na medida em que outros referenciais políticos não estavam no horizonte e a liberdade nunca fora ameaçada por inimigos internos ou externos de forma relevante. Outro fato se deve às críticas dos jovens que sempre estiveram sob esse regime de governo, não a outro ou a um passado recente que foi autoritário. Isso tornou mais favorável o sentimento contrário ou de indiferença pela democracia, já que ela se mostrava, na visão dos mais jovens, injusta e ineficaz:

Uma possível explicação para o desencanto de tantos jovens com a democracia é que eles têm pouca noção de como seria viver num sistema político diferente. Indivíduos nascidos nas décadas de 1930 e 1940 conheceram a ameaça do fascismo quando eram crianças, ou foram criados por pessoas que o combateram ativamente. Seus anos de formação se deram durante a Guerra Fria, quando o medo do expansionismo soviético fez cair a ficha de que o comunismo era bem real. Quando alguém lhes pergunta se é importante viver numa democracia, eles têm alguma noção do que a alternativa pode significar.

Os millennials em lugares como a Grã-Bretanha ou os Estados Unidos, por outro lado, mal vivenciaram a Guerra Fria e talvez nem conheçam pessoas que tenham combatido o fascismo. Para eles, a questão da importância de viver numa democracia é bem mais abstrata. Isso não sugere que, se realmente enfrentarem uma ameaça a seu sistema, protestariam em sua defesa?

Não tenho tanta certeza. O mero fato de que jovens façam tão pouca ideia do que significaria viver em um sistema diferente os inclina a abraçar a experimentação política. Acostumados a ver e criticar as (inegáveis) injustiças e hipocrisias do sistema em que cresceram, muitos equivocadamente deixaram de valorizar seus aspectos positivos. (MOUNK, 2019, p. 150-151)

Isso tudo propicia o deslocamento do eleitorado jovem para alternativas que são

“críticas” ao sistema, que se assumem abertamente como “antissistema”, independentemente de espectro político. Tanto a esquerda, quanto a direita possuem quadros demagógicos, antissistema, antidemocráticos e antiliberais, a questão se concentra na radicalização na qual os jovens se envolveram nos últimos 20 anos. Essa radicalização é o ponto central da discussão aqui proposta. A compreensão da democracia como ineficiente e injusta, torna as novas gerações descrentes pela construção de algo que seja de fato mais eficiente e justo. Deslocam-se para discursos que prometem aquilo que lhes foi supostamente negado, como a liberdade sem limites ou uma boa vida e não estabelecem vínculos de solidariedade com os demais pelas mesmas razões. A satisfação pessoal foi colocada como referencial para pensar os sistemas de governo. São nessas questões que os movimentos populistas crescem.

Prometendo serem os legítimos representantes do povo, de suas frustrações com o regime e de suas vontades, os líderes populistas conquistam rapidamente o imaginário dos jovens que, novamente, por não possuírem outro referencial, acabam apoderando-se dessas ideias. Diferentemente das gerações mais velhas que possuem discernimento para reconhecerem os verdadeiros riscos dessa ascensão política. Logo, pensar essa questão envolve o presente, mas principalmente o futuro da democracia. Todavia, isso não significa que os indivíduos são apáticos, como boa parte dos jovens se mostram. A apatia, por sua vez, é menos perigosa que o desprezo pela democracia, mas ainda sim, é um dos precedentes da ascensão populista. Dessa forma, o que pode manter a democracia liberal vigorosa e expandi-la é a politização dos indivíduos. Isso não significa que o passado deva ser o referencial, até mesmo porque não existe passado na política. É, sobretudo, o futuro que deve ser politizado e coletivo

Dessa forma, somente a construção da política poderia evocar novamente os valores democráticos de consenso e diálogo, mas esses valores só poderiam ser resgatados pelo campo progressista que se encontra imerso na lógica identitária que, além de demonstrar desinteresse e pensamentos contrários à política, ainda reforça o pensamento diferencialista, com segmentos de pureza ideológica, o que contribuiu para a emergência de personas não preocupadas com a democracia e com os valores políticos. Do mesmo modo, é constatado que a identidade sempre estará no debate público, sendo, inclusive, essencial para discutir as questões em território brasileiro, mas sem perder de vista a tradição democrática dos movimentos políticos pela liberdade e igualdade entre os indivíduos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os impactos gerados por aquilo que se considera a “nova racionalidade econômica”, neoliberalismo ou mudança do padrão produtivo tecnológico, podem-se destacar as novas composições e formas discursivas da esquerda contemporânea. A demarcação como “nova esquerda” não é relativa somente ao lado político, mas também à um novo período histórico que tensiona sua adaptação. Ainda que seja efeito do decorrer da história humana, essa nova configuração da esquerda não pode ser isenta de críticas.

Como centro das discussões e problemáticas contemporâneas, a democracia política e social é afetada e reproduz as tendências que se sobrepõem aos valores modernos e de direito. A universalidade humana advinda das transformações propiciadas pela modernidade unificou, em potência, as concepções acerca do ser humano que agora ocupa o centro das discussões políticas, econômicas e sociais. Não obstante, forças contrárias a essa ideia que ganhava espaço e crescia no debate público também se estabeleciam e tinham como ponto de orientação a “natureza desigual do ser humano”, o que justificava as diferenças e hierarquias sociais.

Na contemporaneidade, o fortalecimento da diferenciação entre os seres humanos, tendo como substancialidade o hiperindividualismo, possibilita posturas excludentes, preconceituosas e xenofóbicas, em suma, edificam o tribalismo, pois os indivíduos sentem-se cada vez mais sozinhos, isolados e incapazes de sobrepôr à mudança social, política e econômica, acarretando em governos liderados por indivíduos que acentuam esses discursos e agregam políticas econômicas e sociais que aumentam as desigualdades de âmbito distributivo e de reconhecimento.

Diante disso, parte da esquerda política agrega o discurso diferencialista como bandeira para a inclusão de grupos oprimidos. No entanto, ao reforçar a diferenciação dos seres humanos, a direita se beneficia na medida em que a disputa pelo poder político decorre da correlação de forças que são desiguais quando visam a conquista do eleitorado nacional. Portanto, a mudança que visava fortalecer grupos minoritários, e isso não deve ser deslegitimado, propiciou enfraquecimento e ataques aos mesmos, dificultando sua inserção nos meios políticos e sociais.

No Brasil, país em que os discursos diferencialistas sempre estiveram no debate público, a identidade ocupou lugar importante na formulação da atual Constituição, mas como os problemas históricos não foram totalmente resolvidos, a diferença nunca foi superada e, agora pela tendência global, retornou em ambos os lados políticos. Por essa razão, a escolha do

material analisado não foi aleatória, tendo como parâmetro um candidato político que representa a velha esquerda, seja em sentido político ou econômico, e que trouxe para o debate público brasileiro a crítica a esquerda identitária, obtendo duas respostas, também escolhidas pelo seu teor contraposto ao objeto e entre si mesmas. Dessa forma, pode-se observar que as pautas identitárias também se encontram no Brasil e podem ter impactado negativamente a democracia.

Para concluir, o alerta para o debate público e intelectual não se encerra nessa dissertação, visto que a mesma demonstra que as temáticas tratadas se mostram presentes no cotidiano brasileiro e mundial, devendo ocupar lugar de destaque nos próximos anos e tornarem-se decisivas em muitas disputas, sobretudo aquelas em que questões que não podem se desviar da identidade, como o reconhecimento e a distribuição de políticas públicas, forem levantadas pelos candidatos ou partidos. Para que uma cilada não ocorra, a esquerda deve se reconfigurar, tendo como eixo aquilo que sempre foi sua base, a igualdade.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BERLIN, Isaiah. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Brasília: Editora UNB, 1981.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões para uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão? lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro**. Rio de Janeiro: Todavia, 2017.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2020
- CAMPS, Victoria. **Paradoxos do individualismo**. Lisboa: Relógio D'água, 1996.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CONSTANT, B. **Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. In: Filosofia Política 2. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- DAHL, Robert A. **Um Prefácio à Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2003.
- DAHL, Robert A. **Poliarquía**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? dilemas da justiça da era pós-socialista**. In: cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical.**

São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa.** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje.** São Paulo: Veneta, 2019.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito.** Tradução de Paulo Meneses com colaboração de Karl-Heinz Effen. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** (26ª edição) São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Lisboa: Edições 70, 2007.

LAHUERTA, Milton. **Educação e política no contexto da crise contemporânea: formação para a vida civil e o lugar público da escola.** In: BOTO, Carlota et. al (Orgs.). A escola pública em crise: inflexões, apagamentos e desafios. São Paulo: Livraria da Física, 2020, p. 355-380.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LILLA, Mark. **O progressista de ontem e do amanhã: desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MARX, Karl. **O capital [Livro 1]: crítica da economia política. O processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo, BOITEMPO EDITORIAL: 2005.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In: Sociologia e antropologia. v. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado Precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2021.

MILL, John S. **Considerações sobre o governo representativo**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2018.

MILL, John S. **Sobre a liberdade**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defasa da política**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

NOZICK, Robert. **Anarquia, Estado e Utopia**. Lisboa: Edições 70, 2009.

OFFE, Claus. **A democracia partidária competitiva e o “welfare state keynesiano”**. Rio de Janeiro: Folha carioca, 1983.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 1999.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RISÉRIO, Antônio. **Sobre o relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda identitária**. Rio de Janeiro: Top books, 2019.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Belo Horizonte: Delrey, 2009.

SENNETTI, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro; Record, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença.**

Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo – examinando a política de reconhecimento.**

Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na américa.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VILELA, R. A. T., NOACK-NAPOLES, J. (2011). **“Hermenêutica objetiva” e sua apropriação na pesquisa empírica na área da educação.** *Linhas Críticas*, 16(31), 305–326.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.